





Qualificação dos Portugueses: dados de referência





1 Caracterização da População Portuguesa

1.1. Composição etária

Em 2011, a população residente em Portugal é de 10 555 853 indivíduos (Censos de 2011), mais 199 736 que no censo de 2001, sendo a proporção de mulheres superior à dos homens: 52,1% e 47,9%, respectivamente.

O *índice de envelhecimento** aumentou significativamente na última década. O número de idosos para cada 100 jovens passou de 102 no ano 2000, para 120 em 2010.

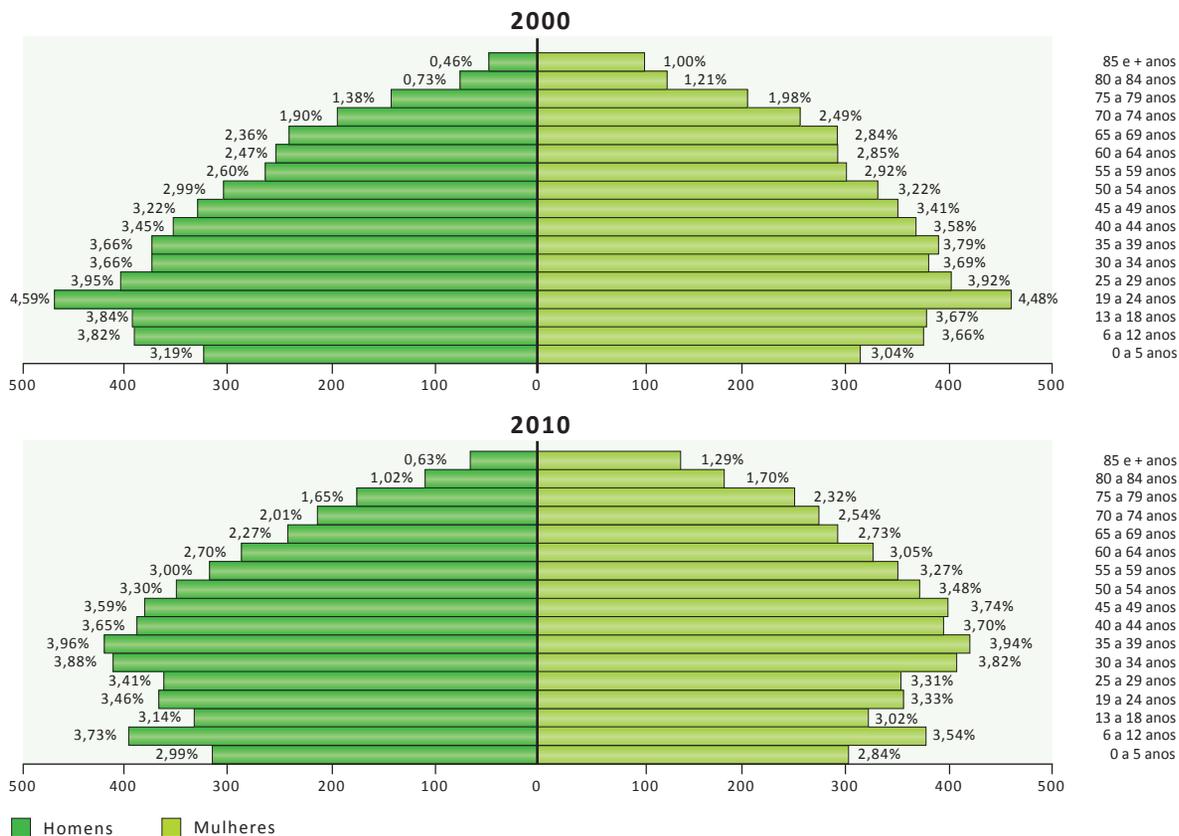
As pirâmides etárias referentes a 2000 e 2010 (Figura 1.1.1.) confirmam o envelhecimento,

registando um aumento da percentagem da população nos escalões etários mais elevados e uma diminuição nos escalões mais baixos. Por sua vez, a pirâmide etária da população estrangeira residente (Figura 1.1.2.) mostra uma configuração com um peso superior dos grupos mais jovens da população em idade de trabalho.

Em 2009, a idade média da população nacional era de 40,9 enquanto a da população estrangeira era de 34 anos, o que contribui para tornar mais jovem a população portuguesa. (EUROSTAT*, 2010).

* Os termos assinalados com asterisco encontram-se definidos no Glossário.

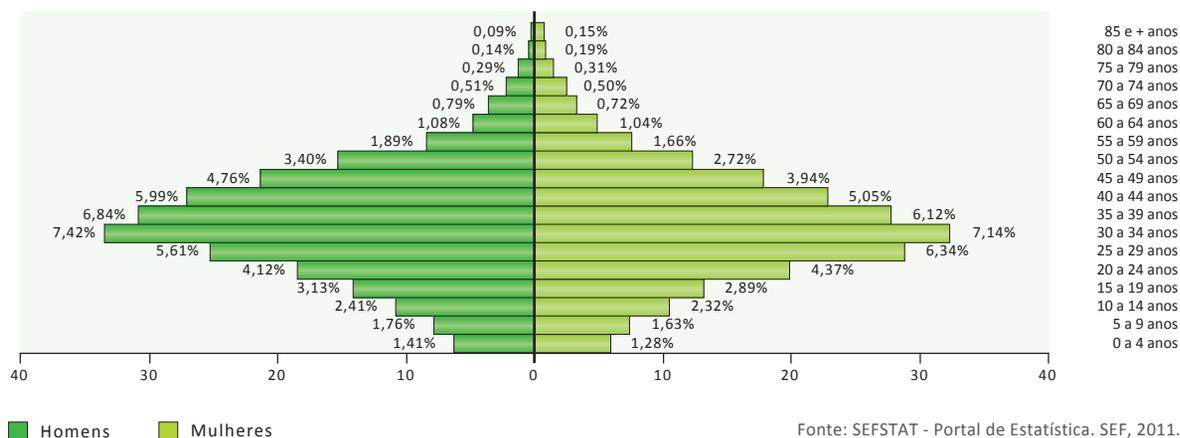
Figura 1.1.1. Pirâmides etárias da população residente. Portugal (em milhares e %) (2000 e 2010)



Nota: escalões entre os 0 e os 24 anos foram divididos de acordo com as idades correspondentes aos níveis de escolaridade.

Fonte: Estimativas Anuais da População Residente. DES/Serviço de Estatísticas Demográficas - INE, Junho de 2011

Figura 1.1.2. Pirâmide etária da população imigrante residente. Portugal (em milhares e %) (2009)



Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística. SEF, 2011. Dados de 31.12.2009

1.2. Imigração

Portugal tem vindo a alterar a sua condição de país de emigração e a evoluir no sentido de acolher nacionais de países da Europa e de outros continentes, sobretudo de África e da América de expressão portuguesa. Apesar disso, a proporção da população estrangeira em Portugal era de 4,2% do total, em 2009, correspondendo a um dos valores mais baixos dos países da União Europeia, sendo mesmo inferior à média da UE27* que, na mesma data, se situava nos 6,4% (Tabela 1.2.1.).

No Estado da Educação de 2010, tínhamos já observado um crescimento das populações de origem africana e europeia entre 2001 e 2008, tendo esta última ultrapassado a de origem africana em 2007, principalmente à custa do fluxo migratório dos países de Leste. Mesmo assim, a proporção de estrangeiros oriundos de países da União Europeia é ainda minoritária, tanto em Portugal como nos restantes países da UE27.

De acordo com as fontes disponíveis (SEF, 2009 e 2011), ao analisarmos a origem da população estrangeira em Portugal, em 2009, verifica-se um predomínio da população originária de países de língua portuguesa (50,5%), com um contingente de 25,59% de imigrantes brasileiros e de 24,91% de imigrantes dos PALOP. No entanto, tem-se registado uma tendência de crescimento da população originária do continente europeu que, em 2009, representava 38,87% do total da população estrangeira com título de residência em Portugal (Figura 1.2.1.).

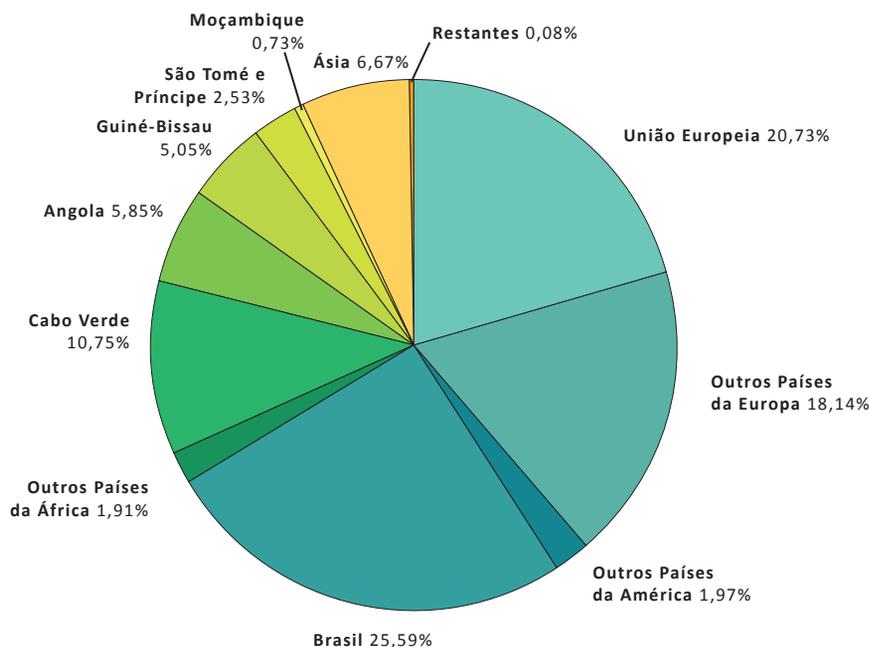
Tabela 1.2.1. População estrangeira, por grupos de cidadãos, relativamente ao total da população residente. UE27 (2009)

	População Estrangeira						
	Total da população (em milhares)	Total		Cidadãos e (outro) estado membros da UE		Cidadãos de países fora da UE	
		em milhares	%	em milhares	%	em milhares	%
UE 27	499 433,1^s	31 860,3^s	6,4^s	11 944,2^s	2,4^s	19 916,2^s	4,0^s
Alemanha	82 002,4	7 185,9	8,8	2 530,7	3,1	4 655,2	5,7
Dinamarca	5 511,5	320,0	5,8	108,7	2,0	211,4	3,8
Eslováquia	5 412,3	52,5	1,0	32,7	0,6	19,8	0,4
Espanha	45 828,2	5 651,0	12,3	2 274,2	5,0	3 376,8	7,4
Finlândia	5 326,3	142,3	2,7	51,9	1,0	90,4	1,7
França	64 366,9	3 737,5	5,8	1 302,4	2,0	2 435,2	3,8
Grécia	11 260,4	929,5	8,3	161,6	1,4	767,9	6,8
Hungria	10 031,0	186,4	1,9	109,8	1,1	76,6	0,8
Irlanda	4 450,0	504,1	11,3	364,8	8,2	139,2	3,1
Itália	60 045,1	3 891,3	6,5	1 131,8	1,9	2 759,5	4,6
Polónia	37 867,9 ^p	35,9 ^p	0,1 ^p	10,3 ^p	0,0 ^p	25,6 ^p	0,1 ^p
Portugal	10 627,3	443,1	4,2	84,7	0,8	358,4	3,4
Reino Unido	61 596,0	-	-	-	-	-	-
Roménia	21 498,6	31,4	0,1	6,0	0,0	25,3	0,1

Notas: s – estimativa da Eurostat;
p – valor previsional; - não disponível

Fonte: Population and social conditions [adaptação da Table 1],
Eurostat, 2010

Figura 1.2.1. Principais nacionalidades com título de residência ou prorrogações de VLD. Portugal (2009)



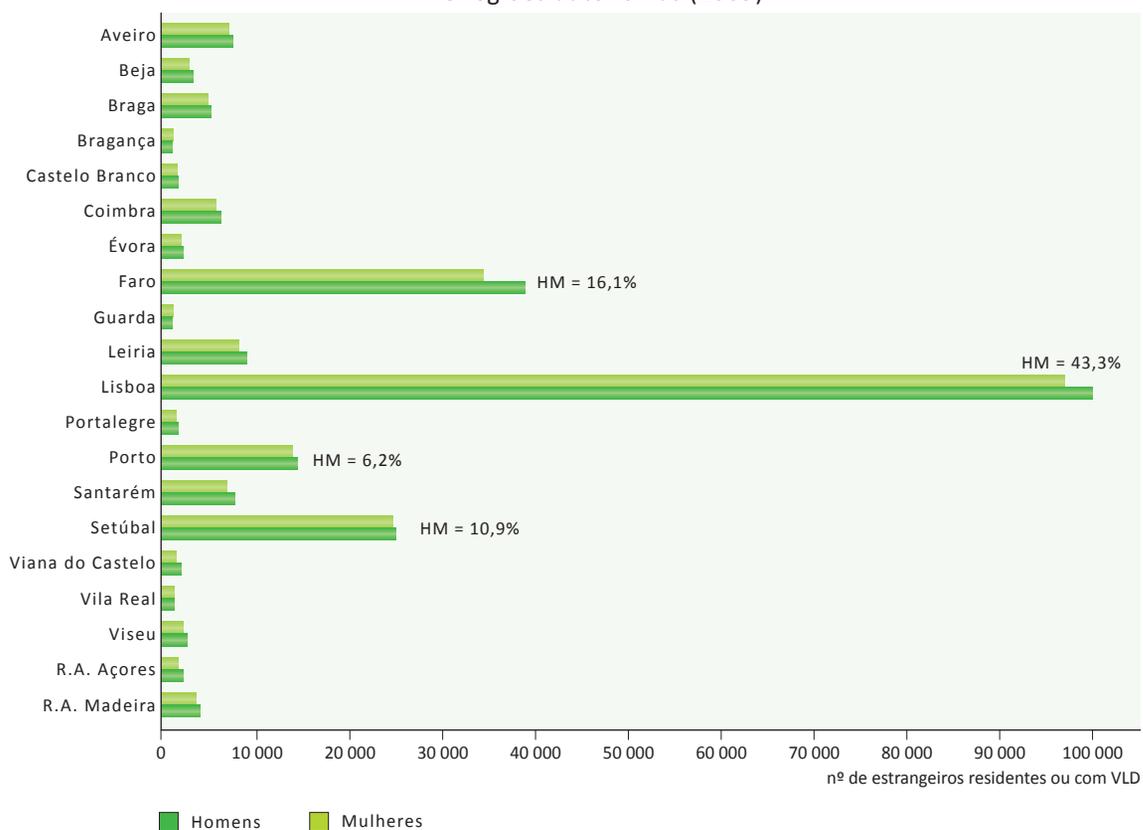
Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística. SEF, 2011

Quanto à distribuição geográfica (Figura 1.2.2.), em 2009, Lisboa, Faro, Setúbal e Porto continuam a ser as unidades territoriais que acolhem maior percentagem da população estrangeira residente em Portugal: 43,3%, 16,1%, 10,9% e 6,2%, respectivamente. Não será despiciendo referir que mais de metade da população estrangeira se concentra nos distritos de Lisboa e Setúbal, representando cerca de 54% do total. Em terceiro lugar surge Faro com 16,1%, a que não será alheio o pendor turístico desta região. O facto de a Madeira apresentar quase o dobro da população estrangeira

dos Açores poderá dever-se à mesma razão. Refira-se ainda que a proporção da população estrangeira relativamente à população residente nos quatro distritos de maior concentração, em 2008, era a seguinte: 16,78% (Faro); 8,14% (Lisboa); 5,64% (Setúbal) e 1,45% (Porto). (INE, 2009; SEF-MAI, 2009).

Numa análise por sexo, assinala-se uma ligeira predominância do número de homens estrangeiros residentes em Portugal, com valores mais significativos nos distritos de Faro e Lisboa.

Figura 1.2.2. População estrangeira residente por sexo, por distritos e regiões autónomas (2009)



Fonte: SEFSTAT - Portal de Estatística. SEF, 2011

1.3. Qualificação da População Portuguesa

A estrutura da *qualificação** da população portuguesa tem vindo a alterar-se durante a última década. Em 2000 era ainda elevada a proporção de indivíduos com 15 e mais anos sem nenhuma qualificação (9,04% da população), particularmente concentrada no escalão etário dos 45-64 anos (47,3%). Apesar do seu decréscimo gradual, em 2010, este grupo registava ainda cerca de 4% de indivíduos.

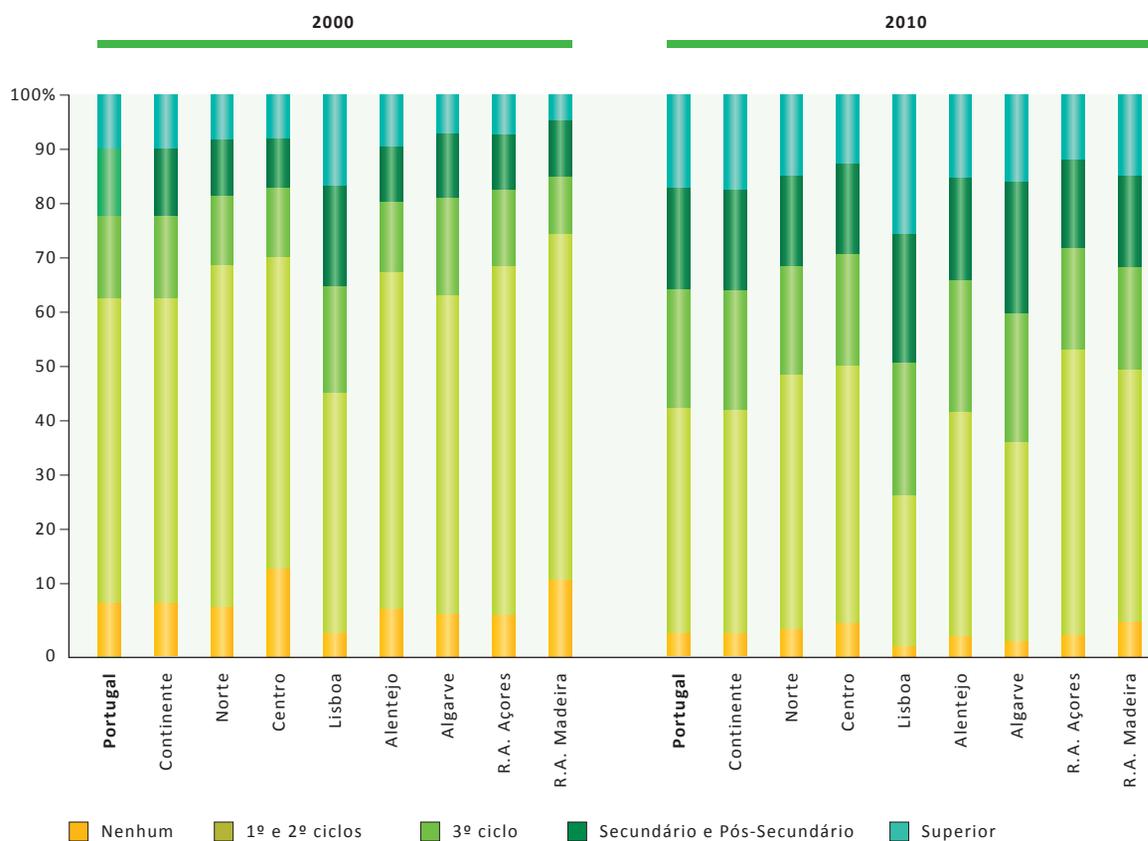
No mesmo período igualmente se registou um decréscimo considerável da população com apenas o 1º ou 2º ciclos do ensino básico (-618,2 milhares), ao mesmo tempo que se verificou um crescimento dos detentores de 3º ciclo (+428,3 milhares), ensino secundário (+ 390,6 milhares) e superior (+ 406,1 milhares).

Esta evolução teve como resultado que a população com mais baixas qualificações tivesse finalmente deixado de ser maioritária, mantendo embora um peso superior ao da qualificada com outros graus de ensino (Tabela 1.3.a., em anexo estatístico). De 2000 para 2010, o grupo que tem como habilitação

máxima o 1º e 2º ciclo do ensino básico decresceu de 55% para 40,6%, enquanto os detentores de 3º ciclo do ensino básico evoluíram de 14,5% para 22,2%. Nos diplomados com ensino secundário ou pós-secundário e com ensino superior, o crescimento também foi assinalável, tendo os primeiros passado de 12% para 18,3% e os segundos de 9,3% para 16%.

Ao discriminar a qualificação da população por região (*NUT** II) verifica-se que, na década em análise, todas as regiões registam um aumento percentual da população com níveis mais elevados e uma diminuição dos que não detêm qualquer qualificação. Neste último nível, as regiões Norte e Centro e a Região Autónoma da Madeira (RAM) são as que, apesar da redução, continuam a ter maior percentagem de população sem qualquer qualificação, com valores superiores aos do Continente e de Portugal. Nos níveis de qualificação mais elevados, a região de Lisboa continua a ser a que apresenta percentagens superiores às restantes e a única com valores superiores à média nacional e do Continente (Figura 1.3.1.).

Figura 1.3.1. Qualificações da *população activa** (%), por NUT II

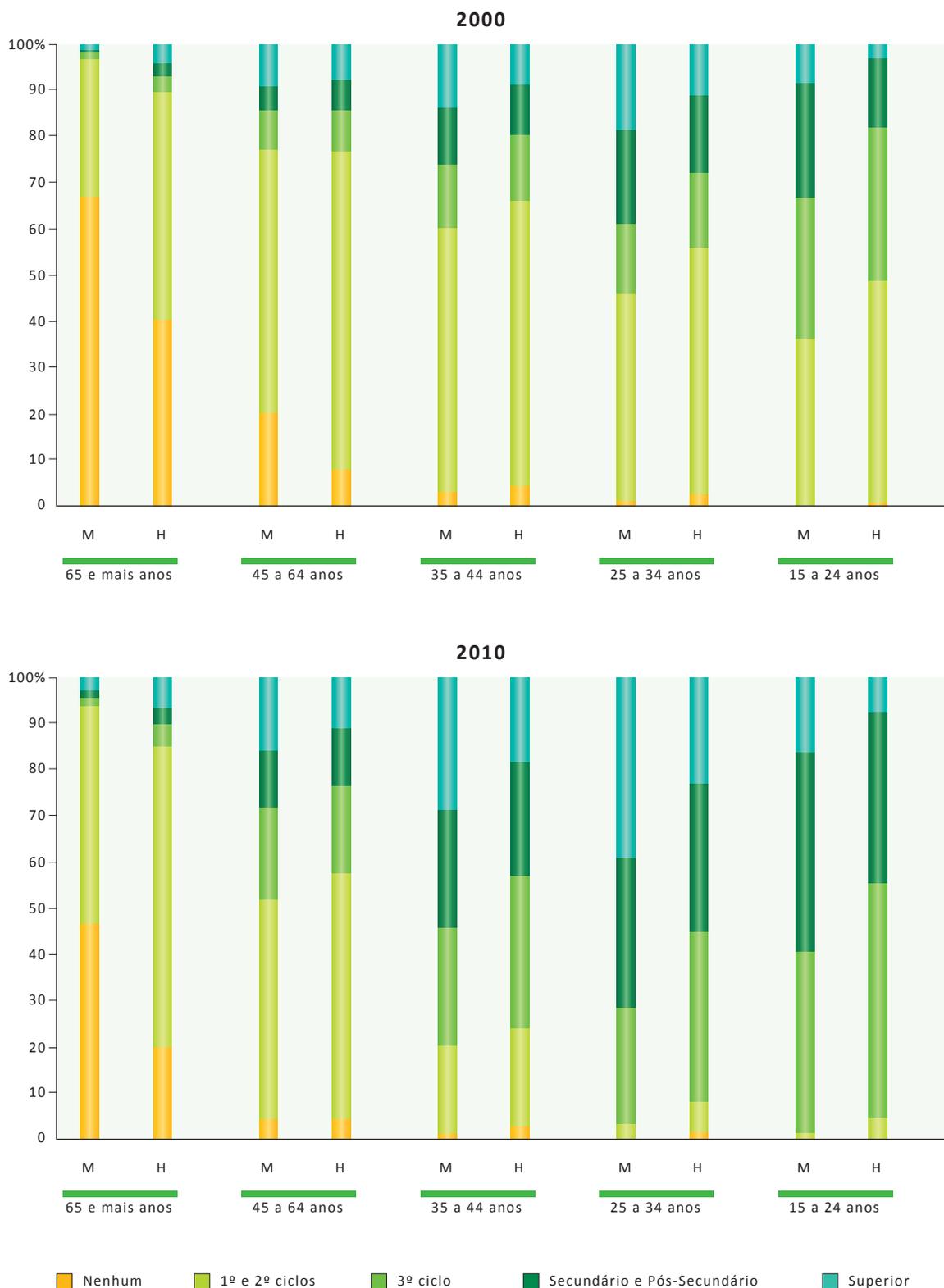


Fonte: *Inquérito ao Emprego*. INE. Actualização de Fevereiro, 2011

Uma análise da evolução das qualificações por sexo (Figura 1.3.2.) põe em evidência habilitações mais elevadas para as mulheres do que para os homens nos escalões etários mais jovens (dos 15 aos 44 anos), mas também mostra uma alteração no mesmo sentido no escalão etário dos 45 aos 64 anos. Em 2000, as mulheres mais velhas (a partir dos 45 anos) ainda tinham menos qualificação do que os homens, sendo que a maioria do escalão de 65 e mais anos não tinha mesmo qualquer *certificação** formal. Em dez anos, esta situação alterou-se, mantendo-se apenas no escalão etário superior.

A Figura 1.3.2. permite também perceber que a inversão da tendência de qualificação superior dos homens se opera com a geração que em 2000 se situava no escalão etário dos 35 a 44 anos e que iniciou a escolaridade entre 1962 e 1972, passando as mulheres a apresentar níveis de qualificação mais elevados e assim se mantendo até ao presente.

Figura 1.3.2. Qualificações da população activa (%), por grupo etário e sexo, em Portugal



Fonte: *Inquérito ao Emprego*. INE.
Actualização de Fevereiro, 2011

Evolução da qualificação de nível secundário: comparação internacional

Apesar do esforço de qualificação descrito, quando equacionados em termos internacionais, os valores referentes à população que atingiu pelo menos o nível secundário (*CITE* 3*) deixam entrever um longo caminho a vencer.

Tomando agora por referência o grupo etário dos 25 aos 64 anos, verifica-se que em 2000 a percentagem de Portugal (19,4%), nos coloca 45 pontos percentuais abaixo da média da União Europeia (64,4%). Em 2010, embora a diferença seja menor (40,8pp) e tenha havido uma recuperação significativa de 12,5pp relativamente ao ponto de partida, isso não nos permite ainda descolar do patamar inferior deste elenco de países (Tabela 1.3.1.).

Uma análise mais detalhada da evolução dos vários países leva a concluir que Portugal é dos que têm desenvolvido os esforços mais assinaláveis no sentido da recuperação. Com efeito, de 2000 a 2005 registava já uma variação positiva de 7,1 pp contra 5 pp da média da UE27, colocando-se na sétima posição dos países de melhor desempenho, liderados pela Espanha (Tabela 1.3.b., em anexo estatístico). De 2006 a 2010 passa a partilhar os primeiros lugares com o Luxemburgo, Irlanda e Chipre, revelando uma variação positiva de 4,3 pontos percentuais, de novo acima dos 2,8 da UE27. Merece particular destaque a evolução ocorrida, sobretudo nos últimos três anos deste período, que nos coloca em primeiro lugar na transição de 2009 para 2010 com uma variação positiva de 2pp, já antecedida de 1,7pp entre 2008 e 2009.

Ao diferenciar os sexos, verifica-se que a percentagem de mulheres que atinge pelo menos o nível secundário não só foi sempre superior à dos homens ao longo da década como também evoluiu a um ritmo superior.

Evolução da qualificação de nível superior: comparação internacional

No que se refere à população com ensino superior, a comparação internacional mostra uma maior proximidade de Portugal à média da União Europeia, registando-se uma diferença de cerca de 10pp., que se mantém estável ao longo da década (Tabela 1.3.2.).

Em 2000, Portugal apresentava 8,8% da população entre os 25 e os 64 anos habilitada com ensino superior; em 2010 essa percentagem sobe para 15,4%, revelando uma recuperação de 6,6pp, que ultrapassa ligeiramente o crescimento de 6,4pp atingido na UE27.

A variação observada neste período é significativamente atribuída ao aumento da percentagem de mulheres com ensino superior, que sobe 8,5pp, enquanto a dos homens apenas cresce 4,7pp.

Tabela 1.3.1. População (%) que atingiu pelo menos o nível secundário de educação (12.º ano), no grupo de idade 25-64 anos, na UE27 e outros países

	Homens e Mulheres								Homens				Mulheres			
	2000	...	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2000	...	2009	2010	2000	...	2009	2010
UE 27	64,4		69,4	69,9	70,7	71,4	72,0	72,7	67,6		73,1	73,7	61,3		70,9	71,8
Alemanha	81,3		83,1*	83,2	84,4	85,3	85,5	85,8	85,8		88,1	88,3	76,7		82,8	83,3
Dinamarca	78,5		81,0	81,6	75,5	74,6*	76,3	76,5	81,0		77,8	77,8	76,1		74,8	75,1
Eslováquia	83,8		87,9	88,8	89,1	89,9	90,9	91,0	88,9		93,2	92,8	78,9		88,7	89,1
Espanha	38,6		48,5	49,4	50,4	51,0	51,5	52,6	39,8		50,6	51,5	37,3		52,4	53,7
Finlândia	73,2		78,8	79,6	80,5	81,1	82,0	83,0	71,6		79,6	80,8	74,9		84,4	85,2
França	62,2		66,7	67,3	68,5	69,6	70,3	70,8	65,2		71,3	72,1	59,4		69,3	69,6
Grécia	51,6		60,0	59,0	59,8	61,1	61,2	62,5	53,6		59,8	60,8	49,7		62,7	64,3
Hungria	69,4		76,4	78,1	79,2	79,7	80,6	81,3	74,2		83,8	84,3	64,9		77,5	78,4
Irlanda	57,6		65,2	66,6	68,1	70,0	71,5	73,5	55,3		68,4	70,5	59,9		74,7	76,4
Itália	45,2		50,4	51,3	52,3	53,3	54,3	55,2	45,9		53,5	54,3	44,5		55,1	56,0
Polónia	79,8		84,8	85,8	86,3	87,1	88,0	88,7	81,6		88,4	88,8	78,2		87,6	88,5
Portugal	19,4		26,5	27,6	27,5	28,2	29,9	31,9	18,6		27,3	28,6	20,1		32,4	35,1
Reino Unido	64,4		71,8	72,7	73,4	73,4	74,6	76,1	72,0		77,7	78,9	56,6		71,5	73,4
Roménia	69,3		73,1	74,2	75,0	75,3	74,7	74,3	75,8		79,1	78,5	63,0		70,3	70,2
Outros Países da Europa																
Noruega	85,4		88,2	78,5	78,7	80,0	80,5	80,9	85,9		81,0	81,4	84,9		80,1	80,5
Turquia	n.d.		n.d.	26,1	26,6	27,4	28,2	28,4	n.d.		34,2	34,7	n.d.		22,1	22,0

Nota: * quebra de série

Fonte: EUROSTAT (database) Actualização de 05.10.2011

Tabela 1.3.2. População (%) com ensino superior no grupo de idade 25-64 anos, na UE27 e outros países

	Homens e Mulheres								Homens				Mulheres			
	2000	...	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2000	...	2009	2010	2000	...	2009	2010
UE 27	19,5		22,5	23,0	23,5	24,3	25,2	25,9	20,6		24,5	25,1	18,5		25,8	26,7
Alemanha	23,8		24,6	23,9	24,3	25,4	26,4	26,6	28,9		29,7	29,8	18,6		23,1	23,4
Dinamarca	26,2		33,5	34,7	32,2	32,1	34,3	34,2	25,1		31,0	31,3	27,3		37,7	37,1
Eslováquia	10,3		14,0	14,5	14,4	14,8	15,8	17,3	10,9		14,9	15,7	9,8		16,6	18,9
Espanha	22,7		28,2	28,5	29,0	29,2	29,7	30,7	23,5		28,7	29,3	21,9		30,7	32,0
Finlândia	32,3		34,6	35,1	36,4	36,6	37,3	38,1	29,2		31,4	32,4	35,5		43,3	44,0
França	21,6		25,4	26,1	26,6	27,2	28,6	29,0	21,1		26,7	27,3	22,0		30,5	30,7
Grécia	17,0		20,6	21,5	22,0	22,6	22,8	23,9	18,6		22,7	23,7	15,5		22,9	24,1
Hungria	14,1		17,1	17,7	18,0	19,2	19,9	20,1	13,8		17,5	17,6	14,5		22,1	22,5
Irlanda	22,0		29,6	31,3	32,8	34,4	35,9	37,3	21,7		33,0	34,1	22,2		38,7	40,5
Itália	9,7		12,2	12,9	13,6	14,4	14,5	14,8	9,8		13,0	13,2	9,5		16,0	16,3
Polónia	11,4		16,8	17,9	18,7	19,6	21,2	22,9	10,3		17,7	19,2	12,5		24,4	26,4
Portugal	8,8		12,8	13,5	13,7	14,3	14,7	15,4	7,6		11,9	12,3	10,0		17,3	18,5
Reino Unido	28,5		29,9	30,8	32,0	32,0	33,4	35,0	29,9		33,1	34,5	27,0		33,7	35,5
Roménia	9,3		11,1	11,7	12,0	12,8	13,2	13,8	10,4		13,1	13,7	8,3		13,4	13,9
Outros Países da Europa																
Noruega	31,6		32,6	33,1	34,4	35,5	35,9	36,9	30,8		31,9	33,1	32,5		40,1	41,0
Turquia	n.d.		n.d.	9,6	10,2	10,9	11,5	11,9	n.d.		13,8	14,4	n.d.		9,3	9,5

Fonte: EUROSTAT (database) Actualização de 08.06.2011

1.4. Relação entre Qualificação e Emprego

Um olhar sobre os níveis de qualificação e a inserção no mercado de trabalho em Portugal e na UE27, no período entre 2000 e 2010, revela uma relação positiva entre qualificação e emprego, manifesta no facto de a *taxa de emprego** ser sempre mais elevada para os detentores de ensino superior do que para os diplomados dos outros níveis de ensino, diminuindo à medida que se desce na escala de graduação académica (Figura 1.4.1.). Focalizando o grupo etário dos 25 aos 64 anos, em Portugal, verifica-se que em 2010 a taxa de emprego da população portuguesa com ensino superior era de 85,4%, enquanto a dos diplomados com ensino secundário e pós secundário era de 79,9% e a dos de ensino básico de 68,2% (Tabela 1.4.a., em anexo estatístico).

Comparando com a média da UE27, verifica-se também que as taxas de emprego são mais elevadas em Portugal que na média da Europa em todos os níveis de qualificação, excepto no grupo dos jovens mais qualificados de 15 a 24 anos.

A quebra de emprego que se registou neste período não alterou esta situação, mas revelou em termos gerais que o nível de qualificação menos afectado é o secundário, chegando mesmo a apresentar um saldo positivo de 0,2pp na média da UE27 (no grupo dos 25 - 64 anos), e que o grupo etário mais atingido é o dos jovens de 15 a 24 anos.

Neste quadro de restrição das oportunidades de emprego, Portugal manifesta algumas especificidades que vale a pena registar: (i) os diplomados com ensino superior sofrem a maior quebra das taxas de emprego, em detrimento dos que apresentam as mais baixas qualificações, mais atingidos na maior parte dos países da UE27; (ii) os jovens de 15 a 24 anos que saem mais lesados são os mais qualificados, ao contrário da Europa que penaliza mais os de mais baixas qualificações; (iii) na faixa etária mais próxima da idade da reforma, evoluímos em sentido contrário ao da tendência europeia: enquanto na UE27 as taxas de emprego

crescem para todas as qualificações, em Portugal decrescem no período em análise.

Cotejando os dados de emprego com os de desemprego, verifica-se que, apesar das evoluções mais recentes, as taxas de desemprego continuam mais baixas em Portugal do que na média da UE27, excepto nos diplomados com ensino superior e nas mulheres mais qualificadas (com secundário e superior).

Este facto não impede que mesmo assim se continuem a confirmar as vantagens de uma qualificação de nível superior, tanto no acesso ao emprego como nas probabilidades de o manter.

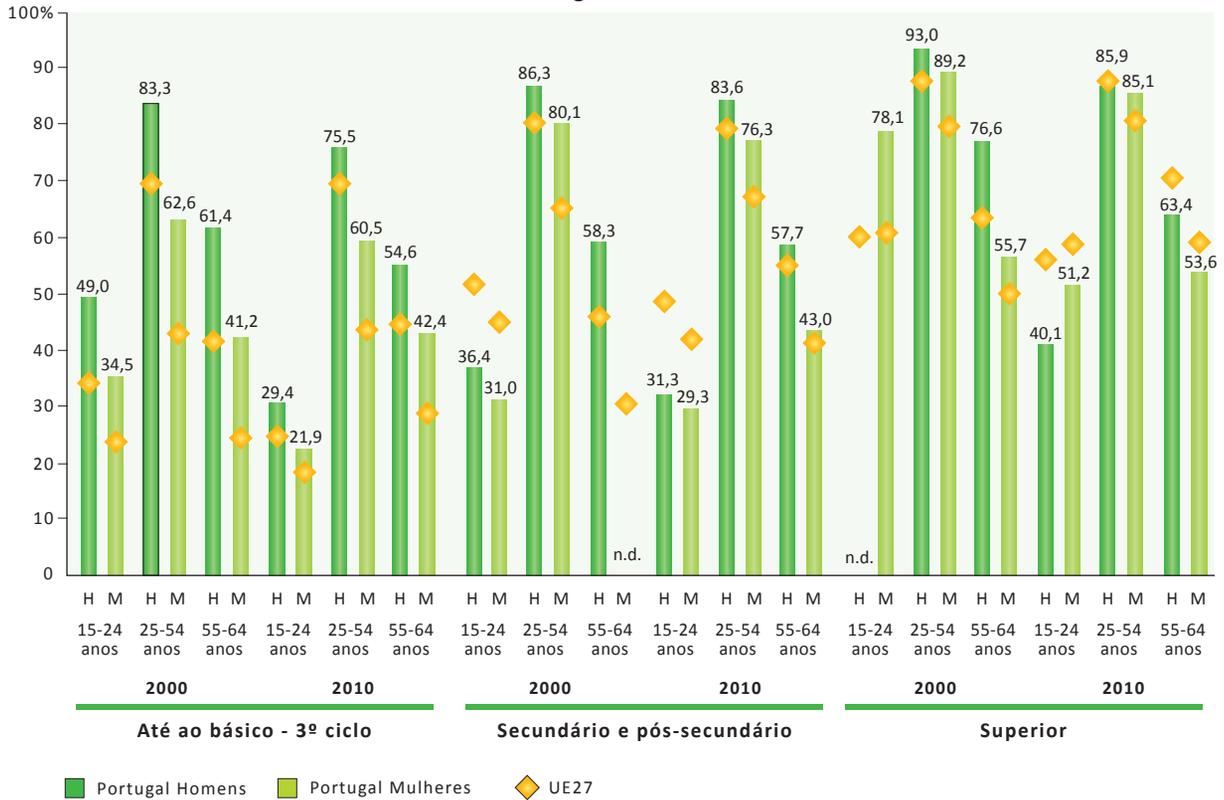
Desagregando estes dados por sexo, verifica-se que tanto na Europa como em Portugal são manifestas as diferenças de género com prejuízo para as mulheres, quer no acesso ao emprego, quer nas probabilidades de desemprego, excepto no grupo das jovens diplomadas com ensino superior que entre os 15 e os 24 apresentam taxas de emprego mais elevadas.

É de assinalar, no entanto, que as diferenças de género são em geral mais atenuadas nos diplomados com o ensino superior e que se foram reduzindo no decorrer da década.

Em Portugal estas diferenças são menos expressivas que as da Europa no acesso ao emprego, mas mais evidentes no que toca ao desemprego. Na UE27, embora seja mais difícil às mulheres ultrapassarem a barreira do acesso ao emprego, elas têm vindo a conquistar cada vez mais terreno nas probabilidades de o manterem.

A maior parte dos países da UE27 vem evoluindo no sentido de uma maior paridade perante o desemprego, com as diferenças de género a tornarem-se progressivamente mais ténues, atingindo em 2010 os valores pouco significativos de 0,3pp para baixas qualificações e 0,5pp para as restantes.

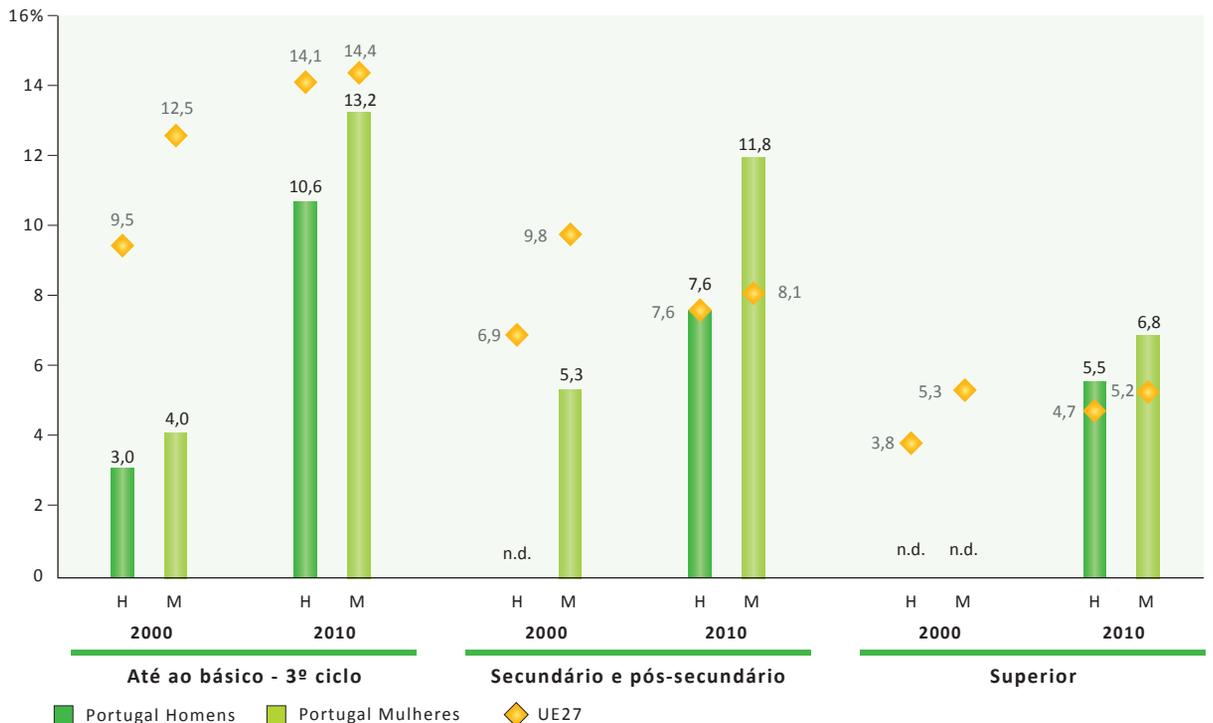
Figura 1.4.1. Taxa de emprego (%) por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo. Portugal e UE27



Nota: n.d. - não disponível

Fonte: EUROSTAT (database). Atualização de 09.08.2011

Figura 1.4.2. Taxa de desemprego (%) no grupo 25-64 anos, por sexo e nível de escolaridade completo. UE27 e Portugal



Nota: n.d. - não disponível

Fonte: EUROSTAT (database). Atualização de : 12.05.2011

DESTAQUES

Entre 2000 e 2010, cresce o índice de envelhecimento da população portuguesa (120 idosos para 100 jovens, em 2010), apesar de rejuvenescida pela população estrangeira residente, cuja idade média é de 34 anos, enquanto a da nacional é de 40,9.

A proporção da população estrangeira em Portugal é inferior à da média da UE27 (4,2% para 6,4%), mas a sua concentração maioritária nos distritos de Faro, Lisboa e Setúbal coloca desafios acrescidos a estas regiões.

A maior parte da população estrangeira é oriunda de países lusófonos (25,59% do Brasil e 24,91% dos PALOP), embora tenda a acentuar-se o crescimento da que provém do continente europeu (38,87%).

A estrutura de qualificações da população portuguesa tem vindo a alterar-se, reduzindo-se a proporção de indivíduos sem qualquer qualificação e a dos que possuem apenas os 1º ou 2º ciclos de escolaridade como habilitação máxima. Aumentou, por outro lado, o contingente de pessoas com certificação de nível básico (3º ciclo), secundário e superior. No cômputo global, o grupo etário de mais elevadas qualificações é o dos 25-44 anos, sendo nos escalões etários a partir dos 45 anos que persistem as qualificações de nível mais baixo.

Embora a percentagem da população portuguesa (entre os 25 e os 64 anos) que atingiu pelo menos o nível secundário (12º ano) tenha aumentado 12,5pp na última década, Portugal está ainda a 40,8 pp da média da UE (31,9% para 72,7%). Situação diferente é a que se observa na população com ensino superior onde se regista uma diferença de 10,5 pp relativamente à média europeia (15,4% para 25,9%).

A partir da geração que iniciou a escolarização na década de sessenta, iniciou-se um processo de inversão da tendência de qualificação mais elevada dos homens, passando as mulheres a apresentar níveis superiores de qualificação.

Há uma relação positiva entre nível de escolaridade e emprego, pois a taxa de emprego é mais elevada para os detentores de ensino superior, decrescendo à medida que baixa a graduação académica. As vantagens que as qualificações mais elevadas oferecem no acesso ao emprego são confirmadas nas probabilidades de o manterem, reflectidas na evolução das taxas de desemprego.

As taxas de emprego são mais elevadas em Portugal do que na média da UE27 para todas as qualificações e grupos etários, excepto no grupo dos jovens mais qualificados de 15 a 24 anos; e as de desemprego continuam mais baixas em Portugal do que na média da UE27, excepto nos grupos dos diplomados com ensino superior e das mulheres mais qualificadas.

Em contexto de quebra das taxas de emprego como a que se verificou na última década, os menos afectados foram os diplomados com ensino secundário (12º ano), em Portugal e também na média da UE27, onde chegou a registar-se um ligeiro crescimento neste nível de qualificação. Por outro lado, o grupo etário mais lesado foi o dos jovens de 15 a 24 anos, com os mais qualificados a serem os mais atingidos em Portugal, enquanto na média europeia foram os de mais baixas qualificações.

As taxas de emprego são mais elevadas para os homens do que para as mulheres em todos os escalões etários e níveis de qualificação, excepto no grupo das jovens diplomadas com ensino superior entre os 15 e os 24 anos, que superam os homens nas probabilidades de acesso ao emprego. Esta situação é comum a Portugal e à média da UE27, assim como a tendência para se atenuarem as diferenças de género à medida que se progride na escala de qualificação.

As mulheres portuguesas têm melhores perspectivas de acesso ao emprego do que as da média da UE27, mas menos probabilidades de o manterem. Em matéria de taxas de desemprego, a maior parte dos países da União Europeia progride no sentido de uma maior paridade de género, porquanto, passada a barreira do acesso, as mulheres europeias têm vindo a conquistar cada vez mais terreno nas probabilidades de manutenção do emprego, atingindo em 2010 valores muito próximos dos homens, com diferenças de 0,3pp nas qualificações mais baixas e 0,5 nas mais elevadas.



2 Educação de Infância

2.1. Oferta e Acesso

Cuidados para a infância (0 - 3 anos)

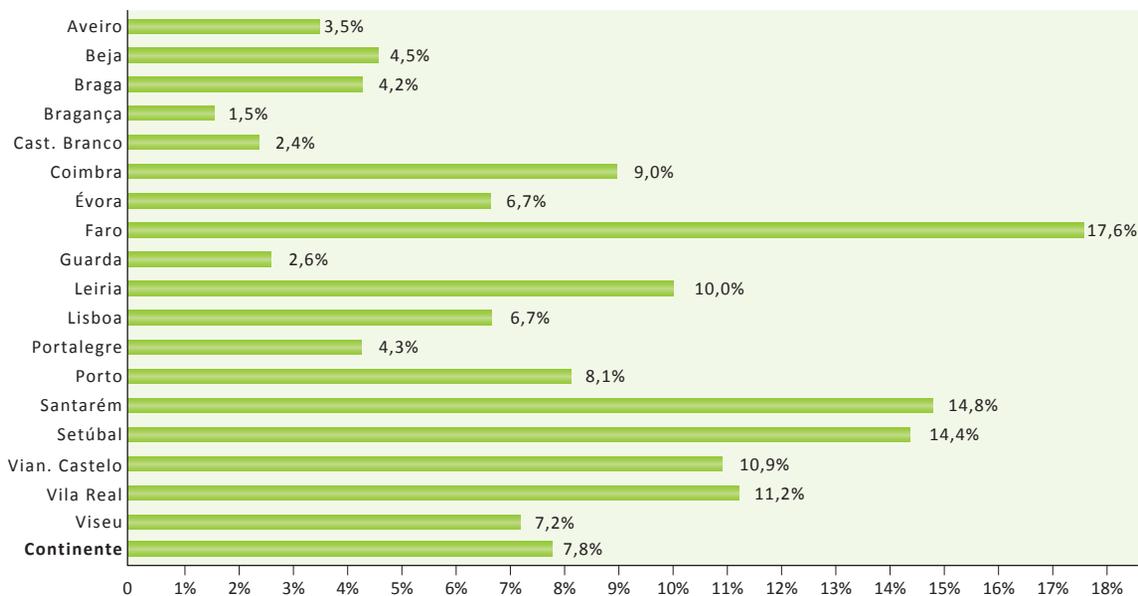
Para a primeira infância existem, no âmbito da Segurança Social, a *rede privada* e a *rede solidária*, consoante a natureza jurídica das entidades proprietárias.

O esforço de desenvolvimento da rede de oferta de cuidados para a infância terá resultado num aumento significativo da resposta social *Creche*, no período entre 1998 e 2009, quer em termos de equipamentos quer de capacidade instalada, registando esta neste período um crescimento de 69% (GEP, 2010). Entre 2009 e 2010, surgiram mais

127 creches e a capacidade total de acolhimento, no Continente, cresceu 7,8% (+6 960 lugares) (Tabela 2.1.a., em anexo estatístico e Figura 2.1.1.).

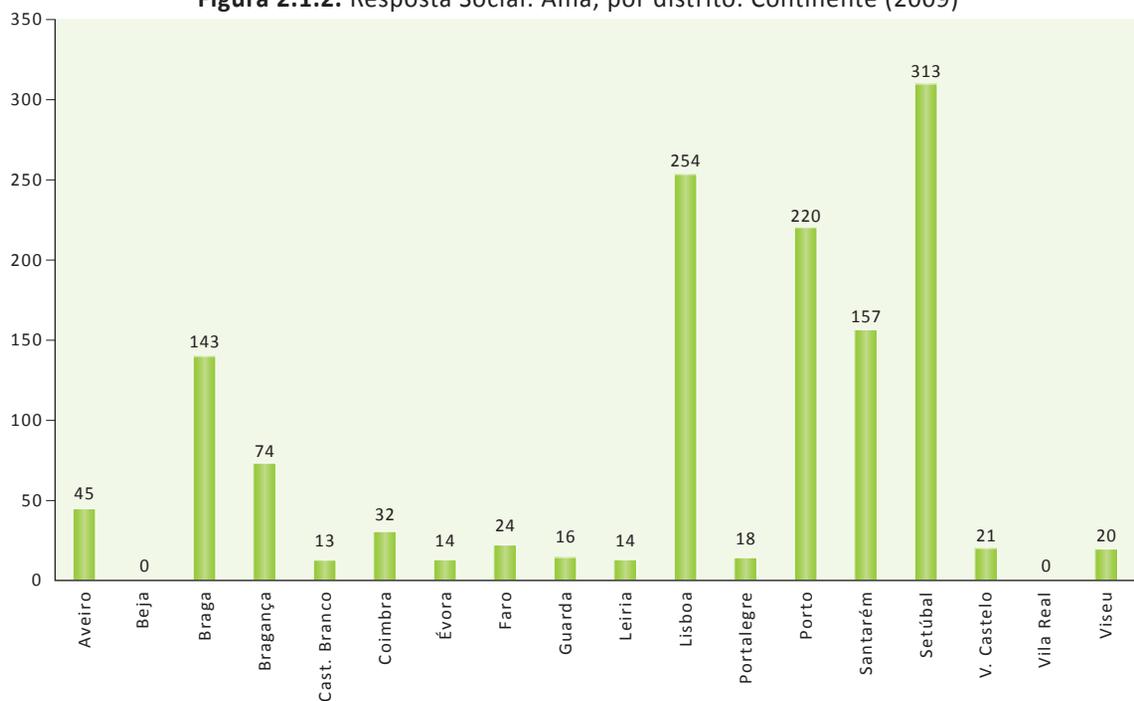
Com características próprias, a resposta social *Ama** distingue-se das restantes valências de apoio à primeira infância, sendo a sua implantação diferenciada nos dezoito distritos do Continente, como mostra a Figura 2.1.2.. Estes dados apenas contemplam a oferta formal deste tipo de resposta.

Figura 2.1.1. Crescimento (%) da capacidade instalada de Creche, por distrito. Continente (2009 - 2010)



Fonte: Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>. GEP, 2011

Figura 2.1.2. Resposta Social: Ama, por distrito. Continente (2009)



Fonte: GEP. Dezembro, 2010

Educação Pré-escolar (3 - 6 anos)

Oferta

A rede de educação de infância contempla uma componente pública e uma componente privada (*particular, cooperativa e social*), complementares entre si, com duas tutelas — a da Educação e a da Solidariedade e Segurança Social — consoante a natureza jurídica das entidades proprietárias.

A Tabela 2.1.1. e a Figura 2.1.3. apresentam a evolução do número de estabelecimentos de educação de infância no período compreendido entre 1999/00 e 2009/10 e confirmam um padrão de crescimento com alguma complementaridade, com a rede privada a compensar as perdas que ultimamente se vêm verificando na rede pública.

É patente na referida tabela um crescimento global nos primeiros anos, seguido de uma quebra persistente na rede pública, com maior intensidade na região Centro e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Durante período em análise, estas três regiões sofreram uma diminuição de 118, 75 e 11 estabelecimentos públicos, respectivamente, compensada na Madeira pelo sector privado e apenas em parte nas restantes, o que determinou um saldo negativo de 105 para a região Centro e 19 para os Açores.

Mesmo assim, é preciso notar que no cômputo global há um saldo positivo de 405 estabelecimentos (56 públicos e 349 privados), que corresponde a um aumento de 6%, em relação a 1999/2000, tendo os sectores público e privado contribuído com um crescimento de 1% e 17% das respectivas redes (Tabela 2.1.b., em anexo estatístico).

As regiões do Algarve e Lisboa registam o maior crescimento neste período, com 26,7% e 23%, respectivamente, encontrando-se a Madeira ainda em fase de expansão, sobretudo com o contributo da rede privada.

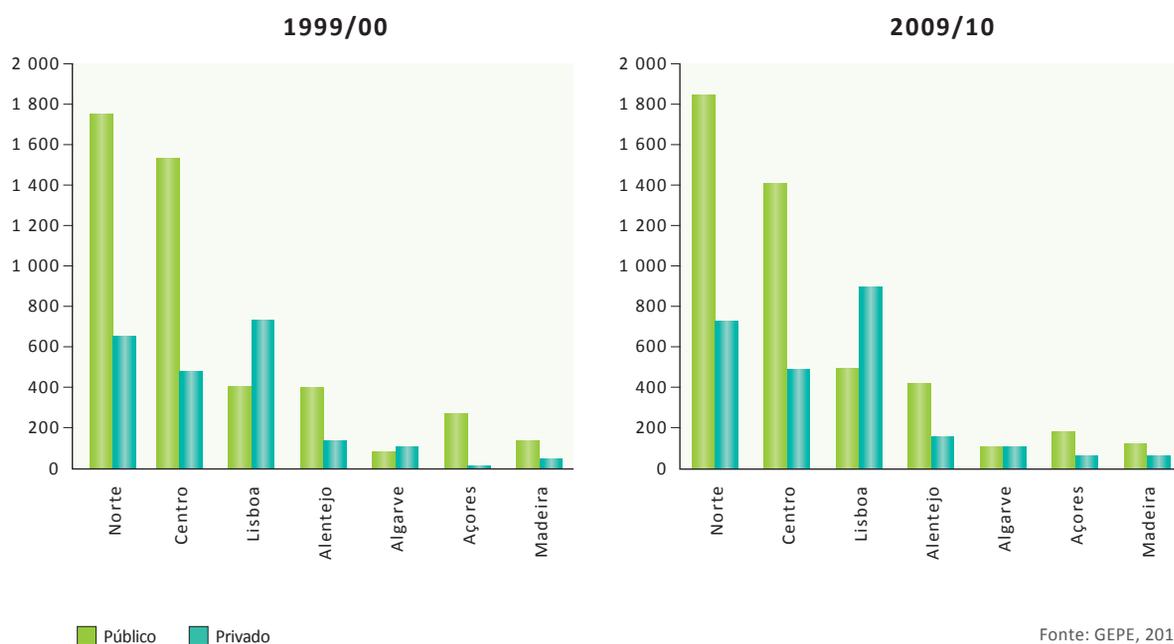
Quanto à distribuição geográfica da rede pública e privada, destacam-se Lisboa, com quase o dobro de estabelecimentos privados, e a RAA, no pólo oposto, praticamente satisfazendo a procura através de estabelecimentos públicos (Figura 2.1.3.). O Algarve também sobressai neste contexto por ter quase atingido a paridade entre as duas redes no ano de 2009/10. Nas restantes unidades territoriais do Continente e na Região Autónoma da Madeira (RAM) prevalece sempre a oferta pública sobre a privada, em termos de número de estabelecimentos.

Tabela 2.1.1. Estabelecimentos de Educação Pré-escolar(n.º), por natureza institucional, e NUT I e II

NUT I e II	1999/00			2006/07			2007/08			2008/09			2009/10		
	Públ.	Priv.	Total												
Norte	1 725	644	2 369	1 934	614	2 548	1 918	608	2 526	1 873	680	2 553	1 822	727	2 549
Centro	1 518	463	1 981	1 494	464	1 958	1 483	459	1 942	1 455	473	1 928	1 400	476	1 876
Lisboa	384	726	1 110	458	748	1 206	470	756	1 226	474	863	1 337	497	872	1 369
Alentejo	391	144	535	406	143	549	409	143	552	407	158	565	411	157	568
Algarve	74	91	165	93	94	187	97	94	191	98	102	200	104	105	209
Continente	4 092	2 068	6 160	4 385	2 063	6 448	4 377	2 060	6 437	4 307	2 276	6 583	4 234	2 337	6 571
R.A. Açores	246	3	249	179	59	238	179	59	238	164	59	223	171	59	230
R.A. Madeira	131	34	165	120	50	170	119	53	172	120	55	175	120	58	178
Portugal	4 469	2 105	6 574	4 684	2 172	6 856	4 675	2 172	6 847	4 591	2 390	6 981	4 525	2 454	6 979

Fonte: GEPE, 2011

Figura 2.1.3. Evolução das redes pública e privada de Educação Pré-Escolar, por NUT I e II



Fonte: GEPE, 2011

Acesso

Em termos nacionais, verifica-se que, ao aumento de 6% de estabelecimentos de educação pré-escolar, correspondeu um aumento de 20% de crianças inscritas (Tabela 2.1.c., em anexo estatístico).

A Figura 2.1.4. mostra a evolução do número de crianças inscritas entre 1999/00 e 2009/10, nas redes pública e privada, por idade. Procurando concretizar objectivos de universalização da oferta para as crianças de cinco anos, tanto no Continente como nos Açores e Madeira, os estabelecimentos públicos dão acesso prioritário a crianças com esta idade, seguindo-se as de quatro e três anos pela mesma ordem de preferência. O mesmo não se verifica na rede privada, onde há uma distribuição etária mais equitativa, embora com manifestações de alguma complementaridade em relação à rede pública, presentes numa evolução de sentido inverso, com uma diminuição de crianças inscritas com cinco anos e uma ocupação maioritária de crianças mais novas.

Uma vez que a pré-escolarização das crianças de cinco anos esteve sempre mais próxima de atingir a universalidade, não é nesta idade que se regista o maior crescimento do número de inscritos entre 1999/00 e 2009/10, mas antes nos três e quatro anos, por esta ordem: de 68% nos Açores a 24% no Continente, para os três anos, de 30% nos Açores a 24% no Continente e Madeira, para os quatro anos (Tabela 2.1.c., em anexo estatístico). Mesmo assim, no ano lectivo de 2009/10, os cinco anos mantêm a posição de privilégio que vêm ocupando na distribuição etária das crianças inscritas na educação pré-escolar (Figura 2.1.5.).

No contexto de expansão que ainda se verifica nesta década, não mereceria atenção particular o decréscimo de inscritos que se regista nos últimos anos, não fora a sua especial concentração na região

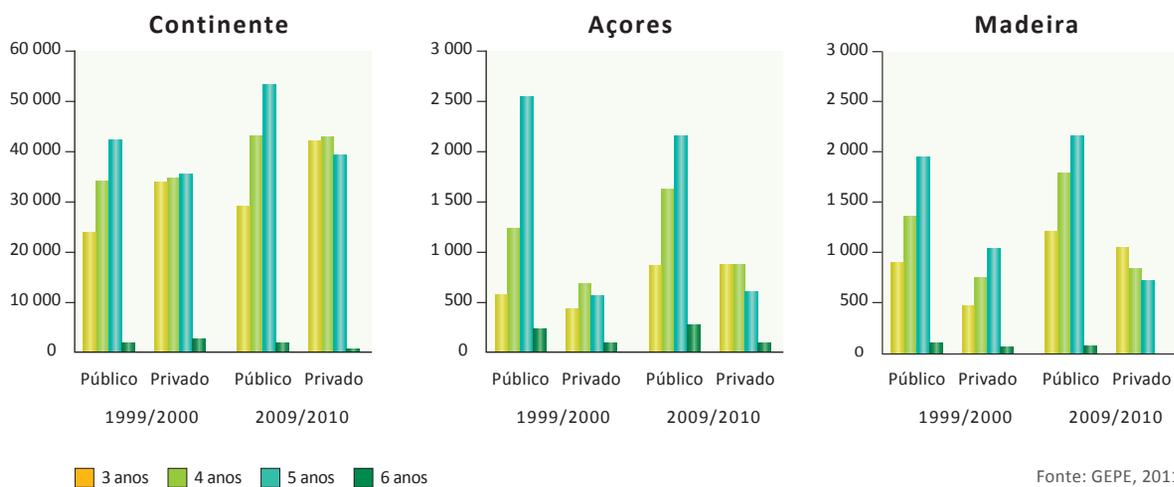
Centro, patente na Figura 2.1.6.. De facto, enquanto no Continente apenas se registou uma diminuição de 334 inscritos entre 2008/09 e 2009/10, na região Centro este decréscimo atingiu 2176 (Tabela 2.1.d., em anexo estatístico). Acresce que na transição para 2008/09 já esta região havia sofrido um decréscimo de 509 inscritos, quando todas as restantes regiões do Continente ainda se encontravam em fase de crescimento.

Apesar da redução de unidades da rede pública nos últimos tempos, sabe-se através de informação provinda da IGE (vide publicações anuais sobre a organização do ano lectivo) que em todas as regiões os jardins de infância continuam a não admitir crianças por falta de vaga.

Nestas circunstâncias, haveria que verificar até que ponto, em situação de sobrelotação, os mais carenciados encontram resposta na oferta existente, o que aconselha uma monitorização próxima das situações de desfasamento entre a oferta e a procura e uma intervenção concertada a nível local, que concretize a equidade no acesso de toda a população abrangida.

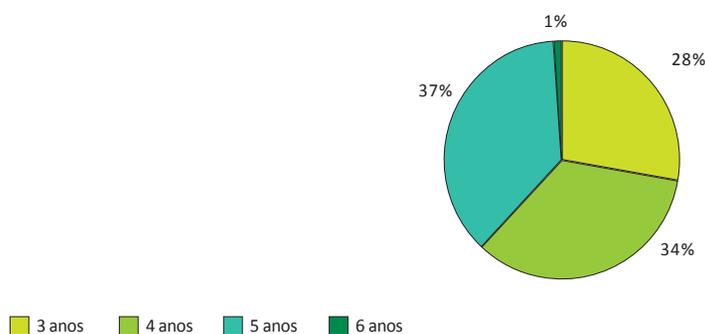
Com os mesmos objectivos de compatibilização com as necessidades da procura, continua a verificar-se o alargamento do horário de funcionamento das instituições de acolhimento de crianças dos 0 aos 6 anos (MTSS. Carta Social, 2002, 2008, 2009). Do ponto de vista da oferta, esta situação afigura-se como um apoio importante à família, embora o número de horas diárias de permanência das crianças em meio institucional deva também ser tido em consideração. Isto porque, de acordo com a Tabela 2.1.e. do anexo estatístico, Portugal surge como um dos países em que é superior a percentagem de crianças que passa 30 ou mais horas semanais em instituições de guarda formal.

Figura 2.1.4. Crianças inscritas, por natureza institucional e por idade. Continente, Açores e Madeira



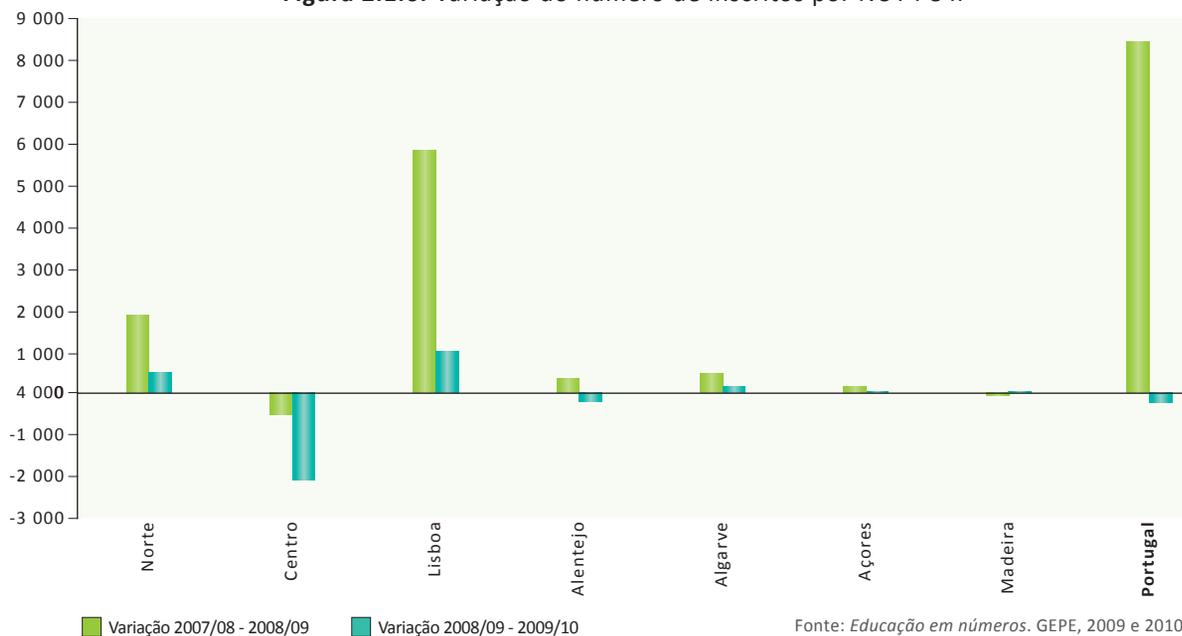
Fonte: GEPE, 2011

Figura 2.1.5. Distribuição etária das crianças inscritas na educação de infância. Portugal (2009/2010)



Fonte: GEPE, 2011

Figura 2.1.6. Variação do número de inscritos por NUT I e II



Fonte: Educação em números. GEPE, 2009 e 2010; Estatísticas da Educação 2009/2010. GEPE, 2011

2.2. Apoios

Intervenção Precoce na Infância

Em 2004, a Segurança Social celebrou com as IPSS um Protocolo que fixou os valores das participações para a celebração de acordos de cooperação com creches (novos acordos a celebrar ou revisão dos anteriormente celebrados), introduzindo progressivamente o princípio de *diferenciação positiva**, em sintonia com a possibilidade de as IPSS poderem ser “diferenciadas positivamente nos apoios a conceder, em função das prioridades da política social e da qualidade comprovada do seu desempenho” (n.º 2 do artigo 87.º da Lei de Bases da Segurança Social).

Com o mesmo fim de promoção da equidade no acesso à educação de infância, estão também disponíveis serviços de intervenção precoce destinados a crianças dos 0 aos 6 anos de idade que estejam em risco de atraso de desenvolvimento ou que manifestem deficiência ou necessidades educativas especiais, a carecer de uma intervenção integrada e multidisciplinar. Concorrem para este tipo de intervenção os serviços de educação, saúde, acção social e outros parceiros, aos quais compete a identificação de necessidades, a definição de prioridades e a subsequente elaboração e avaliação sistemática de um plano de intervenção individual.

Para responder a este desafio e garantir a cobertura nacional da oferta de serviços de Intervenção Precoce na Infância (IPI), o Ministério da Educação criou em 2008 uma rede de agrupamentos de escolas de referência (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro) que através dos educadores aí colocados presta apoios de IPI em articulação com os serviços de saúde e de segurança social. Posteriormente, já em 2009, foi criado um Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) que apela a uma actuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação e ao envolvimento das famílias e da comunidade.

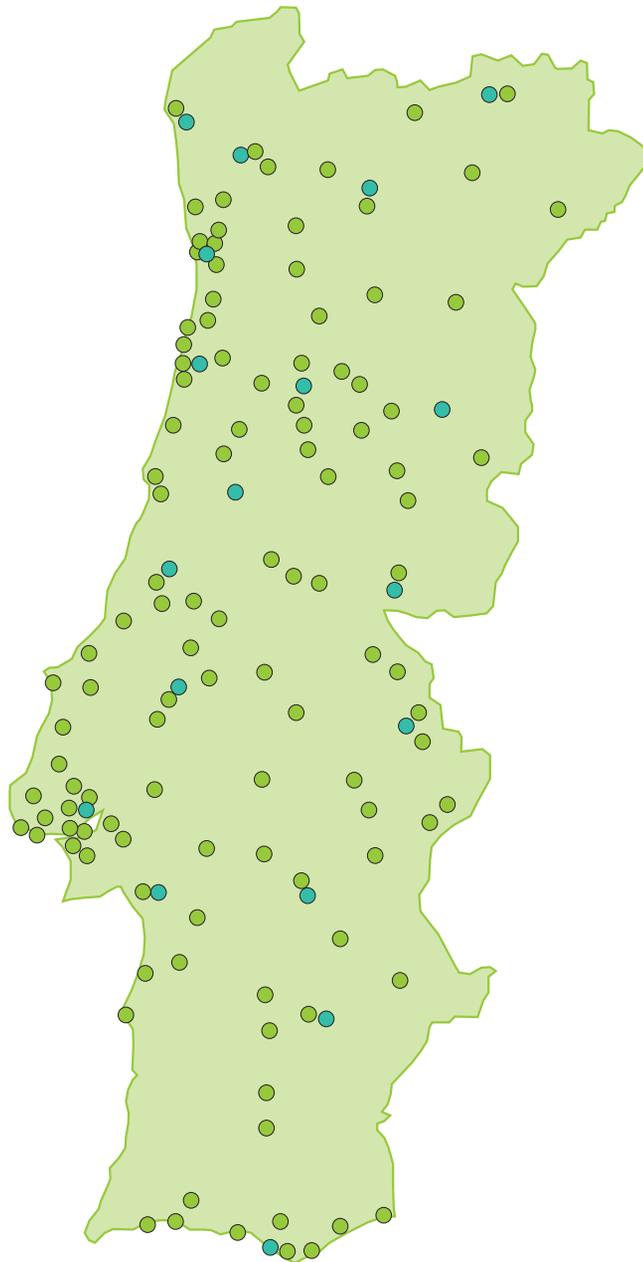
Em resultado destas opções organizacionais, em 2010/2011 funcionam no Continente 132 agrupamentos de escolas de referência e 97 equipamentos (Intervenção Precoce na Infância) integrados na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do MTSS, destinados a crianças e jovens com deficiência. (Figura 2.2.1.). Compete aos agrupamentos assegurar a articulação com os serviços de saúde e da segurança social; reforçar as equipas técnicas financiadas pela segurança social; e assegurar, no âmbito do Ministério da Educação, a prestação de serviços de intervenção precoce na infância.

Segundo informação estatística disponibilizada pela DGIDC no relatório que apresenta os resultados do Plano de Acção 2005-2009 relativo à Educação Inclusiva, em 2009 havia 144 agrupamentos de referência, abrangendo 4335 crianças em programas de Intervenção Precoce, apoiadas por 500 educadores, o que representa uma média de oito crianças por educador.

Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) têm desempenhado um papel importante no apoio a crianças em risco em idade de frequentar a educação pré-escolar. Dada a dificuldade de tratar separadamente os dados disponíveis, a intervenção das CPCJ será desenvolvida no capítulo 3 – *Ensinos Básico e Secundário - Apoios*.

Figura 2.2.1. Mapa de referência dos equipamentos de Intervenção Precoce na Infância. Continente (2010/11)



escala 1 : 1 400 000

● Agrupamentos de referência para a intervenção precoce na infância ● Respostas da Segurança Social

Fonte: DGIDC
<http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/>

2.3. Educadores de Infância

Em 2009/10 existiam 18 380 educadores de infância em Portugal, sendo 10 368 da rede pública e 8012 da rede privada. A Figura 2.3.1. retrata a evolução da percentagem de educadores de infância em exercício nas redes pública e privada de educação pré-escolar, no ano de 1999/00 e entre 2008/09 e 2009/10. Nos anos em análise, verifica-se que a percentagem de educadores da rede pública é superior à da rede privada, embora o número de inscritos na rede pública só tenha superado o da privada a partir de 2001/02.

A região de Lisboa demarca-se desta distribuição, apresentando em 2009/10 uma percentagem de 67% de educadores na rede privada (Tabela 2.3.a., em anexo estatístico), consentânea com a relação percentual que existe entre ambas as redes, no que se refere a crianças inscritas: 67,96% das crianças estão inscritas em estabelecimentos da rede privada (Tabela 2.3.b., em anexo estatístico).

A Figura 2.3.2. mostra a evolução da habilitação dos educadores de infância, na última década, com um incremento considerável do grau de licenciatura ou equiparado, que passou a ser a habilitação de acesso à carreira a partir de 1997. As alterações em 2007 introduzidas no enquadramento jurídico da formação de professores, que estabelecem o grau de mestrado como habilitação mínima, ainda não produziram efeitos no sistema.

Se analisarmos o número de educadores em exercício por grupo etário verifica-se, na última década, um aumento nos escalões etários dos 40-49 anos e mais de 50 anos e uma diminuição

dos educadores com menos de 30 anos e entre os 30-39 anos (Tabela 2.3.c., em anexo estatístico). A tendência de *envelhecimento dos docentes**, em Portugal, tem-se acentuado também nos educadores de infância, conforme está patente na Figura 2.3.3.. Da análise da evolução do número de educadores com menos de 30 anos e com 50 ou mais anos, nota-se em 2006/07 o encontro das linhas de progressão, passando os últimos, a partir daí, a apresentar o número mais elevado, ao contrário do que sucedia no início da série.

A *taxa de feminidade** continua a ser muito alta na educação pré-escolar e é claramente a mais elevada se a compararmos com os níveis de ensino subsequentes. Na educação pré-escolar, apesar de alguma oscilação nos anos em análise, a taxa de feminidade mantém-se acima dos 95%. Esta percentagem está em sintonia com a média da *UE19** que era de 96,7%, em 2008, e com a da OCDE, que era de 96,9% no mesmo ano (OECD, 2010) (Tabela 2.3.d., em anexo estatístico).

Se considerarmos o vínculo laboral dos educadores de infância da rede pública, em Portugal, em 2009/10, a proporção de educadores do quadro e de contratados situava-se em 84% e 16%, respectivamente.

Figura 2.3.1. Educadores de infância em exercício (%), segundo a natureza institucional, em Portugal

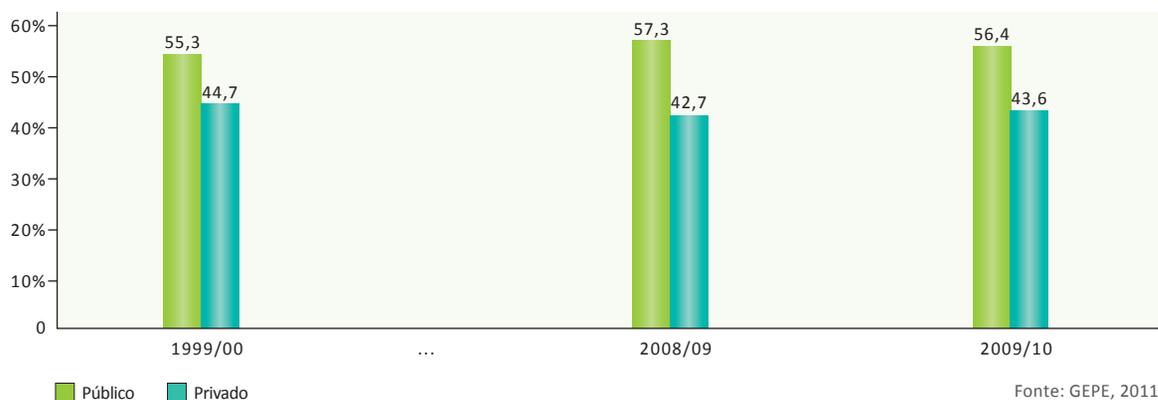


Figura 2.3.2. Número de educadores de infância por grau académico. Continente

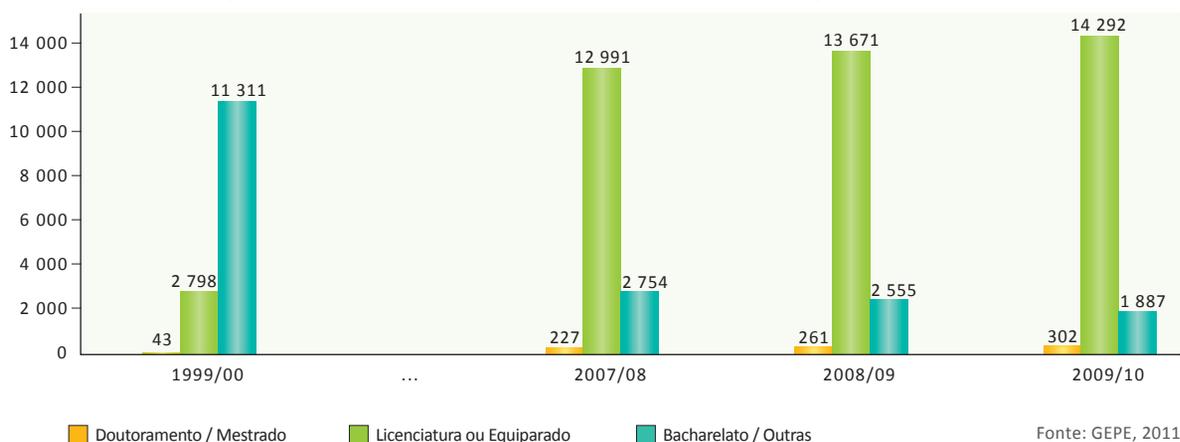
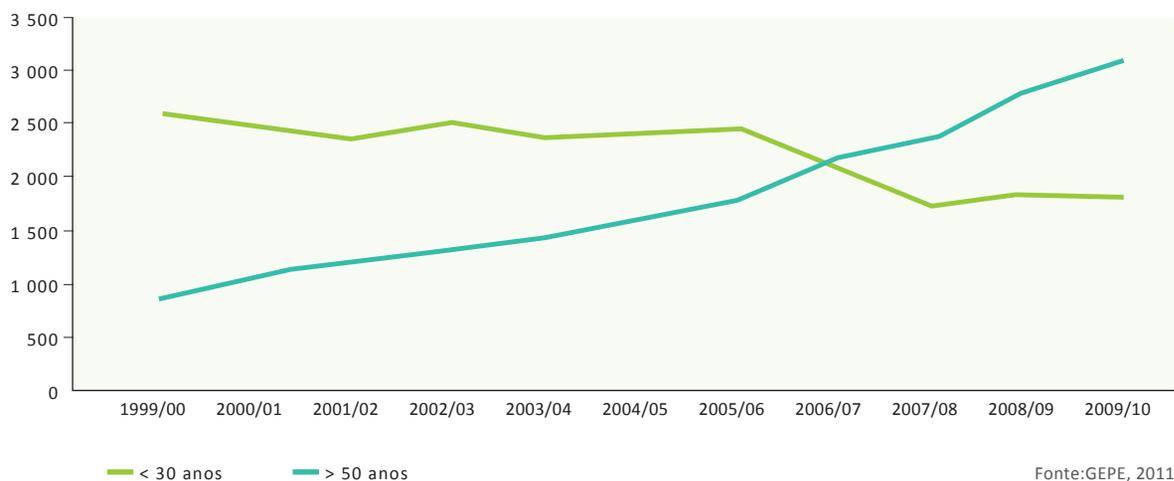


Figura 2.3.3. Educadores de infância, em exercício, com menos de 30 e com 50 e mais anos, no Continente



2.4. Recursos financeiros

Educação de Infância (0-3 anos)

O apoio à acção social para a primeira infância pode ser desenvolvido através de subvenções, programas de cooperação e protocolos com as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou por financiamento directo às famílias beneficiárias.

Assim, modalidades *Creche e Creche Familiar* verifica-se que, em 2009, foram celebrados mais 13 acordos de cooperação que em 2008, embora com decréscimo da valência *Creche Familiar*. Em concordância, a despesa com estas respostas cresce no caso das *Creches* e decresce nas *Creches Familiares*. Apesar disso, o número de crianças acolhidas aumenta nas duas modalidades - *creche e creche familiar* - representando conjuntamente +2640 crianças (Tabela 2.4.1.).

A modalidade *Ama* aparece pela primeira vez na Conta da Segurança Social – 2009, no âmbito dos acordos de cooperação, com um total de despesa de 2 661 859,18€ (Tabela 2.4.1.). No entanto, continua a ser contemplada em Despesas da Área da Infância e Juventude do capítulo Programas e Outras Despesas, no valor de 8 257,80 milhares de euro, apresentando uma variação percentual de -2,4% em relação ao ano precedente. A evolução desta despesa, entre 2005 e 2009, está patente na Tabela 2.4.2..

Também no capítulo *Programas e Outras Despesas*, encontra-se o *Programa de Apoio à Primeira Infância (PAPI)*, que visava o aumento e a melhoria das respostas de acolhimento à primeira infância em estabelecimentos privados. O apoio financeiro tinha carácter de subsídio a fundo perdido, não podendo ultrapassar 80% das despesas de

investimento elegíveis (art.º 12.º do Regulamento), nem ultrapassar 74 819,68€. O prazo máximo para a realização da totalidade das despesas de investimento era de 18 meses. Tendo tido início em 2001, com uma execução de 752,8 milhares de euro, este Programa teve oscilações de execução significativas, apresentando um valor mais elevado em 2006. Em 2009, a execução foi de 363,2 milhares de euro, ligeiramente superior a 2008. A despesa acumulada de 2001 a 2009 foi de 10 965,00 milhares de euro (Tabela 2.4.3.).

Educação Pré-Escolar (3-6 anos)

Em 2009, na valência *educação pré-escolar*, a Segurança Social celebrou 1 484 acordos de cooperação com estabelecimentos de educação pré-escolar da *rede privada solidária*, abrangendo 88 239 crianças. Comparando com 2008, houve um acréscimo de 18 acordos e +964 crianças abrangidas. A despesa com os acordos reflecte um crescimento de 550 milhares de euro, entre 2008 e 2009, ou seja +0,29% (Tabela 2.4.4.).

Através dos acordos de cooperação celebrados em 2009, a Segurança Social abrangeu com serviços de acção social 20,1% do total de crianças em estabelecimentos da *rede privada solidária*.

Tabela 2.4.1. Despesas com Acordos de Cooperação: dados financeiros e físicos em 31 de Dezembro, por valência. Continente

Valências (*)	2008			2009		
	Número de Acordos de Cooperação	Número de Utentes	Despesas (Euro)	Número de Acordos de Cooperação	Número de Utentes	Despesas (Euro)
Amas	-	-	-	-	-	2 661 859,18
Creches Familiares	105	3 048	8 892 548,02	99	3 115	7 867 847,74
Creches (**)	1 655	58 579	157 473 707,91	1 674	61 152	169 257 361,91
Total	1 760	61 627	166 366 255,93	1 773	64 267	179 787 068,83

Notas: (*) Não inclui o Programa PARES;

(**) A despesa inclui complemento por horários superiores a 11 horas

Fonte: Conta da Segurança Social 2009 Parte II.

IGFSS, I.P., 2010, pg. 497.

Tabela 2.4.2. Despesas com Amas

(milhares de euro)

	2005	2006	2007	2008	2009
Funcionamento	7 084,30	7 664,00	8 193,30	8 464,80	8 257,80

Fonte: Conta da Segurança Social 2009 Parte II.

IGFSS, I.P., 2010, pg. 500.

Tabela 2.4.3. Execução do Programa de Apoio à Primeira Infância (PAPI)

(milhares de euro)

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesa anual	1 448,70	1 534,70	1 152,00	339,00	363,20
Despesa acumulada	7 576,00	9 110,70	10 262,70	10 601,70	10 965,00
Peso do ano no Total	13,70%	14,50%	10,90%	3,20%	3,30%

Fonte: Conta da Segurança Social 2009 Parte II.

IGFSS, I.P., 2010, pg. 502.

Tabela 2.4.4. Acordos de Cooperação, Educação Pré-Escolar da Rede Privada Solidária. Segurança Social

Anos	Número de Acordos	Número de Crianças	Despesas (milhares de euro)
2008	1 466	87 275	188 601,60
2009	1 484	88 239	189 151,60

Nota: Dados físicos em 31 de Dezembro

Fonte: Conta da Segurança Social 2008 e 2009. IGFSS, I.P.

O orçamento executado pelo Ministério da Educação para a educação pré-escolar (Figura 2.4.1.) reflecte um crescimento global de 7,47%, entre 2009 e 2010 e de 110,84%, quando o ano de 2010 é comparado com 2000.

Em 2010, o peso de despesas com a *rede pública* é de 76,29%. Os restantes 23,71% repartem-se entre a *rede privada solidária* (através de *acordos de cooperação* celebrados pela Segurança Social, suportando o Ministério da Educação *as despesas da componente educativa*) e a *rede privada particular e cooperativa* (através de *contratos de desenvolvimento da educação pré-escolar* – apoio aos pais / encarregados de educação para comparticipação nas despesas de frequência, tendo por base o rendimento familiar *per capita*).

O Investimento do Plano do ME (Financiamento do Cap.º 50 do OE) na Educação Pré-Escolar era da responsabilidade da Administração Central entre 2003 e 2006, e totalizou nesse período o montante

de 3 819 127€, sendo 2003 o ano de maior investimento, no valor de 2 167 706€ (Tabela 2.4.a., em anexo estatístico) (GGF - Ministério da Educação, 2010). A partir de 2007, passou a ser assegurado na sua totalidade pela Administração Local, através dos Programas Operacionais Regionais na vertente relativa à requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, no âmbito do QREN 2007-2013.

Entre 2000 e 2010, as despesas de funcionamento com a educação pré-escolar na Região Autónoma da Madeira tiveram um crescimento de 80,73%, enquanto o número de crianças teve um acréscimo de 20,2% equivalente a +886 crianças neste nível de educação. De 2009 para 2010, observa-se um ligeiro decréscimo no número de crianças (Figura 2.4.2.)

Tabela 2.4.5. Transferências entre a Segurança Social e o Ministério da Educação, para a Educação Pré-Escolar

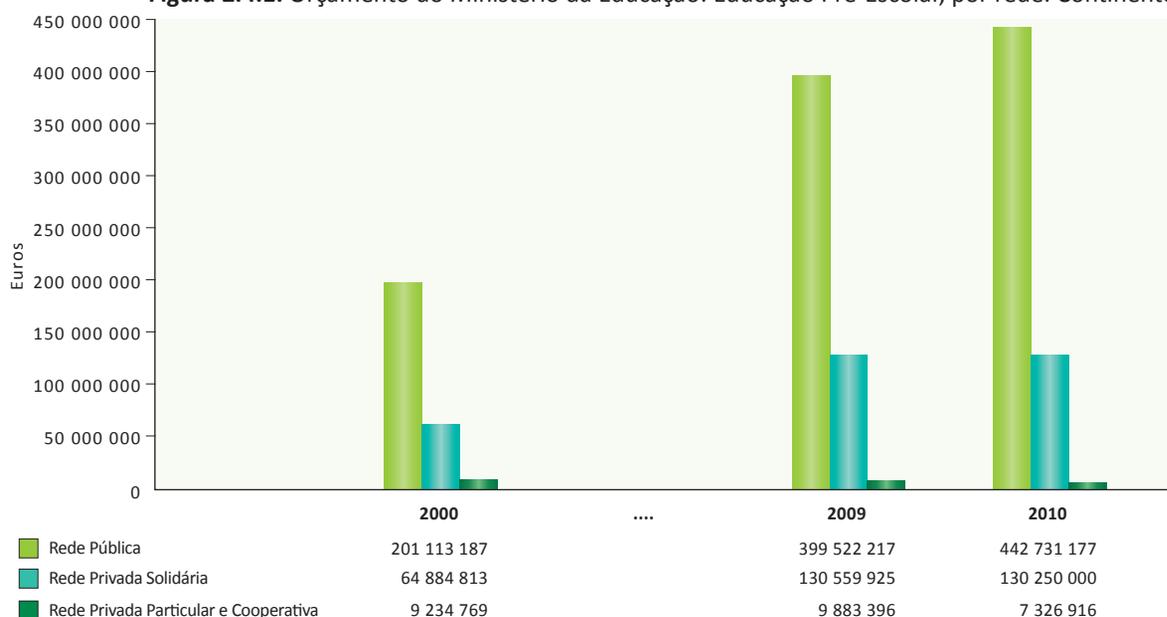
(milhares de euro)

Transferências do IGFSS para a <i>componente social</i> do pré-escolar da <i>rede pública</i>	2005	2006	2007	2008	2009
GGF do Ministério da Educação	44 440,0	45 640,0	42 789,7	43 663,5	49 921,1

Transferências do GGF para a <i>componente educativa</i> do pré-escolar da <i>rede privada solidária</i>	2005	2006	2007	2008	2009
IGFSS	118 640,0	117 200,0	120 150,0	123 897,5	128 734,6

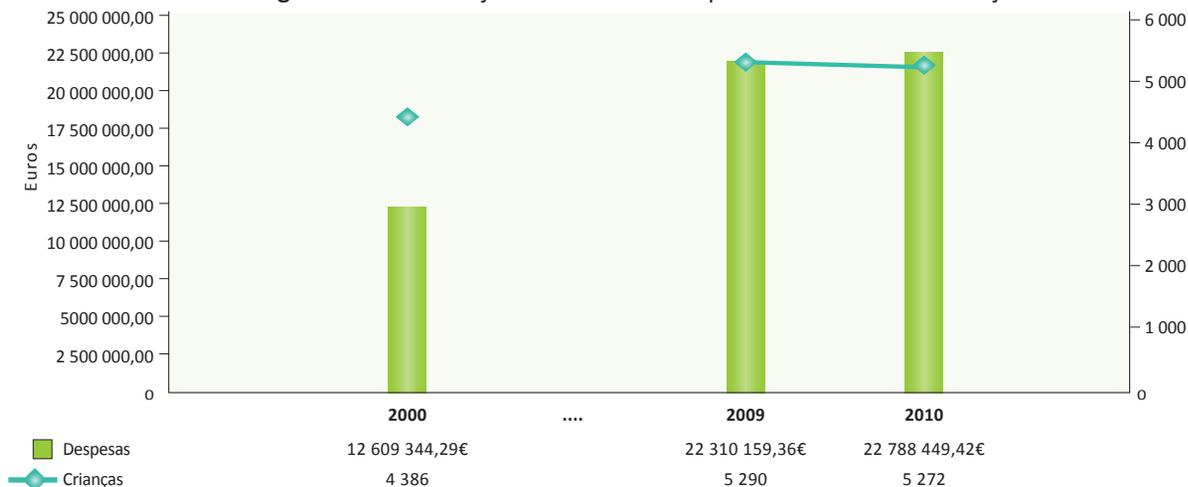
Fonte: Relatórios da Conta da Segurança Social 2008 e 2009. IGFSS, I.P.; Informação GGF 2011

Figura 2.4.1. Orçamento do Ministério da Educação: Educação Pré-Escolar, por rede. Continente



Fonte: Relatórios de Execução Orçamental. GGF, 2008 e 2009; GGF 2011

Figura 2.4.2. Educação Pré-Escolar: despesas e número de crianças. RAM



Nota: Inclui os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e o Pré-Escolar das EB1/PE

Fonte:GGF da Secretaria Regional de Educação e Cultura da RAM, 2011

2.5. Processo educativo

Relação adulto/crianças e tamanho dos grupos

Um dos indicadores determinantes da qualidade na educação de infância é o rácio educador/crianças e o tamanho dos grupos, uma vez que contribuem para influenciar a natureza das actividades a organizar e as interacções educador/crianças e das crianças entre si.

Nesta secção é apresentada a situação de Portugal face aos outros países da UE27 e a três países da Área Económica Europeia, no que se refere aos parâmetros estabelecidos a este propósito, com base no relatório *Eurydice** (2009).

Na oferta de cuidados para a infância, a Tabela 2.5.1. indicava para Portugal um número máximo de 15 crianças por grupo para o escalão etário dos 0 aos 3, embora apenas se aplicasse a crianças dos 24 aos 36 meses. Mais recentemente, a Portaria n. 262/2011, de 31 de Agosto, vem alterar a situação, passando de 8 para 10 o número máximo de crianças na sala de berços; de 10 para 14 o dos grupos de idades compreendidas entre a aquisição da marcha e os 24 meses; e de 15 para 18, o número de crianças de 24 a 36 meses.

Na educação pré-escolar é adoptada uma relação de um educador para 25 crianças, o que faz com que Portugal se situe entre os que definem um número máximo mais elevado, apenas ultrapassado pela Itália, Eslováquia e Reino Unido (Eurydice, 2009).

Apesar de a legislação prever um auxiliar para cada três grupos, compete às autarquias complementar este tipo de pessoal para que as actividades decorram com a qualidade necessária. Esta orientação tem implicado que na prática, cada grupo funcione com um auxiliar, além do educador, o que nos coloca em posição relativamente favorável, em termos internacionais. O diploma recentemente publicado determina dois técnicos na área do desenvolvimento infantil ou ajudantes de acção educativa por cada grupo até à aquisição da marcha e um educador de infância e um ajudante de acção educativa por cada grupo a partir da aquisição da marcha.

Acresce que Portugal também se encontra entre os poucos países que definem regras diferenciadas para crianças em risco, mais consentâneas com modalidades de acompanhamento mais intensivo exigidas nestas situações.

Orientações curriculares

Tal como na maioria dos países da Europa, a oferta de cuidados para a infância em Portugal adopta, em geral, objectivos de bem-estar das crianças e de satisfação das necessidades das famílias, na sua relação com as respectivas actividades profissionais. A elaboração de linhas pedagógicas orientadoras para o trabalho com crianças dos 0 aos 3 anos tem vindo a ser recomendada.

Já a educação pré-escolar contempla uma dimensão educativa relacionada com o desenvolvimento cognitivo e social e com a aprendizagem de fundamentos de literacia da leitura, da escrita e da numeracia. Verifica-se no relatório da Eurydice (2009) que todos os países dispõem de orientações curriculares para a educação das crianças dos 3 aos 6 anos de idade, tendo a maioria como enfoque prioritário o desenvolvimento pessoal e social das crianças. Alguns países em que Portugal se inclui, complementam estes objectivos com propósitos de desenvolvimento da literacia e numeracia junto das crianças mais velhas, como forma de as preparar para a escolaridade subsequente.

Tabela 2.5.1. Rácio adulto/criança e número de crianças por grupo em serviços subsidiados e acreditados. UE/AEE. (2006/07)

	3 a 6 anos				0 a 3 anos	
	Tamanho dos grupos		Rácio adulto/criança		Tamanho dos grupos	Rácio adulto/criança
	Mínimo	Máximo	em geral	crianças em risco	Máximo	
Alemanha	-	25	1+1/25	-	-	-
Áustria	-	25	-	-	15	1+2/15
Bélgica (De)	-	-	1/19; 2/32	-	-	3/18
Bélgica (Fr)	-	-	1/19; 2/39	-	-	1/7; 1/9
Bélgica (NI)	-	-	-	-	-	1/7; 1/10
Bulgária	12	22	-	-	18	-
Chipre	-	25	1/25	1/20	-	1/6 - 12
Dinamarca						(*)
Eslováquia	15	22 - 28	1/G	-	20	2/8 - 14; 3/14 - 20
Eslovénia	-	22	1+0,5/22	-	12	1+0,5/12
Espanha	-	25	1/25	-	-	-
Estónia	-	20	1+1/20	-	14	1/7
Finlândia a)	-	-	1/7 - 13	-	-	1/4; 2/8
Finlândia b)	-	13 - 20	1/13; 2/20	-	-	-
França	-	-	1+1/G	-	-	1/5; 1/8
Grécia	-	25	1/25	-	-	-
Holanda c)	-	-	1+1/G	-	-	1/4 - 8
Hungria	-	20 - 25	1/25	-	10 - 12	1/6
Irlanda	-	24	1/8 - 10	1+1/15	-	-
Islândia	-	-	1/5 - 10	-	-	1/5 - 10
Itália	15	28	1/25-28	-	-	-
Letónia	10	24	1/8	-	10 - 16	-
Listenstaine	-	20	-	-	-	-
Lituânia	-	20	1+1/G	-	10 - 15	1+1/G
Luxemburgo	8	25	1+1/G	-	-	-
Malta	15	20	1/G	-	-	1/3 - 6
Noruega	-	-	1+2/14 - 18	-	-	1/7 - 9
Polónia	-	25	1/G	-	-	2+2/35
Portugal	20	25	1+1/25	-	15	1+1/15
Reino Unido	-	26	-	-	-	-
República Checa	13 - 18	24	1/24	-	-	-
Roménia	-	20	1/20	-	10 - 15	1/4 - 6
RU - Escócia	-	-	1/8	-	-	-
Suécia						(*)

Notas: a) dispositivos unitários;

b) Pré-primária;

c) tem recomendação, mas só define normas para actividades recreativas a nível municipal

(*) sem recomendações definidas a nível central

Fonte: *Early Childhood Education and Care in Europe: Tackling Social and Cultural Inequalities*. Eurydice, 2009

2.6. Resultados

Taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (0-3 anos)

A taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (Creche e Ama) reflecte os progressos que têm sido realizados no sentido da aproximação às metas definidas pelos países da UE. Em 2009, as respostas sociais em funcionamento cobriam já 32,6% desta população-alvo, enquanto a média era de 30,2% em 2008¹.

No que respeita apenas à modalidade de creche, a taxa de cobertura foi de 26,3% em 2009 (80 330 crianças), sendo de 27,5% em 2010 (83 738 crianças)².

Taxa de Pré-escolarização (3-6 anos)

A análise da oferta e acesso à educação pré-escolar demonstrou ter-se mantido na última década a expansão que se iniciou em finais dos anos 70. Começa, no entanto, a verificar-se mais recentemente uma tendência de retracção da rede pública, com uma quebra global de apenas 159 estabelecimentos (de 2006/07 a 2009/10).

A situação descrita repercute-se, por um lado, numa evolução positiva das taxas de pré-escolarização (+12,3pp) em termos nacionais e, por outro lado, num ligeiro decréscimo (-1,2pp) na região Centro, onde a uma mais elevada retracção da rede pública se aliou o menor crescimento da rede privada na última década. Curiosamente, esta diminuição

das taxas de pré-escolarização está reflectida em todas as NUT III da região, com excepção da Serra da Estrela e Beira Interior Sul, que, tendo atingido valores próximos dos 100%, revelam agora uma ligeira quebra nas taxas de pré-escolarização do sexo feminino (Tabela 2.6.a, em anexo estatístico). Apesar disso, as taxas de pré-escolarização nesta região apresentam o segundo valor mais elevado do país.

As regiões de Lisboa e Algarve continuam a apresentar as taxas de pré-escolarização mais baixas, com valores ligeiramente superiores no sexo masculino.

Numa análise por idades, verifica-se que as crianças de 3 e 4 anos são as que mais contribuem para o crescimento das taxas de pré-escolarização, num movimento de aproximação aos níveis já anteriormente atingidos pelos 5 anos (Tabela 2.6.1.).

Em termos de duração média da pré-escolarização tem havido uma evolução também positiva na última década, com progressos mais assinaláveis na RAA (Figura 2.6.1.), embora a RAM apresente a média mais elevada durante todo o período em análise. A nível nacional passou-se de uma média de 2,2 anos de frequência em 1999/00, para 2,5 em 2009/10.

1 Carta Social 2008 e Carta Social 2009, não se constituindo como instrumentos de divulgação estatística nem de análise qualitativa, mas apresentando as principais tendências de evolução da Rede.

2 Tendo em conta as *Estimativas da População Residente* para 2009 e 2010 do INE, para o grupo etário dos 0 aos 2 anos.

Tabela 2.6.1. Taxa de pré-escolarização (%) por idade e sexo, em Portugal

	1999/00			...	2008/09			2009/10		
	HM	H	M		HM	H	M	HM	H	M
3 anos	58,6	57,6	59,7		70,8	70,6	70,9	73,4	73,9	73,0
4 anos	72,3	71,2	73,5		83,6	84,1	83,1	85,4	85,8	85,0
5 anos	84,1	82,8	85,5		92,2	92,3	92,2	92,7	93,5	91,8
3 a 5 anos (meta 2021)	71,6	70,5	72,8		82,3	82,4	82,1	83,9	84,5	83,3
4 a 5 anos (meta 2020)	78,2	77,0	79,5		88,0	88,2	87,7	89,0	89,7	88,4

Fonte: GEPE, 2011

Tabela 2.6.2. Taxa de pré-escolarização (3, 4 e 5 anos) (%) por sexo e por NUT I e II

NUTS I,II,III	2008/09			2009/10		
	HM	H	M	HM	H	M
Continente	82,2	82,3	82,0	83,8	84,4	83,1
Norte	83,2	83,2	83,2	86,6	87,6	85,7
Centro	91,7	91,4	91,9	90,5	90,7	90,3
Lisboa	73,2	73,4	73,0	75,0	75,6	74,3
Alentejo	93,9	94,5	93,3	95,3	95,9	94,6
Algarve	74,2	75,8	72,5	75,0	75,2	74,7
R.A. Açores	80,7	80,6	80,7	84,5	84,9	84,0
R.A. Madeira	86,6	86,4	86,7	89,0	89,0	89,0
Portugal	82,3	82,4	82,1	83,9	84,5	83,3

Fonte: GEPE, 2011

Figura 2.6.1. Evolução da duração média da pré-escolarização por sexo e NUT I. Portugal



Fonte: GEPE, 2011

Taxa de pré-escolarização: perspectiva internacional

Em termos internacionais, dá-se aqui conta da posição relativa de Portugal em diferentes contextos e relativamente a diferentes projectos de coordenação ou avaliação com incidência na educação pré-escolar.

O primeiro destes contextos é o da União Europeia e tem como referente o Quadro Estratégico de Cooperação Europeia em matéria de Educação e Formação (EF 2020), adoptado pelo Conselho em Maio de 2009; o segundo é o da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) e pauta-se pelas Metas Educativas definidas pela OEI para 2021; e o terceiro é o PISA da OCDE, que em 2009 analisa a relação entre a participação na educação pré-escolar e os resultados de aprendizagem obtidos pelos alunos de 15 anos que participaram nesse ciclo de avaliação.

A Figura 2.6.2. apresenta a evolução de Portugal no contexto da União Europeia, revelando uma aproximação aos valores atingidos pela média da UE 27 e bem assim das metas estabelecidas para 2020 no que se refere à pré-escolarização de crianças com idades compreendidas entre os 4 anos e a entrada no ensino obrigatório. Os dados de 2009 apresentam Portugal com uma taxa de pré-escolarização de 88,2%, já ultrapassada no ano lectivo de 2009/10 em 0,8 pp (Tabela 2.6.1.), situando-nos em 89% e, portanto, a 6 p.p. da meta definida para 2020 (95%).

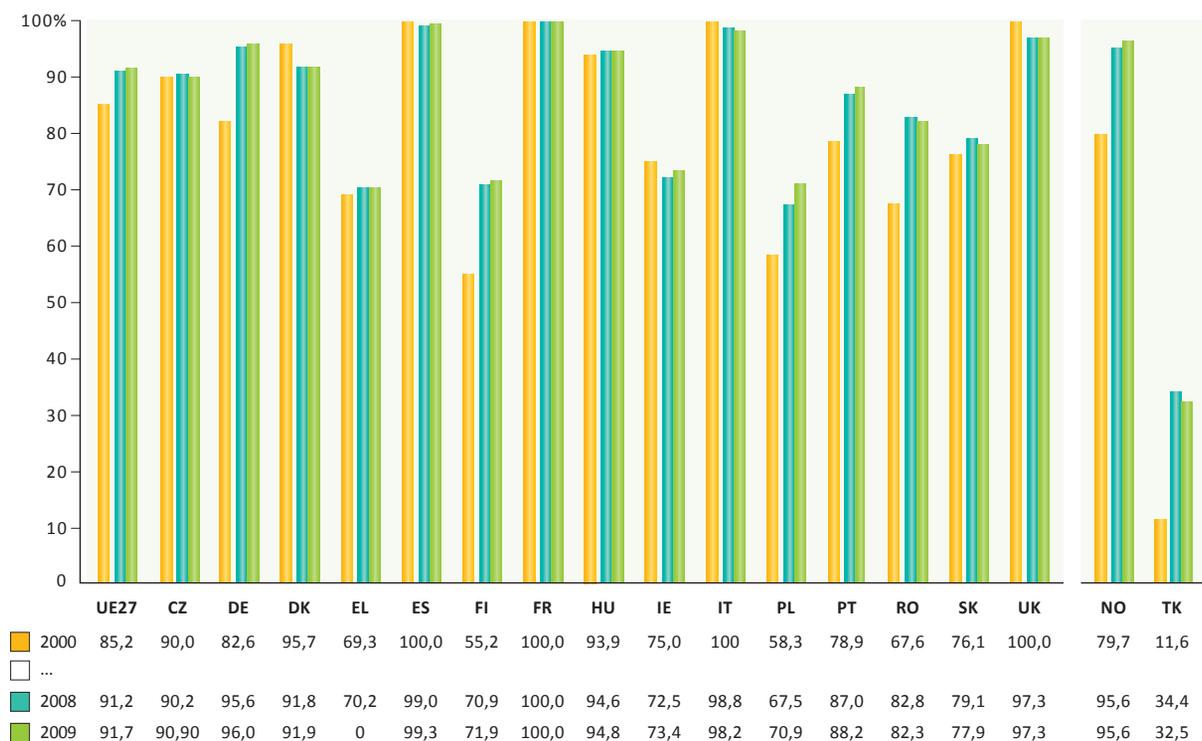
O segundo contexto (OEI) focaliza o grupo etário entre os 3 anos e o início da escolaridade obrigatória e estabelece como horizonte o ano de 2021, em que se espera alcançar 100% de taxa pré-escolarização. A Figura 2.6.3. retrata a evolução dos países abrangidos pela OEI, com dados obtidos da UNESCO para os períodos de 2000, 2008 e 2009, apresentando Portugal num dos lugares cimeiros, apenas precedido de Cuba, Espanha e, mais recentemente, México.

Quanto ao PISA, o destaque sobre a educação pré-escolar publicado na revista *PISA in focus*, de Fevereiro de 2011, analisa os seus efeitos no desempenho dos alunos de 15 anos que participaram na edição de 2009. Na apresentação dos resultados desta análise, em termos globais, verifica-se que: a) os alunos de 15 anos que frequentaram a educação pré-escolar revelam melhor desempenho; b) os mais desfavorecidos são os que têm menos acesso à educação pré-escolar, particularmente nos países onde está menos difundida; c) o modo como se processa a educação pré-escolar condiciona os benefícios individuais de frequência deste nível educativo. Revela, também, que os sistemas educativos em que é mais estreita a relação entre participação na educação pré-escolar e os melhores resultados dos alunos são aqueles que aliam uma maior abrangência de crianças neste nível educativo e uma duração média superior a mais baixos rácios adulto/crianças e maior investimento por criança neste nível.

No que respeita aos participantes portugueses, o PISA mostra que os alunos mais desfavorecidos são os que têm menos acesso a este tipo de oferta - adiantando-se como principal razão a sobrelotação das unidades subsidiadas - e que Portugal é um dos países em que é menor a diferença de desempenho entre os que frequentaram a educação pré-primária e os que a ela não acederam (depois de isolado o factor socioeconómico).

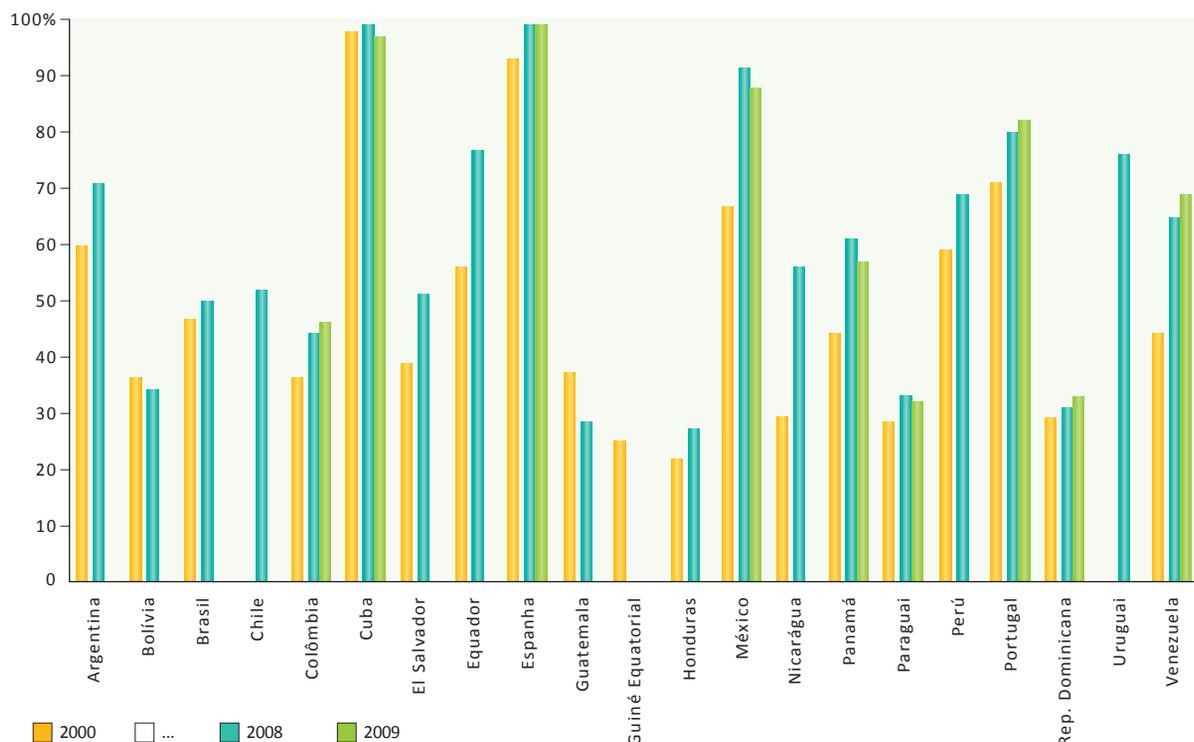
Esta situação apela a uma monitorização mais sistemática não só das condições de equidade no acesso à educação pré-escolar, mas também à qualidade dos processos, para que este nível possa cumprir melhor a sua missão de promoção da equidade nos percursos escolares subsequentes.

Figura 2.6.2. Taxa de pré-escolarização entre os 4 anos de idade e a entrada na escolaridade obrigatória em alguns países da UE 27 e outros países da Europa



Fonte: Eurostat (database). Atualização de 22.09.2011

Figura 2.6.3. Taxa real de pré-escolarização nos países da OEI



Nota: Porto Rico e Costa Rica não integram os países analisados, por falta de dados

Fonte: UNESCO Institute for Statistics. Acedido em 6.06.2011

META OEI 2021:

Pré-escolarização das crianças
entre os 3 anos e a idade de início do ensino primário **100%**

Portugal, 2010:

Pré-escolarização das crianças
entre os 3 anos e a idade de início do ensino primário 83,9%

META UE 2020:

Pré-escolarização das crianças
entre os 4 anos e a idade de início do ensino primário **95%**

Portugal, 2010:

Pré-escolarização das crianças
entre os 4 anos e a idade de início do ensino primário 89%

DESTAQUES

AVANÇOS

- Crescimento das taxas de pré-escolarização das crianças de 4 e 5 anos nos últimos anos (89% em 2010), aproximando-se das metas europeias para 2020 (95%).
- Expansão da rede de oferta de cuidados para a infância (0-3 anos).
- Tendência de complementaridade das redes pública e privada da educação pré-escolar (3-6), que tem permitido colmatar a estagnação verificada na oferta pública.
- Celebração de acordos de cooperação e implementação de programas de Intervenção Precoce na perspectiva da equidade no acesso e nos percursos de educação de infância.
- Alargamento do período de funcionamento de uma percentagem crescente de estabelecimentos, antecipando o horário de entrada e prolongando o de saída, de modo a adequar-se às necessidades das famílias.
- Tendência de aumento do nível de qualificação dos educadores de infância em exercício de funções.

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Retracção da rede pública de educação pré-escolar nos últimos três anos que, ao deslocar para o sector privado e IPSS a pressão da procura, pode gerar situações de sobrelotação dos estabelecimentos.
- Ligeiro decréscimo das taxas de pré-escolarização no Centro do país, o que não impediu que essa região continuasse a apresentar o segundo valor mais elevado do país.
- Persistência de desigualdades no acesso à educação de infância em termos socioeconómicos e geográficos.
- Número de horas diárias de permanência das crianças em meio institucional a merecer particular atenção, embora a existência de instituições de guarda formal constitua uma vantagem indiscutível num país em que a taxa de actividade dos pais é elevada.
- Tendência de envelhecimento dos educadores de infância, mais acentuada na rede pública do que na rede privada.
- Relatório PISA 2009 alerta para a necessidade de monitorizar as condições de acesso e a qualidade dos processos de educação de infância, a fim de garantir efeitos positivos nos percursos escolares subsequentes.



3 Ensinos Básico e Secundário

Níveis 1 a 4 do QNQ

3.1. Oferta

A oferta de nível básico e secundário está sintetizada na Figura 3.1. e corresponde aos níveis 1 a 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), que entrou em vigor em 1 de Outubro de 2010. O QNQ abrange o ensino básico, secundário e superior, a formação profissional e os processos de *reconhecimento, validação e certificação de competências**, estruturando-os em 8 níveis (Figura 3.1.), dos quais apenas trataremos os 4 primeiros no presente capítulo:

Nível 1 – 2º ciclo do ensino básico

Nível 2 – 3º ciclo do ensino básico obtido no ensino básico, ou por percursos de dupla certificação

Nível 3 – Ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior

Nível 4 – Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior, acrescido de estágio profissional com um mínimo de 6 meses.

Os *níveis de formação profissional** que eram anteriormente utilizados encontram correspondência nos actuais níveis de qualificação, de acordo com o estabelecido na Tabela 3.1. que reproduz o anexo correspondente do QNQ.

Figura 3.1. Oferta de educação e formação de nível básico e secundário – níveis 1 a 4 do QNQ

anos de escol.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	Ensino Básico									Ensino Secundário		
	1ºciclo			2ºciclo			3ºciclo			Cursos Científico Humanísticos*		
	Ensino Básico Regular			Ensino Básico Regular			Ensino Básico Regular			Cursos Tecnológicos*		
	Ensino Artístico Especializado*			Ensino Artístico Especializado			Ensino Artístico Especializado			Cursos Profissionais*		
	Ensino Recorrente*			Ensino Recorrente			Ensino Recorrente			Cursos de Aprendizagem*		
				Cursos de Educação e Formação de Jovens* - T1			Cursos de Educação e Formação de Jovens - T2 e T3			Ensino Artístico Especializado		
	Cursos de Educação e Formação de Adultos* – B1			Cursos de Educação e Formação de Adultos – B2			Cursos de Educação e Formação de Adultos – B3			Ensino Recorrente		
	Formações modulares*									Cursos de Educação e Formação de Jovens		
										Cursos de Educação e Formação de Adultos - ES		
										Formações modulares		
										Vias de Conclusão do Ensino Secundário* Decreto-Lei 357/07		
	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – B1			Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – B2			Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – B3			Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – B3		
	Níveis de Qualificação (Quadro Nacional de Qualificações)			1			2			3/4		

Tabela 3.1. Correspondência entre os níveis de educação e de formação e os níveis de qualificação

Níveis de educação e de formação (1)	Níveis de qualificação
2.º ciclo do ensino básico Nível 1 de formação	1
3.º ciclo do ensino básico Nível 2 de formação	2
Ensino secundário, via de prosseguimento de estudos Nível 3, sem conclusão do ensino secundário	3
Ensino secundário e nível 3 de formação	4

Nota: (1) Níveis de formação de acordo com a estrutura dos níveis de formação profissional, definidos pela Decisão n.º 85/368/CEE, do Conselho, de 16 de Julho, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 199, de 31 de Julho de 1985

Fonte: Portaria nº782/2009, de 23 de Julho que regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais

Oferta de nível básico - níveis de qualificação 1 e 2

Da conjugação dos sistemas de educação e de formação decorre que, para a obtenção de uma qualificação escolar e ou profissional de níveis 1 e 2, a oferta diverge conforme a idade dos candidatos, os objectivos de qualificação e os percursos experienciais e escolares vividos. A oferta de dupla certificação de nível 2 está sistematizada na página seguinte.

Na *idade ideal** (5/6 a 14 anos) o diploma de educação básica (nível de qualificação 2) obtém-se pela conclusão da escolaridade regular de 9 anos.

Para os indivíduos que a não cumpram nesta idade, há uma grande diversidade de possibilidades de o conseguir a partir dos 15 anos, através de outras modalidades igualmente escolares ou de dupla certificação. Aqui se incluem:

- *Cursos de Educação e Formação (CEF)*, que permitem que jovens em risco de abandono do sistema ou que já o abandonaram possam concretizar um projecto escolar e profissional, através de um percurso flexível que, por princípio, não prejudica o prosseguimento de estudos. Os vários percursos dos CEF estão identificados na síntese da página seguinte, com excepção do tipo 1, por ser exclusivamente escolar. Este percurso tem a duração de 2 anos (1 125h), conferindo certificação de conclusão de 6º ano e, portanto, de nível de qualificação 1.
- *Cursos vocacionais ou profissionalizantes de nível II e os Cursos de Aprendizagem de nível II* (níveis de certificação profissional anteriores ao QNQ), que também surgem no elenco de oferta deste nível, não só porque ainda existem cursos em funcionamento, mas também por força da aplicação da Iniciativa Novas Oportunidades que estabelece como meta “garantir que até 2010 [seja] proporcionado a todos os jovens em risco de abandonar o sistema de ensino sem cumprirem a escolaridade obrigatória a integração em vias profissionalizantes que permitam concluir o 9º ano de escolaridade”.
- *Ensino Recorrente*, como oferta de segunda oportunidade.

Inscrito numa estratégia mais ampla de inserção escolar e profissional que conduziu à construção do *Programa Oportunidade*/PERE**, programas específicos de recuperação da escolaridade, a região Autónoma dos Açores disponibiliza um sub-programa profissionalizante, mas que não confere certificação profissional, destinado a alunos com retenção repetida, que assim podem obter equivalência ao 3º ciclo e beneficiar de um rápido ingresso no mundo do trabalho.

A partir dos 18 anos, é então possível aceder a outras vias de qualificação como:

- *Cursos de Educação e Formação de Adultos*, doravante designados Cursos EFA, que proporcionam dupla certificação e se destinam a indivíduos que não tenham concluído a escolaridade básica nem possuam *qualificação profissional**. Os Cursos EFA de tipo B1, B2 e B1+B2 não constam da síntese da página seguinte por certificarem apenas qualificação escolar de nível 1.
- *Formações Modulares*, especialmente dirigidas à população empregada, têm em vista facilitar o acesso a uma ou mais qualificações através da construção de itinerários individuais, em regime modular, baseados na capitalização de unidades de formação de curta duração. As Formações Modulares que se dirigem à conclusão do 2º ciclo do ensino básico não constam da síntese da página seguinte por apenas atribuírem qualificação escolar de nível 1.
- *Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)*, através dos quais os indivíduos que não tenham concluído a escolaridade de nove anos o podem conseguir através da certificação de saberes adquiridos em contextos formais, não formais e informais e da sua contabilização para efeitos de formação.

VIAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE DUPLA CERTIFICAÇÃO Nível de qualificação 2

Eixo Jovens - ≥15 anos (ou menos em casos excepcionais)

Cursos de Educação e Formação (CEF)

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
Tipo 2	6º ou 7º ano ou frequência do 8º	2109h (2 anos)	9º ano de escolaridade – qualificação de nível 2
Tipo 3	8º ano ou frequência do 9º	1200h (1 ano)	9º ano de escolaridade – qualificação de nível 2

Fonte: Regulamento dos Cursos de Educação e Formação, aprovado pelo Despacho Conjunto nº 453/2004, DR 175, II, de 27 de Julho, com a redacção da Rectificação nº 1673/2004, DR 211, II, de 7 de Setembro

Cursos vocacionais ou profissionalizantes de nível II em escolas profissionais

Acesso	Duração	Certificação
6º ano	3 anos	Diploma de EB – certificação profissional de nível 2 (anterior ao QNQ)

Fonte: Decreto-Lei 4/98, de 8 de Janeiro, Artº 10º

Cursos de Aprendizagem nível II

Acesso	Duração	Certificação
Não diplomados do EB	1800h a 4500h	Certificado de aptidão profissional de nível II e equivalência ao 3º ciclo do ensino básico (anterior ao QNQ)
Diplomados do EB	1500h a 1800h	Certificado de aptidão profissional de nível II

Fonte: Decreto-Lei 205/96, de 25 de Outubro (revogado pelo DL 396/2007, de 31 de Dezembro a partir da publicação da Portaria nº 1497/2008, 19 Dezembro)

Eixo Adultos - ≥18 anos (ou menos em casos excepcionais)

Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
B3	2º ciclo	1940h	3º CEB - qualificação de nível 2- e Diploma
B2+B3	1º ciclo	2390h	3º CEB - qualificação de nível 2- e Diploma
Na sequência de RVCC	< 1º ciclo	2390h**	3º CEB - qualificação de nível 2- e Diploma

Nota: ** Ajustável em função dos referenciais constantes no Catálogo Nacional de Qualificações

Fonte: Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março (DR 48, 1ª série, 7 de Março)

Formações Modulares

Percurso	Nível	Acesso	Duração	Certificação
Variável	2 (3º CEB)	Sem qualificação adequada e prioritariamente sem Educação Básica	3 anos	Certificado de unidades concluídas Certificado final e diploma sujeitos a validação de percurso por CNO

Fonte: Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março (DR 48, 1ª série, 7 de Março)

Reconhecimento, Validação e Cursos de Educação e Formação de Adultos (RVCC)

Modalidade	Acesso	Duração	Certificação
RVCC Escolar	<9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	(Certificação escolar parcial) Certificação escolar total: 1º ciclo ou 2º ciclo Certificação escolar de 3º ciclo e Diploma de EB
RVCC Profissional	<9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação profissional parcial Certificação profissional total
RVCC Profissional	9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação profissional parcial Certificado de qualificações e Diploma de qualificação de nível 2

Fonte: Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação, n.º 20-BD/2001, de 10 de Novembro, e alterada pela Portaria n.º 286-A/2002, de 15 de Março ; Portaria 211/2011, de 26 de Maio.

Oferta de nível secundário – níveis de qualificação 3 e 4

A oferta de nível secundário abrange modalidades muito diferenciadas, orientadas quer para o prosseguimento de estudos (nível de qualificação 3), quer para a obtenção de dupla certificação (nível de qualificação 4), com permeabilidade entre as duas vias.

Na via de *prosseguimento de estudos* integram-se os *Cursos Científico-Humanísticos* e os *Cursos Artísticos de Especialização de Música e Dança*, cuja idade ideal de frequência é o período entre os 15 e os 18 anos, hoje correspondente ao termo da escolaridade obrigatória.

As modalidades inseridas na categoria de dupla certificação (constantes na síntese da página seguinte) correspondem a uma qualificação de nível 4 e admitem as seguintes possibilidades:

- *Cursos Tecnológicos e Cursos Artísticos de Especialização de Audiovisuais e Artes Visuais*, que se manterão em vigor até à sua plena substituição por Cursos Profissionais.
- *Ensino Profissional e Sistema de Aprendizagem*, que, sendo vias de formação profissionalizante já consolidadas, receberam novo impulso com a Iniciativa Novas Oportunidades (INO).
- *Cursos das escolas de hotelaria e turismo*, que constituem um caso particular e conferem diploma de qualificação de nível 4, com equivalência ao 12º ano de escolaridade.
- *CEF de tipo 4 a 7 e o Curso de Formação Complementar*. O percurso de tipo 4 (com a duração de 1320 horas) e o Curso de Formação Complementar (com 1020 horas) não são incluídos na síntese da página seguinte, no primeiro caso porque, além de certificação de competências escolares, apenas atribui qualificação profissional de nível 2 e no segundo por se destinar exclusivamente à certificação de competências escolares.

A partir dos 18 anos, portanto já fora da idade ideal de frequência, mantêm-se algumas das modalidades e dispositivos apresentados no nível básico e são acrescentadas novas possibilidades de concluir o ensino secundário, a saber:

- *Ensino Recorrente* que proporciona diferentes certificações conforme o curso frequentado: científico-humanístico, nível de qualificação 3; tecnológico ou artístico especializado de audiovisuais e artes visuais, nível de qualificação 4;
- *Cursos EFA* que, tendo tido início na constituição de uma rede experimental de dimensão reduzida apenas aplicada ao nível básico, passaram a constituir oferta de nível secundário com o lançamento da INO;
- *Formações Modulares*, que constituem unidades de formação modular de curta duração (25 ou 50 horas), capitalizáveis, destinadas a activos empregados ou desempregados. Traduzem-se em percursos formativos flexíveis com vista à obtenção de uma qualificação escolar, ou profissional, tendo por base os referenciais para a educação e formação de adultos previstos no Catálogo Nacional de Qualificações.
- processos de *RVCC*.
- *Vias de Conclusão do Ensino Secundário*, que permitem concluir o ensino secundário a adultos com um máximo de seis disciplinas em falta que tenham frequentado planos de estudo já extintos ou em fase de extinção (Decreto-Lei 357/2007, de 29 de Outubro).

VIAS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA A CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO Nível de qualificação 4

Eixo Jovens

Cursos Tecnológicos, Cursos Profissionais, Cursos Artísticos de Especialização

Acesso	Duração	Certificação
9º ano	3 anos	Diploma de ES – qualificação de nível 4

Cursos de Aprendizagem

Acesso	Duração	Certificação
9º ano	2800h a 3700h	Diploma de ES – qualificação de nível 4

Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
Tipo 5	10º ano ou frequência 11º ou percurso t4 ou T2 + CFC	2276h (2 anos)	Ensino Secundário – qualificação de nível 4 (aplicada a correspondência prevista no QNQ)
Tipo 6	11º ou frequência 12º	1380h (1 ano)	Ensino Secundário – qualificação de nível 4 (aplicada a correspondência prevista no QNQ)
Tipo 7	12º de CCH ou equivalente	1155h (1 ano)	Ensino Secundário – qualificação de nível 4 (aplicada a correspondência prevista no QNQ)

Eixo Adultos

Recorrente

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
CT ou CAE	9º ano	3 anos	Diploma do Ensino Secundário – Qualificação de nível 4 (CT e CAE)

Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)

Percurso	Nível	Acesso	Duração	Certificação
S3 – Tipo A	3 ou 4	9º ano	2045h	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário – qualificação de nível 3 (escolar) ou 4
S3 – Tipo A escolar			1150h	
S3 – Tipo B	3 ou 4	10º ano	1680h	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário – qualificação de nível 3 (escolar) ou 4
S3 – Tipo B escolar			625h	
S3 – Tipo C	3 ou 4	11º ano	1075h	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário – qualificação de nível 3 (escolar) ou 4
S3 – Tipo C escolar			315h	
Na sequência de RVCC	3 ou 4	≤ 9º ano	**	Certificado de 12º ano e diploma de Ensino Secundário – qualificação de nível 3 (escolar) ou 4

Nota: ** Ajustável em função do resultado do processo de RVCC

Percurso	Acesso	Duração	Certificação
Variável	Sem qualificação adequada e prioritariamente sem EB	25ha 600h	Certificado de unidades concluídas Certif final e diploma sujeitos a validação de percurso por CNO

Vias de conclusão do ES

Percurso	Nível	Acesso	Duração	Certificação
Via escolar	3	Frequência ES de planos estudo extintos ou em extinção – máximo de 6 disciplinas por concluir	Variável	Certificado de unidades concluídas Certif. final de nível 3 ou 4 e diploma
Módulos CNQ	4			

Fonte: Decreto-Lei 357/2007, de 29 de Outubro

Reconhecimento, Validação e Cursos de Educação e Formação de Adultos (RVCC)

Modalidade	Acesso	Duração	Certificação
RVCC Escolar	<12º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação escolar parcial Certificação escolar de 12ºano e Diploma do ES
RVCC Profissional	9º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação profissional parcial Certificação profissional total
RVCC Profissional	12º ano	Variável (depende das competências adquiridas)	Certificação profissional parcial Certificado de qualificações e Diploma de qualificação de nível 4

3.2. Acesso

Inscritos em modalidades de educação básica - níveis de qualificação 1 e 2

Em 2009/10, Portugal registava 1 256 462 inscritos em todas as modalidades de educação básica, níveis de qualificação 1 e 2, o que corresponde a 72% dos inscritos no sistema de educação e formação. No Continente, a região com maior percentagem de inscritos é o Norte, que absorve mais de 1/3 do todo nacional (37%), seguida de Lisboa com 26% e do Centro com 21%. As regiões autónomas dos Açores e Madeira acolhem 5% do total. (Tabela 3.2.a., em anexo estatístico).

A Tabela 3.2.1. mostra a distribuição da totalidade da população abrangida neste nível, por modalidade, verificando-se em 2009/10 que, depois do *ensino regular**, as modalidades que acolhem maior percentagem de inscritos são os processos RVCC, os CEF e os Cursos EFA, por esta ordem. As restantes modalidades envolvem uma população muito reduzida, distribuída por cursos profissionais e cursos de aprendizagem (0,08%), educação artística especializada (0,07%), ensino recorrente (0,07%), formações modulares (0,06%) e programa oportunidade, nos Açores (0,16%).

No Continente, apenas 200 frequentam cursos profissionais e cerca de 3 000 cursos de educação e formação (Tabela 3.2.d., em anexo estatístico). Como expectável 92% dos 36 830 alunos que frequentam os CEF têm 15 ou mais anos.

Isolando o 3º ciclo, onde as modalidades de dupla certificação têm maior expressão, verifica-se na Figura 3.2.1. que os processos RVCC são os

que abrangem um maior volume de adultos no Continente, sendo a região Norte a que apresenta a mais elevada participação. O Alentejo e o Algarve concorrem com o Norte e Centro na proporção de modalidades de dupla certificação, mas apostam ligeiramente mais nos Cursos EFA e nos CEF, sendo Lisboa a região que apresenta as percentagens mais baixas de participação em modalidades de dupla certificação.

Esta proporção mantém-se numa análise por sexo (Tabela 3.2.e., em anexo estatístico). Embora globalmente se verifique uma taxa de feminidade de cerca de 50%, surgem importantes oscilações quando analisamos este indicador por modalidade (Tabela 3.2.f., em anexo estatístico). Enquanto no eixo jovens o ensino profissional/qualificante é predominantemente frequentado por jovens do sexo masculino, em todas as regiões do país, no eixo adultos verifica-se uma supremacia de frequência feminina no Continente.

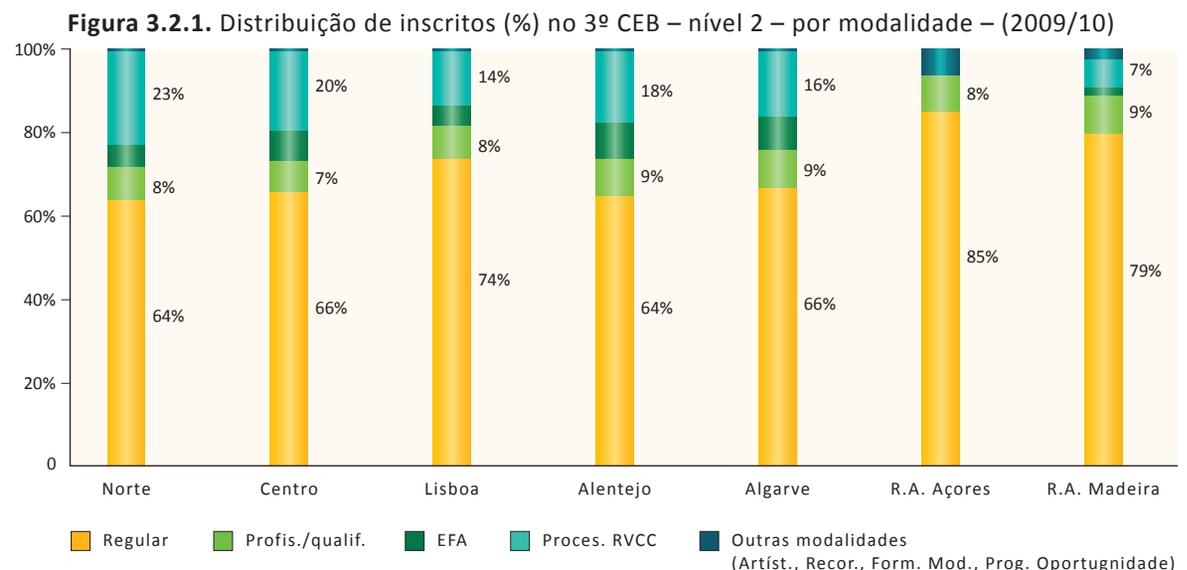
Quanto à participação do sector privado neste nível, constata-se que absorve 15% dos inscritos, com implantação superior em Lisboa e Centro e inferior na RAA (Tabela 3.2.b., em anexo estatístico). Destaca-se, no eixo jovens, o ensino profissional/qualificante, nos 2º e 3º ciclos, com um peso de 17% e 15% respectivamente. No eixo adultos, o sector privado absorve 34,4% dos inscritos nos Cursos EFA no 2º ciclo e 43,6% no 3º ciclo. Nos processos RVCC participa com 32,6% no 2º ciclo e 35,9% no 3º. (Tabela 3.2.g., em anexo estatístico)

Tabela 3.2.1. Evolução de inscritos no ensino básico – níveis 1 e 2 –, por modalidade e ciclo de estudo. Portugal

ciclo/modalidade	1999/00	...	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Ensino Básico	1 240 836		1 153 057	1 149 082	1 158 196	1 189 567	1 283 193	1 256 462
1º ciclo do ensino básico	539 943		504 412	495 628	500 823	498 592	488 114	479 519
Regular (1)	521 083		491 374	495 628	499 799	496 420	485 756	476 259
Cursos EFA	-		-	-	429	1 728	1 307	2 332
Recorrente	18 860		13 038	-	595	444	407	329
Processos RVCC	-		-	-	-	-	472	599
Programa oportunidade/PERE	-		-	-	-	-	172	-
2º ciclo do ensino básico	276 529		267 742	256 252	255 766	263 324	271 924	273 248
Regular (1)	268 321		260 600	254 103	253 073	256 645	255 270	255 177
Profissional	-		97	73	-	-	17	-
CEF (2)	-		668	689	774	1 077	731	754
Cursos EFA	-		-	-	1 067	5 407	5 175	5 304
Recorrente	8 208		6 377	1 387	852	195	113	44
Processos RVCC	-		-	-	-	-	8 902	10 560
F Modulares	-		-	-	-	-	-	84
Programa oportunidade/PERE	-		-	-	-	-	1 716	1 325
3º ciclo do ensino básico	424 364		380 903	397 202	401 607	427 651	523 155	503 695
Regular (1)	387 032		353 960	362 894	359 847	342 544	337 055	339 585
Profissional	948		2 081	2 194	952	1 037	611	545
C. de aprendizagem (3)	-		-	3 848	3 015	2 383	996	501
CEF	1 377		7 061	14 147	25 925	45 820	41 586	37 959
Cursos EFA	-		-	-	2 082	32 560	40 457	29 959
Recorrente	35 007		17 801	14 119	9 786	3 307	956	473
Processos RVCC	-		-	-	-	-	101 360	93 342
F Modulares	-		-	-	-	-	-	692
Programa oportunidade/PERE	-		-	-	-	-	134	639

Notas: (1) Está incluído o Ensino Artístico Especializado (em regime integrado);
 (2) Em 2009/10, inclui o ensino profissional da RAA;
 (3) Os dados entre 2005/06 e 2007/08 foram fornecidos pela ANQ, com base em dados provisórios providos do IEFP

Fonte: Educação em Números. Portugal. GEPE, 2010; ANQ, 2011



Nota: A categoria Profissional/qualificante inclui os cursos profissionais, os cursos de aprendizagem e os CEF

Fonte: Estatísticas da Educação 2009/2010. Jovens. GEPE, 2011; Estatísticas da Educação 2009/2010. Adultos. GEPE, 2011

Inscritos em modalidades de nível secundário - níveis de qualificação 3 e 4

No ano de 2009/10, o nível secundário registava 483 982 jovens e adultos, o que corresponde a 28% dos participantes no sistema de educação e formação (Tabela 3.2.2.), sendo que no Continente os jovens em idade ideal (14 a 17 anos) equivalem a pouco menos de metade (Figura 3.2.2.). É de assinalar que a região Centro é a que apresenta maior proporção de inscritos no nível secundário (Tabela 3.2.a, em anexo estatístico).

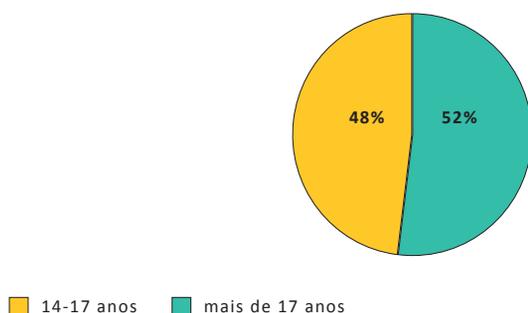
A Tabela 3.2.2. ilustra a distribuição da população inscrita em Portugal nas várias modalidades disponíveis, tornando claro que os Cursos Científico-Humanísticos são os que apresentam um peso superior (40,82%), o que ainda é reforçado no ensino recorrente em que a maioria escolhe esta área. Sucedem-lhe pela mesma ordem os Cursos Profissionais com 22,16%, os processos RVCC com 17,97% e os Cursos EFA com 8,63%. Os Cursos de Aprendizagem têm uma expressão reduzida e a percentagem de alunos inscritos em CEF que havíamos encontrado no ensino básico já não encontra paralelo ao nível do secundário.

Numa análise por regiões (Figura 3.2.3.), verifica-se que a proporção de inscritos em modalidades de dupla certificação supera neste nível a via de ensino, com a exceção das Regiões Autónomas que continuam a apresentar percentagens superiores de frequência nesta via. O Alentejo é agora a região onde as modalidades de dupla certificação têm um peso percentualmente superior, embora o Norte continue a apresentar um dos valores mais elevados.

Desagregando por sexo a informação relativa à participação nas várias modalidades, verifica-se que a taxa de feminidade ultrapassa os 50%, em praticamente todas as regiões, nos cursos científico-humanísticos, alcançando, por outro lado, valores na ordem dos 60% no ensino artístico especializado, nos cursos EFA e nas Formações Modulares. Com exceção do Algarve, observa-se que a taxa de feminidade mais baixa ocorre nos Cursos de Aprendizagem (Tabela 3.2.i., em anexo estatístico).

No nível secundário, o sector privado absorve 23,6% dos inscritos (uma percentagem superior à que se registava no básico), apresentando a maior implantação no Norte e a menor no Algarve (Tabela 3.2.c. em anexo). Considerando as várias modalidades oferecidas, prevalecem os cursos profissionais, em que o sector privado absorve 39,1% dos jovens inscritos nesta modalidade. Os processos RVCC, os Cursos EFA e o ensino recorrente também contam com uma participação considerável do sector privado (35,6%, 26,7%, 26,2%, respectivamente) (Tabela 3.2.j. em anexo).

Figura 3.2.2. Distribuição etária (%) dos inscritos no ensino secundário - níveis 3 e 4. Continente (2009/10)



Fonte: Estatísticas da Educação 2009/2010. Jovens. GEPE, 2011; Estatísticas da Educação 2009/2010. Adultos. GEPE, 2011

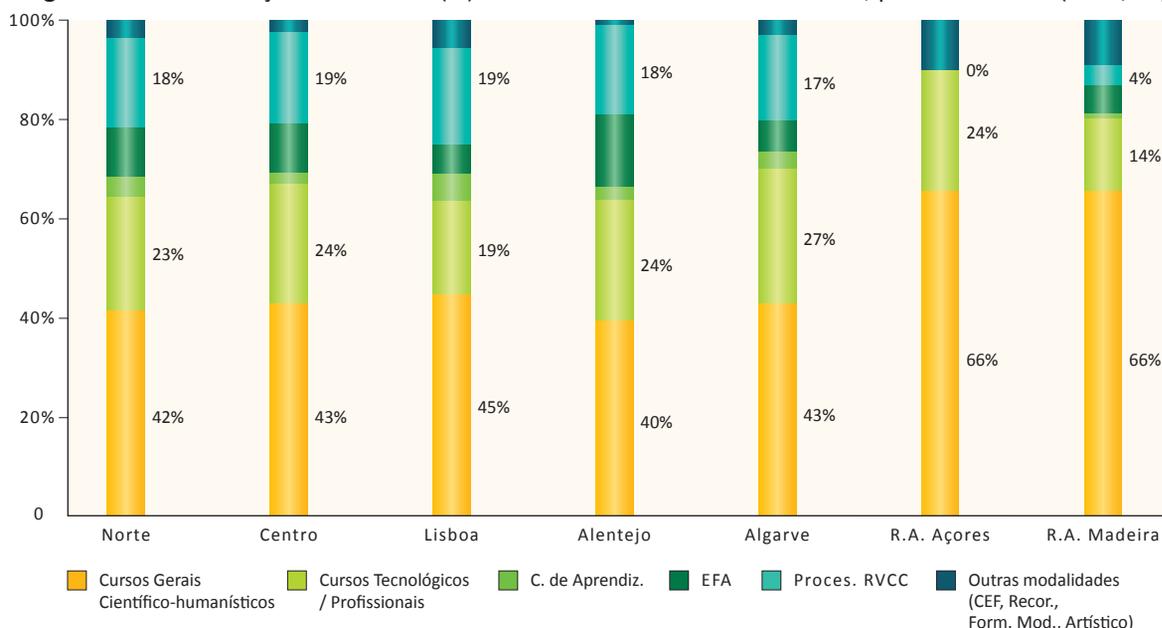
Tabela 3.2.2. Evolução de inscritos (N.º) no ensino secundário por modalidade. Portugal

modalidade	1999/00	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Total	417 705	376 896	367 963	375 170	365 418	498 327	483 982
Cursos gerais/científico-humanísticos	264 973	205 671	188 460	196 023	196 216	195 330	197 582
Cursos tecnológicos	68 063	59 474	52 228	42 820	25 673	20 212	14 577
Ensino artístico especializado	1 937	2 184	2 063	2 256	2 264	2 527	2 348
Cursos profissionais - nível 3 (2)	29 100	36 765	36 943	47 709	70 177	93 438	107 266
Cursos de aprendizagem (1)	-	-	20 563	18 459	15 941	13 584	17 619
CEF	-	2 832	3 422	5 224	8 425	4 388	2 320
Cursos EFA	-	-	-	-	15 831	52 214	41 773
Ensino recorrente	53 632	69 970	64 284	62 679	30 891	18 208	12 578
Processos RVCC	-	-	-	-	-	98 426	86 956
F Modulares	-	-	-	-	-	-	963

Notas: (1) Os dados entre 2005/06 e 2007/08 foram fornecidos pela ANQ, com base em dados provisórios providos do IEFP
(2) Nos dados referentes ao ano 2006/07 não estão contabilizados 1951 alunos dos Cursos Profissionais de Turismo

Fonte: Educação em Números. Portugal. GEPE, 2010; ANQ, 2011

Figura 3.2.3. Distribuição de inscritos (%) no ensino secundário – níveis 3 e 4, por modalidade (2009/10)



Fonte: Estatísticas da Educação 2009/2010. Jovens. GEPE, 2011; Estatísticas da Educação 2009/2010. Adultos. GEPE, 2011

Acesso a imigrantes

A população escolar estrangeira corresponde a cerca de 5% do total de inscritos nos ensinos básico e secundário, no Continente, abrangendo 82 424 indivíduos: 58 517 a frequentar o ensino básico e 23 907 o secundário.

Estes alunos integram mais de 180 nacionalidades, sendo que os oriundos de Brasil, Cabo Verde e Angola ultrapassam os 50%. (Tabela 3.2.k., em anexo estatístico)

No nível básico prevalece a participação no ensino regular, frequentado por 85,6% dos indivíduos. Seguem-se os inscritos nos CEF (5,4%), nos processos RVCC (5,2%) e cursos EFA com 3,5%. As restantes modalidades absorvem apenas 0,3% desta população. (Tabela 3.2.l., em anexo estatístico). Esta distribuição altera-se quando se focaliza apenas o 3º ciclo, como mostra a Figura 3.2.4..

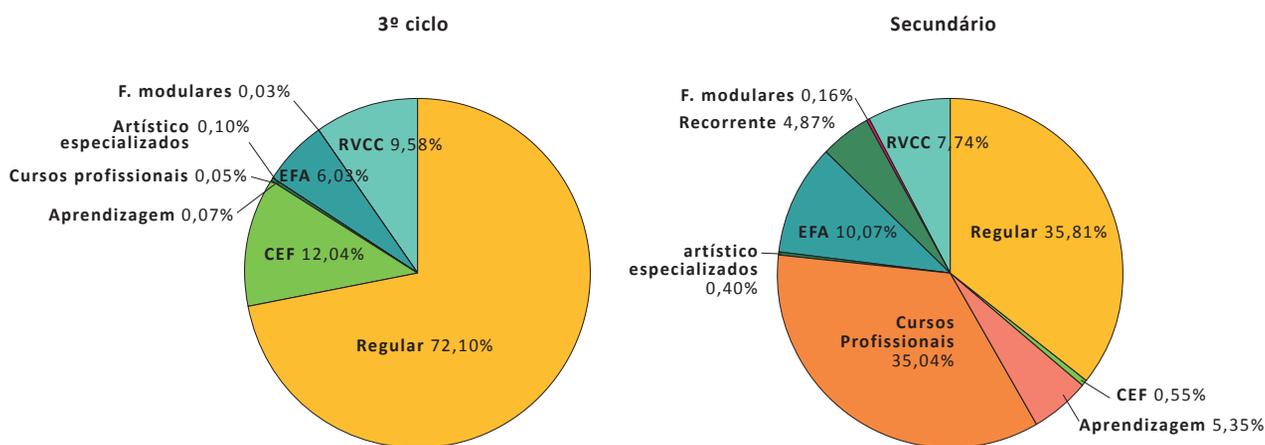
Bem diversa é a situação no ensino secundário onde a maioria dos alunos se divide entre o ensino regular, que absorve 35,81% dos matriculados, e os cursos profissionais, que acolhem 35,04% destes alunos. Seguem-se os cursos EFA com 10,07% dos inscritos, os processos RVCC com 7,74% e os cursos de aprendizagem com 5,35%. Cerca de 6% desta população distribui-se pelas restantes modalidades. (Figura 3.2.4.).

Numa análise por níveis de ensino verifica-se que o 3º ciclo é o que apresenta maior percentagem de inscritos (31%), concentrando, em conjunto com o ensino secundário (29%), mais de metade dos estrangeiros integrados no sistema de educação e formação (Tabela 3.2.m., em anexo estatístico).

Já antes se havia chamado a atenção para o facto de a população estrangeira residente em Portugal se concentrar nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal. Esta situação de novo se espelha no sistema de educação e formação, com Lisboa e Setúbal a absorverem mais de metade da população escolar estrangeira, o que transporta desafios acrescidos para esta região (Figura 3.2.5.). Faro, que granjeia o segundo lugar em termos de população residente, é agora relegado para terceiro lugar em termos de população inscrita, o que leva a admitir que a população que se fixa no Algarve poderá ter características diferentes.

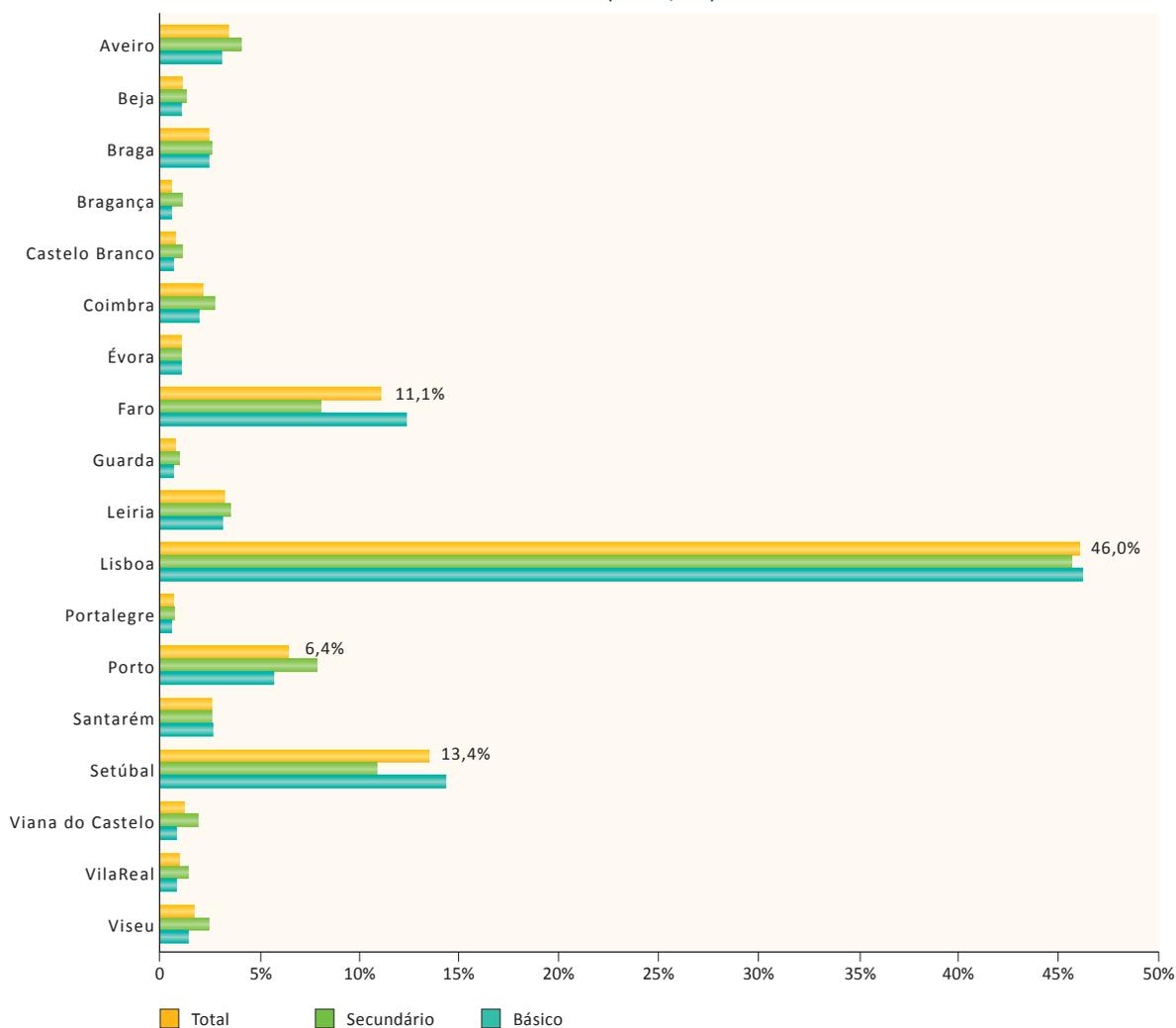
De realçar, no entanto, que, na relação com a população escolar inscrita em cada um dos distritos Faro é o que apresenta maior proporção de estrangeiros com 12,7%, seguido de Lisboa com 10,5% e de Setúbal com 8,4% (Tabela 3.2.n., em anexo estatístico)

Figura 3.2.4. Distribuição da população estrangeira inscrita no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, por modalidade. Continente (2009/10)



Fonte: GEPE, 2011

Figura 3.2.5. Distribuição geográfica da população estrangeira inscrita. Continente (2009/10)



Fonte: GEPE, 2011

Evolução de inscritos e sua relação com a Iniciativa Novas Oportunidades

Evolução de inscritos no ensino básico

– níveis 1 e 2 do QNQ

A Tabela 3.2.1., relativa ao ensino básico, permite observar a evolução de inscritos neste nível, entre 1999/00 e 2009/10. Verifica-se que o número de alunos tem vindo a decrescer nos 1º e 2º ciclos e a crescer no 3º ciclo. Uma vez que os dados mais recentes de que dispomos se reportam a 2009/10 e que este corresponde ao termo da vigência do programa 2005-2010 da Iniciativa Novas Oportunidades, justifica-se agora uma análise do impacto deste programa na evolução de inscritos.

No que se refere à educação básica (níveis de qualificação 1 e 2), a Tabela 3.2.1. mostra uma diminuição global de inscritos entre 1999/00 e 2007/08, sobretudo devida à quebra de inscritos nas modalidades de ensino regular e recorrente nos três ciclos que compõem este nível de ensino. O crescimento a que se assiste no final da década é maioritariamente decorrente da adesão de jovens e adultos a modalidades de dupla certificação, como os CEF, os Cursos EFA e os processos RVCC. Entre 2004/05 e 2009/10, estas três modalidades concorreram, no seu conjunto, com um aumento de 173 080 inscritos que permitiu compensar a tendência de quebra que continuou a verificar-se no ensino regular e recorrente.

A Iniciativa Novas Oportunidades estimulou este crescimento ao definir as seguintes metas para a captação de jovens e adultos pouco escolarizados:

- No eixo dos jovens (Tabela 3.2.3.), um aumento anual de 2500 vagas na oferta de “Cursos Profissionais”, “Cursos de Aprendizagem” e CEF, de forma a proporcionar a conclusão do 9º ano a todos os jovens em risco de abandonar o sistema de ensino sem cumprirem a escolaridade obrigatória.
- No eixo dos adultos (Tabela 3.2.4.), o reforço da oferta de cursos profissionalizantes, ao nível do 9º, com vista a obter um crescimento anual acumulado de 42 000 indivíduos abrangidos em Cursos EFA ao longo da vigência da Iniciativa.

Uma análise da evolução que se verificou entre 2004/05 e 2009/10 (Tabela 3.2.3.) permite concluir que no primeiro caso a meta definida para 2010 foi ultrapassada, mas sobretudo pelo concurso dos CEF, uma vez que os inscritos em Cursos Profissionais e Cursos de Aprendizagem (nível 2) têm uma expressão cada vez mais reduzida neste nível de qualificação (Tabela 3.2.1.). De notar, no entanto, que nos últimos dois anos deste período o número de inscritos decresce também nestas modalidades.

No caso dos adultos, as inscrições em Cursos EFA tiveram um incremento sem precedentes no ano 2007/08, que não se repetiu nos anos seguintes e chegou mesmo a um decréscimo de 9 344 inscritos no último ano.

O estímulo à certificação através de processos RVCC também contribuiu fortemente para o aumento do número de inscritos no período de vigência da Iniciativa, tendo atingido em 2009/10 um total de 104 501 (599 + 10 560 + 93 342, nos 1º, 2º e 3º ciclos, respectivamente), correspondente a 8% da totalidade de inscritos neste nível de ensino (Tabela 3.2.1.).

Tabela 3.2.3. Evolução de inscritos em Cursos Profissionais, C. Aprendizagem e CEF, ao nível do 9º ano, em relação às metas definidas pela INO

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Número de vagas em C. Profissionais; C. Aprendizagem e CEF - Meta INO						
Crescimento anual	-	2 500	5 000	7 500	10 000	12 500
Total anual	15 000	17 500	20 000	22 500	25 000	27 500
Inscritos em C. Profissionais; C. Aprendizagem e CEF						
Variação anual de inscritos	-	11 044	9 715	19 651	- 6 376	- 4 182
Total anual	9 907	20 951	30 666	50 317	43 941	39 759

Fonte: Iniciativa Novas Oportunidades (<http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/39.html>); Educação em Números. Portugal. GEPE, 2010; ANQ, 2011

Tabela 3.2.4. Evolução de inscritos em Cursos EFA, ao nível do 9º ano, em relação às metas definidas pela INO

Inscritos	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Número de vagas em Cursos EFA - Meta INO						
Crescimento anual	-	9 250	1 000	13 750	4 000	6 000
Total anual	8 000	17 250	18 250	32 000	36 000	42 000
Adultos inscritos em Cursos EFA						
Variação anual de inscritos	-	-	3 578	36 117	7 244	-9 344
Total anual	-	-	3 578	39 695	46 939	37 595

Fonte: Iniciativa Novas Oportunidades (<http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/39.html>); Educação em Números. Portugal. GEPE, 2010; ANQ, 2011

Evolução de inscritos no ensino secundário – níveis 3 e 4 do QNQ

No ensino secundário (níveis 3 e 4), entre 1999/00 e 2009/10 regista-se um crescimento do número de inscritos (+ 40 809), sobretudo na segunda metade da década, que permitiu superar a quebra anterior (Tabela 3.2.2.).

Aqui, a diminuição da frequência deve-se ao decréscimo de inscritos nos *Cursos Gerais** / Científico-Humanísticos e nos Cursos Tecnológicos, admitindo-se que no caso dos Tecnológicos tenha havido uma transferência para os Cursos Profissionais, na linha de orientações já anteriormente explicitadas. Por outro lado, o crescimento decorre fundamentalmente de um considerável aumento da frequência de modalidades de *dupla certificação**, como os Cursos Profissionais, os Cursos EFA e os processos RVCC. Também contribuíram, com menor expressão, os Cursos de Aprendizagem, as Formações Modulares e o Ensino Artístico Especializado.

O estímulo à inscrição em vias de dupla certificação de nível secundário foi também contemplado nas metas definidas no programa 2005-2010 da Iniciativa Novas Oportunidades, tendo-se inclusivamente estabelecido que no final do seu período de vigência o número de abrangidos em vias profissionalizantes correspondesse a metade do total de jovens a frequentar o ensino secundário. Em consequência, foram definidas as seguintes metas:

- No eixo jovens (Tabela 3.2.5.), um crescimento acumulado de 35 000 vagas, entre 2006 e 2010, no conjunto dos Cursos Tecnológicos, Profissionais, de Aprendizagem, CEF, Cursos do Ensino Artístico e Cursos de Especialização Tecnológica (CET), prevendo como uma das estratégias o alargamento do ensino profissional às escolas públicas.
- No eixo dos adultos (Tabela 3.2.6.), (1) um crescimento acumulado de 65 000 inscritos em Cursos EFA até 2010, alargando a oferta destes cursos às escolas secundárias e procurando

captar para eles o público que tradicionalmente procura o ensino recorrente; (2) um volume de certificação de competências de nível secundário de 125 000 indivíduos, expandindo a rede de centros RVCC (posteriormente designados Centros Novas Oportunidades - CNO) a instituições diversas entre as quais as escolas secundárias da rede pública.

A evolução de inscritos, patente nas Tabelas 3.2.5. e 3.2.6., permite concluir que a frequência de cursos profissionalizantes por parte de jovens se aproximou dos valores previstos, sobretudo à custa de um incremento considerável nos cursos profissionais, a que não terá sido alheia a estratégia de alargamento da oferta às escolas públicas. A Figura 3.2.6. é eloquente acerca da evolução de inscritos nesta modalidade, por natureza institucional, revelando que até 2007/2008 o sector privado tinha a prevalência no terreno do ensino profissional e que a partir desse ano se verificou a transição para o sector público.

No caso dos adultos, a adesão aos Cursos EFA é também considerável, mas não conseguiu atingir os valores previstos, em virtude, nomeadamente, de uma diminuição de inscritos que se registou no último ano de vigência do programa.

Esta diminuição de inscritos em Cursos EFA, tanto de nível básico como secundário, associada à que já havíamos identificado relativamente às vias de dupla certificação de nível básico, apela a uma atenção particular ao grau de consolidação das modalidades em questão e às estratégias de captação de públicos pouco escolarizados, atendendo às necessidades de qualificação da população portuguesa (vd. Capítulo 1.3.).

Tabela 3.2.5. Evolução de inscritos em C. Tecnológicos, C. Profissionais, C. Aprendizagem e CEF, ao nível do 12º ano, em relação às metas definidas pela INO

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Número de vagas em C. Tecnológicos, C. Profissionais; C. Aprendizagem, CEF, ensino artístico e CET - Meta INO						
Crescimento anual	-	5 000	5 000	10 000	10 000	5 000
Total anual	110 000	115 000	120 000	130 000	140 000	145 000
Inscritos em C. Tecnológicos, C. Profissionais; C. Aprendizagem, CEF e ensino artístico						
Variação anual inscritos	-	13 964	1 249	6 012	11 669	9 981
Total anual	101 255	115 219	116 468	122 480	134 149	144 130

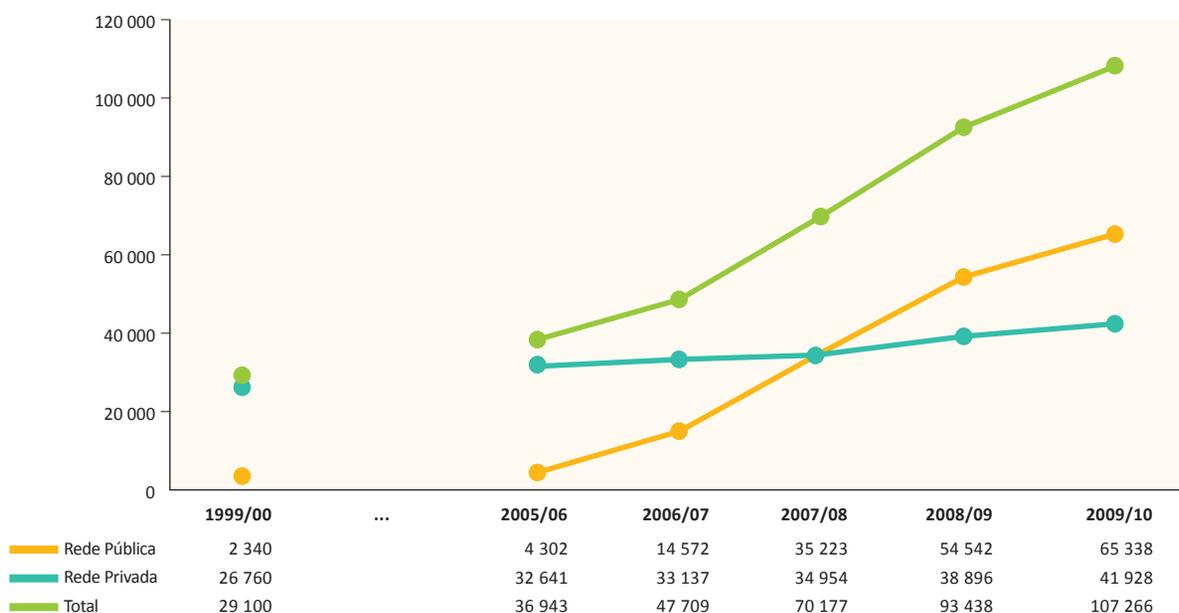
Fonte: Iniciativa Novas Oportunidades (<http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/39.html>); Educação em Números. Portugal. GEPE, 2010; ANQ, 2011

Tabela 3.2.6. Evolução de inscritos em Cursos EFA, ao nível do 12º ano, em relação às metas definidas pela INO

	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Número de vagas em Cursos EFA - Meta INO						
Crescimento anual	-	19 000	7 000	14 000	15 000	10 000
Total anual	-	19 000	26 000	40 000	55 000	65 000
Adultos inscritos em Cursos EFA						
Variação anual inscritos	-	-	-	15 831	36 383	-10 441
Total anual	-	-	-	15 831	52 214	41 773

Fonte: Iniciativa Novas Oportunidades (<http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/39.html>); Educação em Números. Portugal. GEPE, 2010; ANQ, 2011

Figura 3.2.6. Inscritos em Cursos Profissionais de nível 3, por natureza institucional. Portugal



Fonte: GEPE, 2011

3.3. Apoios

Educação Especial

A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), subscrita por Portugal, afirma que a escola regular deve acolher os alunos com necessidades especiais, sendo esse o melhor caminho para cumprir o objectivo de potenciar ao máximo as suas capacidades. Nesta perspectiva, a escola passou a integrar crianças e jovens tradicionalmente “excluídos” do ensino regular, tendo Portugal passado a ser um dos países que mais privilegia a inclusão, a par de outros como a Islândia e a Noruega (World Health Organization and the World Bank Group. 2011, 211).

O Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, veio definir uma nova abordagem para a referenciação, avaliação e encaminhamento de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e “os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo”. A organização dos apoios previu a criação de escolas de referência que, em 2010/11, eram em número de 23 para a educação bilingue de alunos surdos, 52 para apoio à educação de alunos cegos e com baixa visão, bem como unidades de apoio especializado a 228 alunos com perturbações do espectro do autismo e a 310 alunos com multideficiência. A par da rede de ensino regular de escolas de referência existe uma rede de instituições privadas de educação especial que funcionam como Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), trabalhando em articulação com as escolas do ensino regular. Desta rede de instituições privadas não fazem parte os designados “colégios de educação especial”.

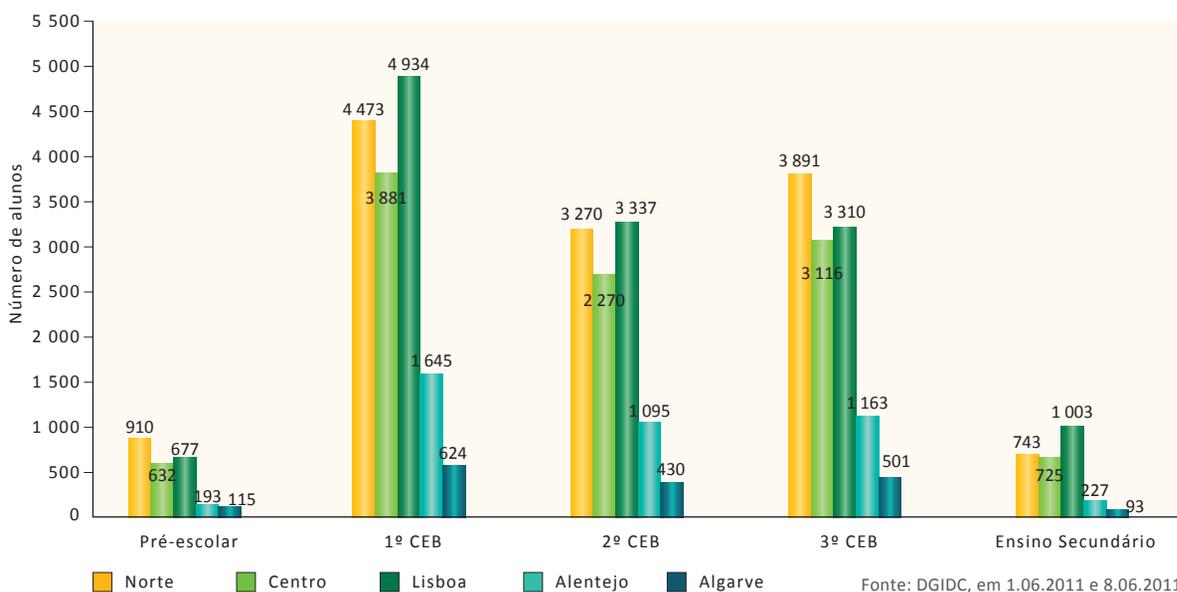
O número de alunos em educação especial nas escolas/agrupamentos de escolas do ensino público apresenta um significativo crescimento anual, atingindo um valor próximo dos 70% no período entre 2008/09 e 2010/11 (Tabela 3.3.1.). Numa análise da distribuição das crianças em educação especial e nos apoios educativos, no Continente (Figura 3.3.1.), constata-se que o 1º CEB é o que integra mais alunos (15 557), seguido do 3º ciclo e do 2º ciclo com 11 981 e 10 852, respectivamente. A educação pré-escolar é a que integra menos crianças referenciadas (2527). A distribuição por NUT II indica-nos as regiões que acolhem maior número de alunos em educação especial: Norte com 13 287, Lisboa com 13 261 e Centro com 11 074. Constata-se, também, que os alunos referenciados são maioritariamente do sexo masculino em todas as NUT II do Continente, 62% do total de alunos em educação especial (Figura 3.3.2.), à semelhança do que acontece noutros países. Indicadores sobre esta matéria (OCDE: 2005, 132-137) mostram que a preponderância de rapazes que beneficiam de educação especial é recorrente a nível internacional e ronda os 60%.

Tabela 3.3.1. Alunos (Nº) e crescimento anual (%) em Educação Especial no ensino público. Continente

Anos lectivos	Número de Alunos	Crescimento anual (%)
2008/09	25 753	-
2009/10	31 776	23,39%
2010/11	43 708	37,55%

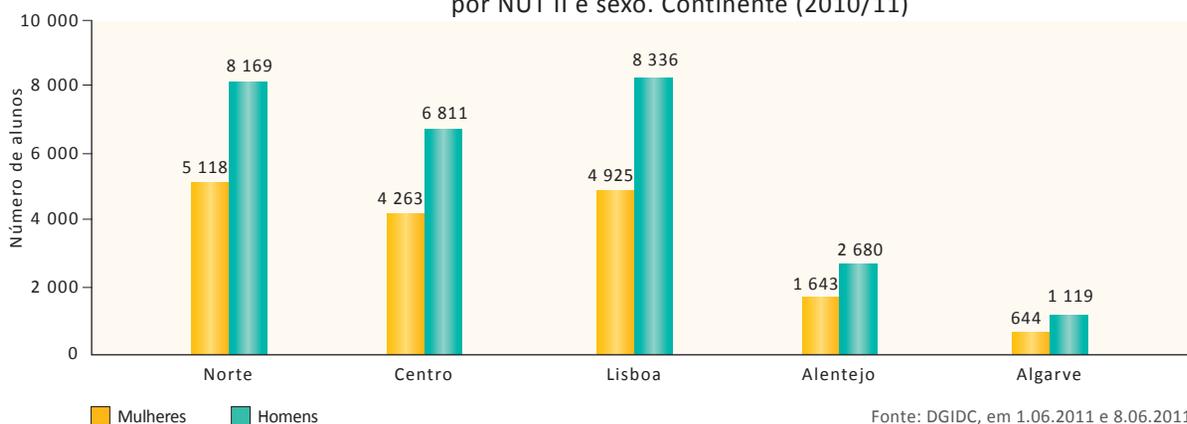
Fonte: DGIDC, em 1.06.2011 e 8.06.2011

Figura 3.3.1. Alunos (Nº) em Educação Especial e nos apoios educativos, por NUT II e nível de educação/ensino. Continente (2010/11)



Fonte: DGIDC, em 1.06.2011 e 8.06.2011

Figura 3.3.2. Alunos (Nº) em Educação Especial e nos apoios educativos, por NUT II e sexo. Continente (2010/11)



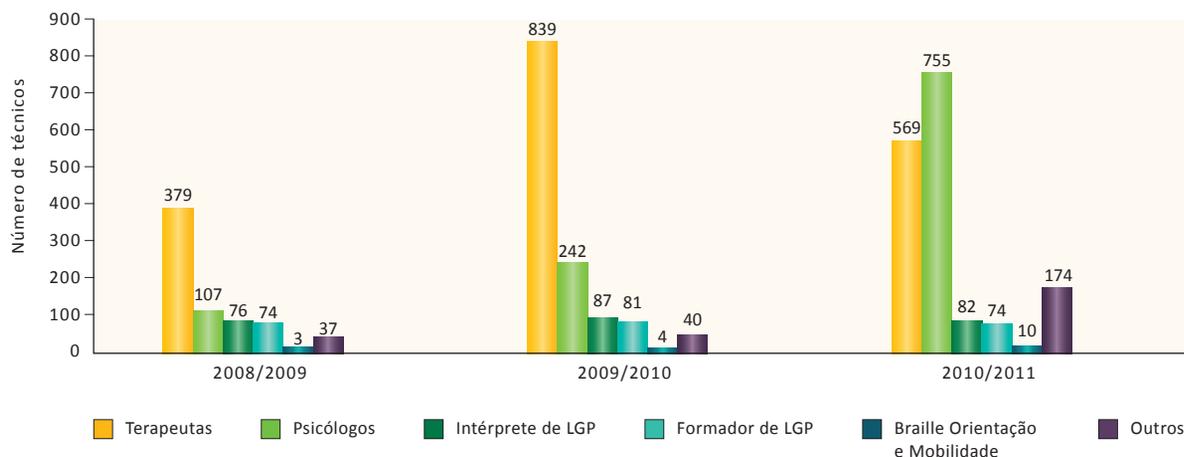
Fonte: DGIDC, em 1.06.2011 e 8.06.2011

Em 2010/11, regista-se no Continente a existência de 5 168 professores, distribuídos pelos três grupos de recrutamento da educação especial, sendo que, na distribuição por NUT II, o maior número se concentra no Norte (1 856), seguido do Centro (1 427) e de Lisboa (1 200). As equipas pluridisciplinares de técnicos das diferentes especialidades sofreram significativas oscilações entre 2008/09 e 2010/11 (Figura 3.3.3.).

Ao mesmo tempo que o número de alunos com necessidades educativas especiais aumenta no ensino regular, regista-se um decréscimo significativo do número de alunos em escolas de educação especial. Muitas destas escolas (maioritariamente CERCI e APPA) têm vindo a reorientar-se no sentido de se constituírem em “centros de recursos”, privilegiando o desenvolvimento de actividades de apoio às escolas do ensino regular que integram alunos com deficiências e incapacidades, no âmbito das *áreas curriculares específicas*, das *terapias*, da *transição para a vida activa* e também de *intervenção precoce*.

Os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) são, desde 2008, alvo de um processo de acreditação. Esta Rede tem actualmente 74 CRI que apoiam professores, pais e outros profissionais, não obstante continuarem a assegurar uma resposta educativa a grupos de alunos com necessidades educativas de grande complexidade.

Figura 3.3.3. Técnicos (Nº) no ensino público, por tipo de especialidade. Continente



Fonte: DGIDC, em 1.06.2011 e 8.06.2011

Escola a Tempo Inteiro - AEC

O programa das actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º ciclo do ensino básico foi criado com o duplo objectivo de garantir a todos os alunos, gratuitamente, um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e articular a actividade da escola e a organização das respostas sociais no domínio do apoio às famílias. Este programa constitui uma importante medida para a implementação do conceito de escola a tempo inteiro, ao garantir o funcionamento das escolas até às 17,30h, por um período mínimo de 8 horas, articulando-se com as respostas sociais de apoio às famílias para além deste horário.

Um dos aspectos mais significativos deste programa foi o alargamento da obrigatoriedade de oferta de ensino de inglês a todos os anos do 1º ciclo.

As autarquias têm desempenhado um papel fundamental na organização das AEC, na sequência do alargamento das suas atribuições e competências ao nível dos primeiros anos de educação e ensino, constituindo-se muitas delas como entidades promotoras. As associações de pais e instituições particulares de solidariedade social contribuem, também, para a promoção de respostas diversificadas de apoio às famílias, em função das realidades locais.

Refira-se, ainda, que este Programa tem vindo a ser aplicado num contexto de reorganização da rede escolar, em que o número de escolas do 1º CEB tem vindo a diminuir (Tabela 3.3.2.). Em 2006/07, o número de escolas era de 5999, passando para 5030, em 2008/09, e 4871 em 2009/10.

Do total de estabelecimentos, em 2009/10, cerca de 99% ofereciam actividades de enriquecimento curricular, variando essa taxa de cobertura de acordo com a actividade oferecida e que poderemos analisar na Figura 3.3.4.. As taxas mais elevadas, nos últimos dois anos, encontram-se nas actividades Ensino do Inglês 1º e 2º anos, Ensino do Inglês 3º e 4º anos, Actividade Física e Desportiva e Apoio ao Estudo, que ultrapassam os 97%. Embora com uma taxa de cobertura elevada, 81,4% em 2009/10, o Ensino da Música tem tido uma evolução oscilante, descendo no ano referido, ao contrário da categoria Outras Actividades, que inclui as expressões artísticas e cuja oferta sobe 8,5 pp relativamente a 2008/09. De referir, ainda, o aumento da componente Apoio à Família, em 2009/10.

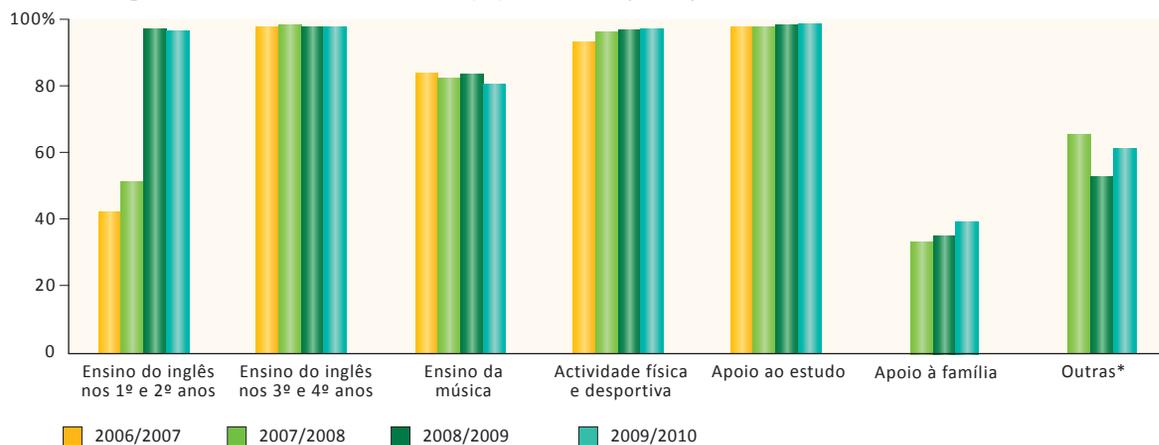
A Figura 3.3.5. mostra um aumento percentual dos alunos envolvidos em todas as actividades de enriquecimento curricular, embora estas não sejam de frequência obrigatória. As mais frequentadas são o Ensino do Inglês, a Actividade Física e Desporto e o Apoio ao Estudo. Em 2009/10 o Apoio ao Estudo e Ensino do Inglês, actividades de oferta obrigatória, abrangeram mais de 85% de alunos, enquanto a Actividade Física e Desportiva e o Ensino da Música foram frequentadas respectivamente por 84,6% e 67,4% dos alunos do 1º ciclo.

Tabela 3.3.2. . Evolução do número de estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico. Continente. Público

2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
5 999	5 479	5 030	4 871

Fontes: 50 de Estatísticas da Educação. GEPE/INE, 2009; Estatísticas da Educação 2008/2009, GEPE/ME, 2010; Estatísticas da Educação 2009/2010, GEPE/ME, 2011

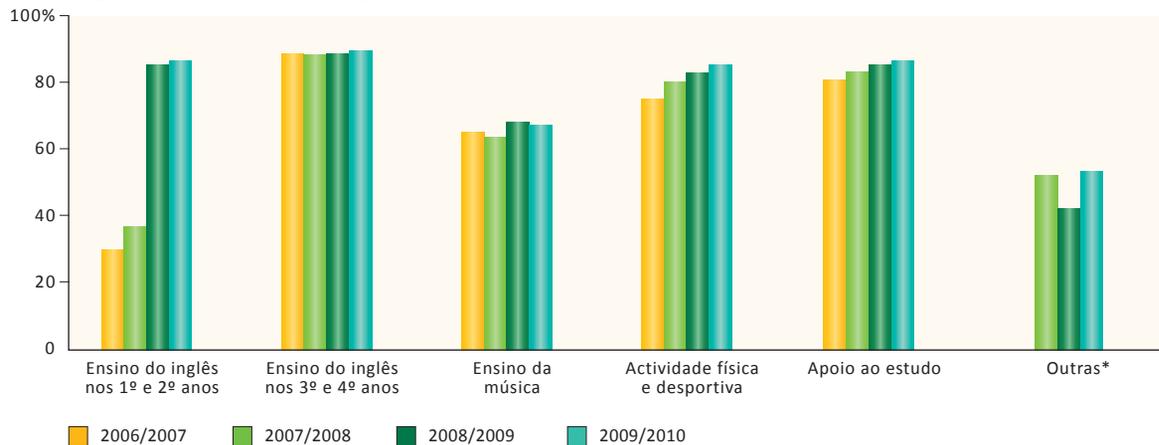
Figura 3.3.4. Estabelecimentos (%) com AEC, por tipo de actividade. Continente. Público



Nota: * Inclui as expressões artísticas

Fonte: Relatório Actividades de Enriquecimento Curricular 2010/2011. GEPE, 2011

Figura 3.3.5. Alunos abrangidos (%) em cada modalidade de AEC, por ano lectivo. Continente. Público



Nota: *Inclui as expressões artísticas

Fonte: Relatório Actividades de Enriquecimento Curricular 2009/2010. GEPE, 2011; DGIDC, 2011

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária - TEIP

Na sequência do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) implementado em 1996, o actual programa (TEIP 2), designado como de segunda geração, teve o seu início em 2008/09 (Despacho Normativo nº 55/2008, de 23 de Outubro).

Este Programa destina-se a escolas ou agrupamentos de escolas com um elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar e tem por objectivo melhorar a qualidade educativa, promover o sucesso escolar, a transição para a vida activa e a integração comunitária. Para além das escolas já abrangidas pelo programa anterior, o TEIP 2 passou a integrar um conjunto de escolas que estabeleceram contratos-programa com o Ministério da Educação, com base num projecto educativo que visa a consecução dos objectivos do Programa.

Para a execução do projecto educativo as escolas seleccionadas contam com o financiamento do Ministério da Educação e do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), ao qual deverão candidatar-se.

Os 105 TEIP existentes no Continente, em 2010, situam-se essencialmente nas áreas urbanas do Porto e de Lisboa (38 e 43, respectivamente), distribuindo-se os restantes pelas regiões Centro (9), Alentejo (9) e Algarve (6) (Tabela 3.3.3.). Os TEIP abrangem cerca de 135 000 alunos, o que representa 10% dos inscritos no ensino público. A maioria dos alunos que os frequentam encontra-se no ensino básico (82%), sobretudo no 1.º ciclo (39%) (Tabela 3.3.4.).

Relativamente ao número de docentes e de técnicos envolvidos, verifica-se que em 2009/10, cada um dos agrupamentos/escolas não agrupadas beneficiou, em média, de 4 professores e de 4 a 5 técnicos.

Apesar de o desenvolvimento recente deste Programa e das escolas envolvidas partirem de valores muito baixos de sucesso, decorrentes de condições sociais complexas, o relatório da DGIDC, relativo a 2009/10, sublinha a importância do Programa TEIP para os percursos escolares dos alunos e para a transformação da organização escolar. Assinala, também, outros resultados positivos, nomeadamente a redução do abandono escolar precoce, a diminuição das sanções disciplinares decorrente da introdução de estruturas de prevenção e de regulação da indisciplina, para além de uma tendência de diminuição do insucesso escolar nos três ciclos do ensino básico.

Embora os progressos registados sejam desiguais no conjunto dos TEIP, os estudos de caso realizados permitiram identificar os factores que os potenciam. A relação da escola com a comunidade, a articulação de políticas de combate à exclusão social e a consolidação de parcerias locais parecem ser factores decisivos para a melhoria dos resultados das escolas destes territórios.

Tabela 3.3.3. Agrupamentos/Escolas TEIP e alunos por DRE (N.º e %). Continente (2009/10)

DRE	Agrupamentos e escolas não agrupadas no Programa TEIP 2		Alunos inscritos em agrupamentos TEIP	
	N.º	%	N.º	%
Norte	38	36,19%	55 353	40,93%
Centro	9	8,57%	8 718	6,45%
LVT	43	40,95%	56 201	41,56%
Alentejo	9	8,57%	9 465	7,00%
Algarve	6	5,71%	5 506	4,07%
Total	105	100%	135 243	100%

Fonte: Relatório TEIP 2009-2010. DGIDC, 2010

Tabela 3.3.4. População dos Agrupamentos/Escolas TEIP (N.º e %), por nível de educação e ensino (2009/10)

Nível de educação/ensino	Número de inscritos	% de inscritos	
Pré-escolar			
	15 784	11,67%	
subtotal	15 784	11,67%	
Básico			
1.º ciclo	53 208	39,34%	
2.º ciclo	27 428	20,28%	
3.º ciclo	25 795	19,07%	
CEF	4 084	3,02%	
PIEF	450	0,33%	
Artístico	39	0,03%	
subtotal	111 004	82,08%	
Secundário			
Científico-humanístico	3 168	2,34%	
Profissional	2015	1,49%	
Tecnológico	111	0,08%	
subtotal	5 294	3,91%	
Subtotal Crianças e Jovens	132 082	97,66%	
Básico			
EFA	1 835	1,36%	
Secundário			
EFA	1 079	0,80%	
Secundário	Recorrente	247	0,18%
Subtotal Adultos	3 161	2,34%	
Total	135 243	100%	

Fonte: Relatório TEIP 2009-2010. DGIDC, 2010

Programa Mais Sucesso Escolar

O Programa Mais Sucesso (PMS) foi lançado no ano lectivo 2009/10 e integra três tipos de projectos pedagógicos concebidos pelas próprias escolas – Turma Mais, Fénix e Híbridos. Enquadrado pelo Despacho nº 100/2010, de 5 de Janeiro, este Programa tem como objectivo principal a melhoria dos resultados de aprendizagem e a prevenção do abandono escolar no ensino básico, com base em modelos organizacionais que permitem um apoio mais personalizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem. O Programa envolve cerca de 1% dos estabelecimentos de ensino público do Continente num total de 123, distribuídos pelos três projectos: Turma Mais (67), Fénix (46) e Tipologia Híbrida (10) (Figura 3.3.6.). Assinala-se que os projectos Turma Mais e Fénix foram descritos nos relatos de caso do *Estado da Educação 2010*.

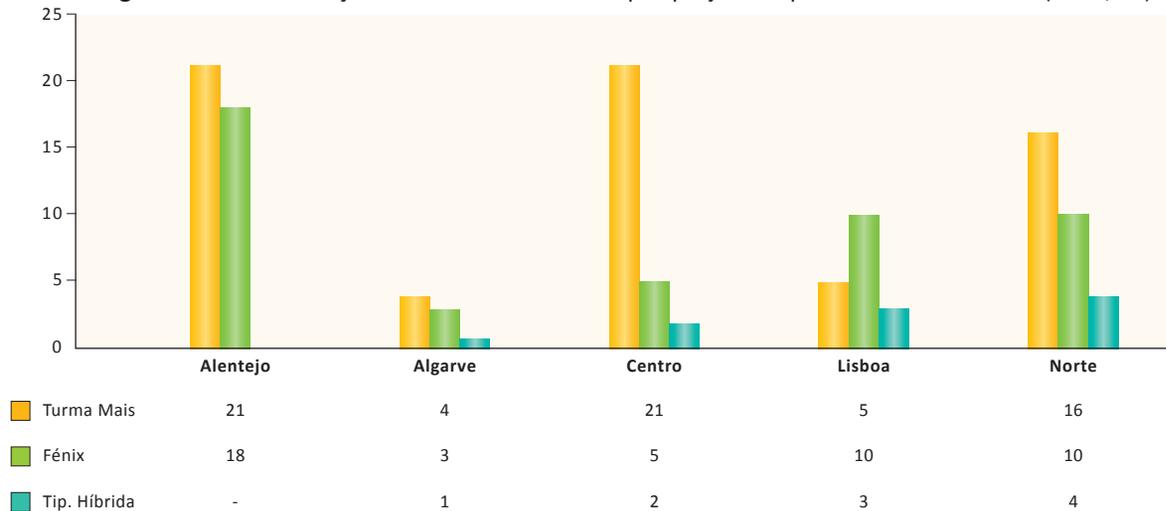
O relatório referente a 2009/10 da DGIDC dá-nos conta que os projectos incidiram essencialmente sobre um ou dois anos de escolaridade, em particular sobre os alunos do 7º ano e nas disciplinas com mais insucesso, envolvendo cerca de 70% do total de alunos das escolas do Programa.

Para a implementação das medidas de apoio aos alunos, as escolas envolvidas no Programa beneficiam de um crédito horário, contratualizado anualmente com as DRE, que tem como contrapartida uma determinada taxa de sucesso que a escola prevê atingir. A avaliação do final do primeiro ano do PMS, que compara o sucesso alcançado com o sucesso histórico das escolas envolvidas, aponta para um ganho global de 7 pontos percentuais nesta matéria. Das 123 escolas abrangidas inicialmente, 10% não atingiram as metas contratualizadas para 2009/10, reduzindo, assim, para 114 o número de escolas envolvidas em 2010/11.

Embora o Projecto Turma Mais integre um número de escolas e de alunos mais elevado (Tabela 3.3.5.), verifica-se que o projecto Fénix utiliza em média mais recursos (crédito de horas e professores) (Figura 3.3.7.).

O acompanhamento e a avaliação destes projectos estão a cargo de uma comissão de acompanhamento com representantes da DGIDC, das DRE e das escolas mentoras dos projectos Fénix e Turma Mais. O acompanhamento científico é prestado por três instituições de ensino superior (cada uma das quais dedicada a uma das tipologias do Programa) que elaboram um relatório que serve de base ao relatório global anual da comissão de acompanhamento.

Figura 3.3.6. Distribuição dos estabelecimentos por projecto e por NUT II. Continente (2009/10)



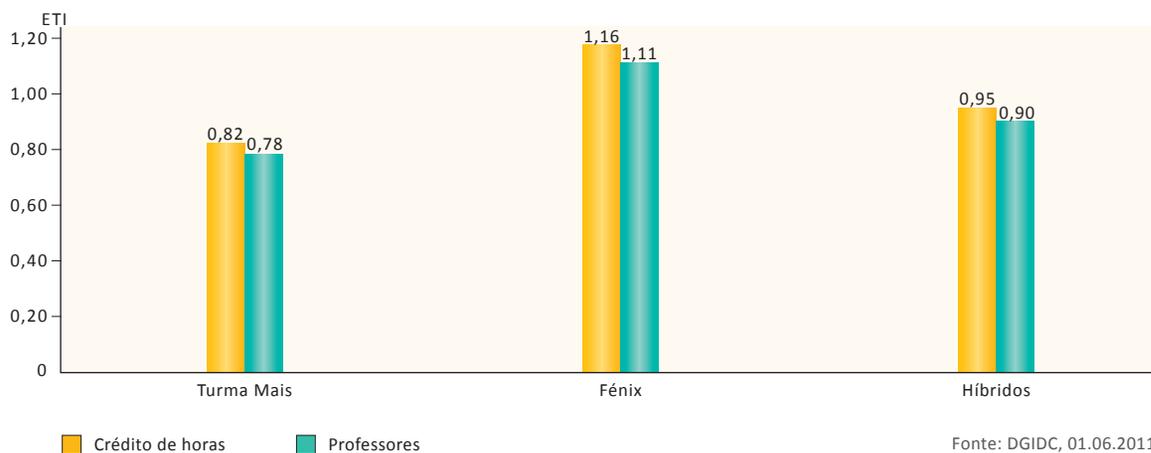
Fonte: DGIDC, 01.06.2011.

Tabela 3.3.5. Alunos envolvidos no Programa, por projecto. Continente (2009/10)

	Alunos das escolas	Alunos envolvidos nos projectos
Turma Mais	8 087	6 060
Fénix	6 886	4 905
Híbrida	1 650	1 006
Total	16 623	11 971

Fonte: *Mais Sucesso Escolar. Relatório Final.* DGIDC, 2010.

Figura 3.3.7. Recursos médios de cada tipo de projecto (ETI), por agrupamento. Continente (2009/10)



Fonte: DGIDC, 01.06.2011.

Acção Social Escolar – ASE

A Acção Social Escolar (ASE) abrange 42,22% dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Como se pode observar na Tabela 3.3.6., esta percentagem diminuiu ligeiramente (0,66 pp) em relação ao ano lectivo de 2009/10. Note-se que todos os alunos abrangidos pela ASE têm apoio em livros e material escolar, no âmbito dos “auxílios económicos”.

Definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e na respectiva regulamentação, os apoios e complementos educativos têm como objectivo “(...) contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, a serem aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória”. Constituem modalidades de apoio no âmbito da ASE o apoio alimentar, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar (Figura 3.3.8.).

A ASE dirige-se a crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário, oriundos de famílias carenciadas, aplicando-se na distribuição dos apoios os mesmos critérios usados para a atribuição do abono de família. Os encargos com a ASE são da responsabilidade do Ministério da Educação em todos os graus de ensino, excepto no 1º ciclo onde a gestão dos apoios se processa nos municípios, depois de anualmente fixados pelo ME os montantes a atribuir nas diversas modalidades. No âmbito dos auxílios económicos, os municípios têm competência para aumentar e alargar os apoios aos alunos de acordo com as diferentes realidades ou características das populações que abrangem, procedendo, designadamente, algumas câmaras e juntas de freguesia ao empréstimo ou à atribuição gratuita de manuais escolares e de outros recursos pedagógicos a todos os alunos.

A evolução da despesa com ASE, desagregada por intervenção, está patente na Figura 3.3.8.. É de assinalar o crescimento significativo da intervenção Refeitórios/Refeições em virtude de englobar a despesa com o 1.º Ciclo e fruto do “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico”, com início no ano lectivo de 2005/2006 e cuja execução é da competência dos municípios.

Não foram disponibilizados dados relativos ao 1.º ciclo do ensino básico. Quanto aos 2º e 3º ciclos e ao ensino secundário, no Continente, o número de alunos integrados no escalão A tem oscilado ao longo da década (Tabela 3.3.a, em anexo estatístico), verificando-se um decréscimo significativo entre os anos de 1990/00 e 2008/09, seguido de crescimento em 2009/10 e de um novo decréscimo em 2010/11. Pelo contrário, o número de alunos do escalão B tem aumentado sucessivamente ao longo dos anos em análise. Esta variação pode eventualmente estar ligada a alterações aos critérios de cálculo da capitação para efeito da integração nos diferentes escalões.

Entre 2009/10 e 2010/11 (Tabela 3.3.6.) a percentagem de alunos apoiados no 2º ciclo desce de 53,77% para 50,56%, o mesmo acontecendo no ensino secundário com um decréscimo de 0,54pp, enquanto no 3.º ciclo se verifica um aumento de 1,02pp.

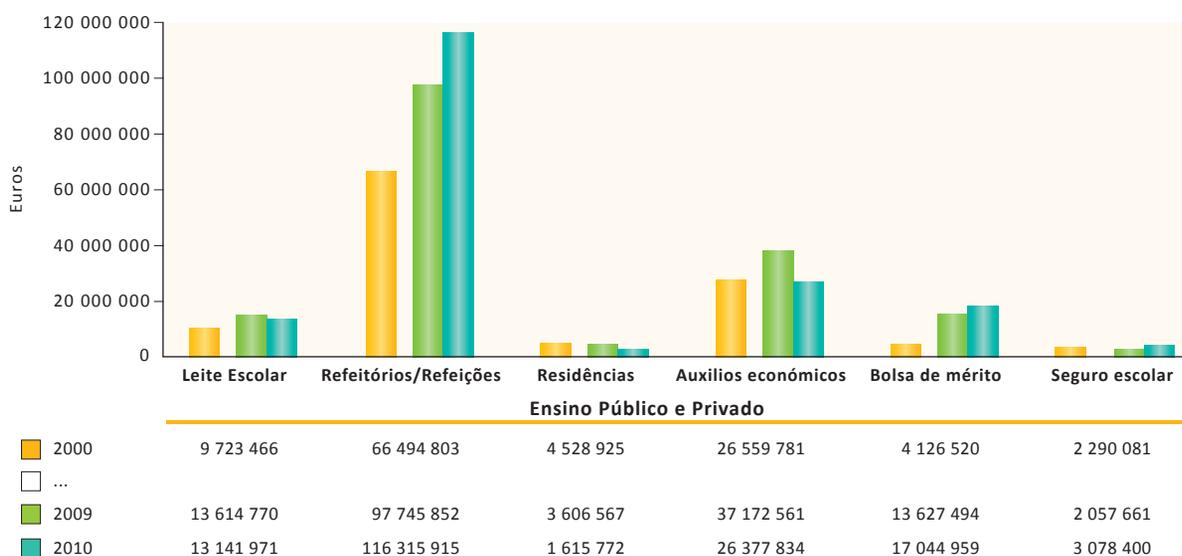
Tabela 3.3.6. Alunos abrangidos (N.º e %) pela ASE. Continente

		2009/10			2010/11 ⁽¹⁾		
		Total de Alunos	Nº de Alunos c/ ASE	% de Alunos c/ ASE	Total de Alunos	Nº de Alunos c/ ASE	% de Alunos c/ ASE
2º ciclo	A	-	71 805	-	-	65 658	-
	B	-	46 895	-	-	46 103	-
	Total	220 753	118 700	53,77%	221 048	111 761	50,56%
3º ciclo	A	-	77 145	-	-	83 128	-
	B	-	57 467	-	-	62 989	-
	Total	303 632	134 612	44,33%	322 227	146 117	45,35%
Ensino Secundário	A	-	39 133	-	-	37 455	-
	B	-	35 758	-	-	36 880	-
	Total	241 089	74 891	31,06%	243 578	74 335	30,52%
Total		765 474	328 203	42,88%	786 853	332 213	42,22%

Nota: (1) Valores provisórios, visto que estes dados se referem à recolha de informação do fim do 2.º período do ano lectivo

Fonte: GGF, 12.08.2011

Figura 3.3.8. Orçamento do Ministério da Educação: Acção Social Escolar, por rubricas. Continente



Nota: O Seguro escolar inclui as indemnizações por acidentes

Fonte: GGF, 12.08.2011

Região Autónoma dos Açores

Na Região Autónoma dos Açores (RAA), a organização e o funcionamento do sistema de acção social escolar regem-se por legislação própria, sendo os alunos agrupados em escalões de comparticipação diferentes dos do Continente. Há também a ressaltar a particularidade de o sistema abranger crianças e jovens desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Em 2009/10, 55,6% das crianças e jovens matriculados eram subsidiados, correspondendo a um aumento de 5,9pp relativamente a 2008/09 (Tabela 3.3.7.). Do total de alunos subsidiados, a maior parte frequenta o 1.º ciclo do ensino básico (59,2%, em 2008/09 e 67,2%, em 2009/10), enquanto a percentagem dos que se encontram no ensino secundário é inferior (31,4% em 2008/09 e 34,9% em 2009/10). De notar que a percentagem de alunos subsidiados cresceu em todos os níveis de ensino, entre 2008/09 e 2009/10.

Região Autónoma da Madeira

Na Região Autónoma da Madeira (RAM), o Regulamento da Acção Social Escolar estabelece normas idênticas às do Continente no que respeita a esta matéria, designadamente no enquadramento dos alunos em dois escalões de comparticipação, a partir de 2009/10.

Neste ano foram subsidiados 52,5% dos alunos, o que significa um aumento de 6,6pp em relação ao ano anterior (Tabela 3.3.8.). O acréscimo percentual verifica-se em todos os níveis de ensino, sendo mais significativo o que ocorre no 1.º ciclo do ensino básico, que passa de um total de 4980 alunos apoiados em 2008/09, para 6696 em 2009/10, correspondendo a um aumento de 15,9pp. Mesmo assim, é no 2.º ciclo do ensino básico que se encontra a maior percentagem de alunos abrangidos pela ASE (57,8% em 2008/09 e 60,9% em 2009/10), sendo o ensino secundário aquele que apresenta a percentagem mais baixa (35,3% em 2008/09 e 39,9% em 2009/10).

Tabela 3.3.7. Alunos (N.º) subsidiados pela ASE, por nível de ensino e escalão de capitação. RAA

		2008/09						2009/10					
Escalão	Nível de ensino	I	II	III	IV	Total de subsidiados	% do Total de Matriculados	I	II	III	IV	Total de subsidiados	% do Total de Matriculados
		Pré-escolar	671	427	329	134	1 561	29,5%	813	448	373	201	1 835
1º ciclo	3 091	2 276	1 556	676	7 599	59,2%	3 211	2 423	1 743	838	8 215	67,2%	
2º ciclo	2 130	1 472	801	383	4 786	45,9%	2 290	1 681	877	464	5 312	66,7%	
3º ciclo	2 242	1 975	1 159	486	5 862	56,2%	2 243	2 115	1 281	605	6 244	58,0%	
Secundário	599	754	604	266	2 223	31,4%	643	871	724	316	2 554	34,9%	
Total	8 733	6 904	4 449	1 945	22 031	49,7%	9 200	7 538	4 998	2 424	24 160	55,6%	

Fonte: Direção Regional da Educação e Formação da RAA, 2011

Tabela 3.3.8. Alunos (N.º) subsidiados pela ASE, por nível de ensino e escalão de capitação. RAM. Público e privado¹

		2008/09 (2)						2009/10 (2)			
Escalão	Nível de ensino	I	II	III	IV	Total de subsidiados	% do Total de Matriculados	I	II	Total de subsidiados	% do Total de Matriculados
		1º ciclo	4 012	510	280	178	4 980	44,7%	3 865	2 831	6 696
2º ciclo	3 022	525	320	174	4 041	57,8%	2 451	1 693	4 144	60,9%	
3º ciclo	3 325	677	392	245	4 639	47,4%	2 619	2 135	4 754	47,8%	
Secundário	1 762	476	322	198	2 758	35,3%	1 612	1 549	3 161	39,9%	
Total	12 121	2 188	1 314	795	16 418	45,9%	10 547	8 208	18 755	52,5%	

Fonte: Secretaria Regional de Educação e Cultura da RAM, 2011

Notas: (1) com contrato de associação

(2) o escalão I do 1.º ciclo inclui 24 alunos (2008/09)

e 25 (2009/10) em complementos diferenciados

Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – CPCJ

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são entidades oficiais não judiciais “...que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”. São constituídas por equipas multidisciplinares que integram representantes do Ministério Público, da Segurança Social, da Saúde, Educação e da Polícia (CNPCJR, 2011).

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada(o) ou vive entregue a si própria(o);
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada(o) a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita(o), de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda actuem de modo adequado à resolução dessa situação.

Os estabelecimentos de ensino, as autoridades policiais, os pais/cuidadores e os estabelecimentos de saúde são as entidades que mais participam situações de perigo às Comissões. Estas, por sua vez, só intervêm quando não é possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude actuar de forma adequada e suficiente para remover o perigo em que crianças e jovens se encontram.

Em 2010, o número de processos acompanhados foi de 68 300, tendo as CPCJ seguido 68 421 crianças e jovens (Tabela 3.3.9.). A diferença entre o número de crianças e jovens e o total de processos justifica-se pelo facto de ser possível, nos termos da lei, um processo de promoção e protecção abranger mais do que uma criança ou jovem.

Em todos os escalões etários, o número de crianças e jovens do sexo masculino foi superior ao do sexo feminino. Numa análise por escalão etário destaca-se o dos 11 aos 14 anos como o de maior número de crianças e jovens acompanhados. É também neste escalão etário que a diferença de valores registados por cada um dos sexos atinge o seu valor máximo. Seguem-se os escalões etários dos 0 aos 5 anos, 6 aos 10 anos e dos 15 aos 21 anos (Figura 3.3.9.).

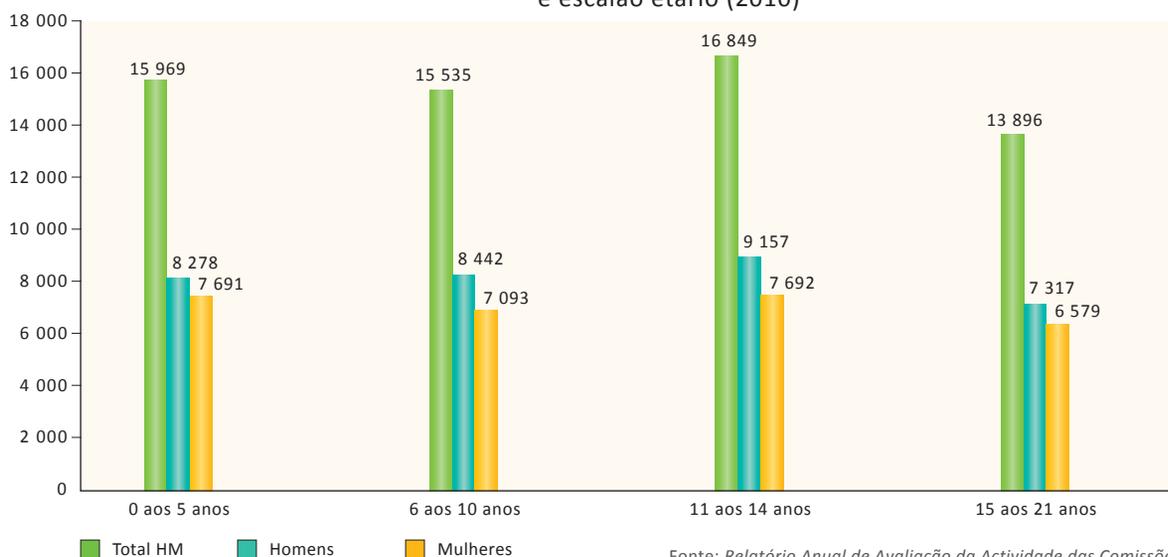
O abandono escolar é um dos aspectos que motiva a intervenção das CPCJ. Nos processos instaurados, foram caracterizadas quanto à idade 26 641 crianças e jovens e, destas, 18 003 foram descritas quanto à escolaridade. A Figura 3.3.10. permite constatar que, em 2010, de entre os caracterizados, 20,4% das crianças em idade escolar, na faixa etária dos 6 aos 10 anos, não frequenta qualquer tipo de ensino, enquanto nos jovens entre os 11 e os 14 anos essa percentagem é de 27,4%, notando-se um aumento de 10,4pp relativamente a 2009. A maior percentagem situa-se nos jovens com mais de 15 anos, em que 52,2% não frequentava qualquer tipo de ensino em 2010, embora se note uma diminuição progressiva da percentagem deste grupo etário desde 2007.

Tabela 3.3.9. Crianças e jovens (N.º) por tipologia de processo (2010)

	Transitados	Instaurados	Reabertos	Global
Crianças e Jovens	34 869	28 106	5 446	68 421
Processos	34 753	28 103	5 444	68 300
Diferença	116	3	2	121

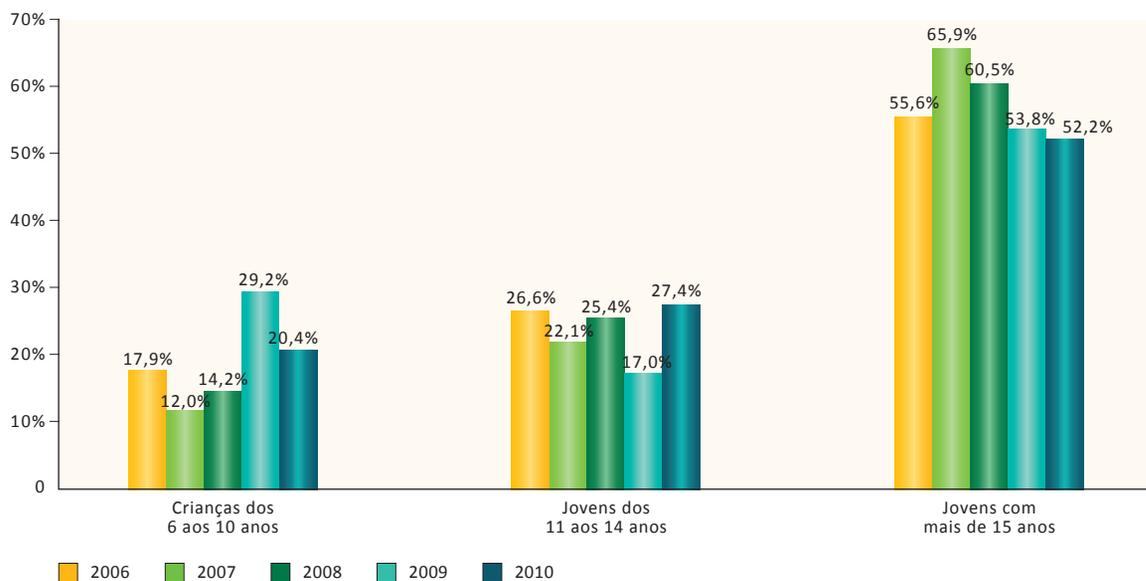
Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, 2010, CNPCJR, 2011

Figura 3.3.9. Distribuição das crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ por sexo e escalão etário (2010)



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, 2010, CNPCJR, 2011

Figura 3.3.10. Crianças e jovens em idade escolar (%), relativamente ao universo caracterizado pelas CPCJ, que não frequentam qualquer tipo de ensino, por escalão etário



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, 2010, CNPCJR, 2011

3.4. Professores

Ao longo dos últimos cinco anos foram várias as iniciativas legislativas que introduziram mudanças na carreira docente, destacando-se entre as mais significativas a alteração do estatuto da carreira docente e o regime jurídico da habilitação profissional para a docência. Essas alterações produziram efeitos, designadamente a nível do ingresso e progressão na carreira docente, avaliação de desempenho e habilitação para a docência. Estas orientações, que se aplicaram às novas admissões de estudantes em ciclos de estudos conferentes de habilitação profissional para a docência, a partir do ano lectivo de 2007/08, só produzirão efeitos no sistema quando estes profissionais começarem a ingressar na carreira docente.

Acompanhando o decréscimo de alunos no 1.º e 2.º ciclos, entre 1999/00 e 2008/09 e o crescimento no 3.º ciclo e secundário, a Tabela 3.4.1. mostra que no mesmo período o número de docentes dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico desceu no ensino público, apresentando uma subida ligeira em 2009/10, e cresceu no 3.º ciclo e secundário. No ensino privado, verifica-se um crescimento em todos os ciclos de estudo, nos anos em análise.

O *Estado da Educação 2010* já havia identificado uma tendência muito positiva na evolução dos níveis de qualificação dos docentes em exercício, mais relevante no 1.º ciclo do ensino básico do que nos ciclos e níveis subsequentes, em virtude de naquele ciclo, até ao início dos anos 1990, não ser obrigatório ter uma licenciatura para aceder à carreira.

A tendência de elevação dos níveis de qualificação dos docentes, realçada no *EE 2010*, continua a verificar-se. Na Figura 3.4.1. nota-se que de 1999/00 a 2009/10 a percentagem de professores com licenciatura, mestrado e doutoramento continua a crescer, enquanto diminui o número de docentes bacharéis, em todos os ciclos e níveis de escolaridade.

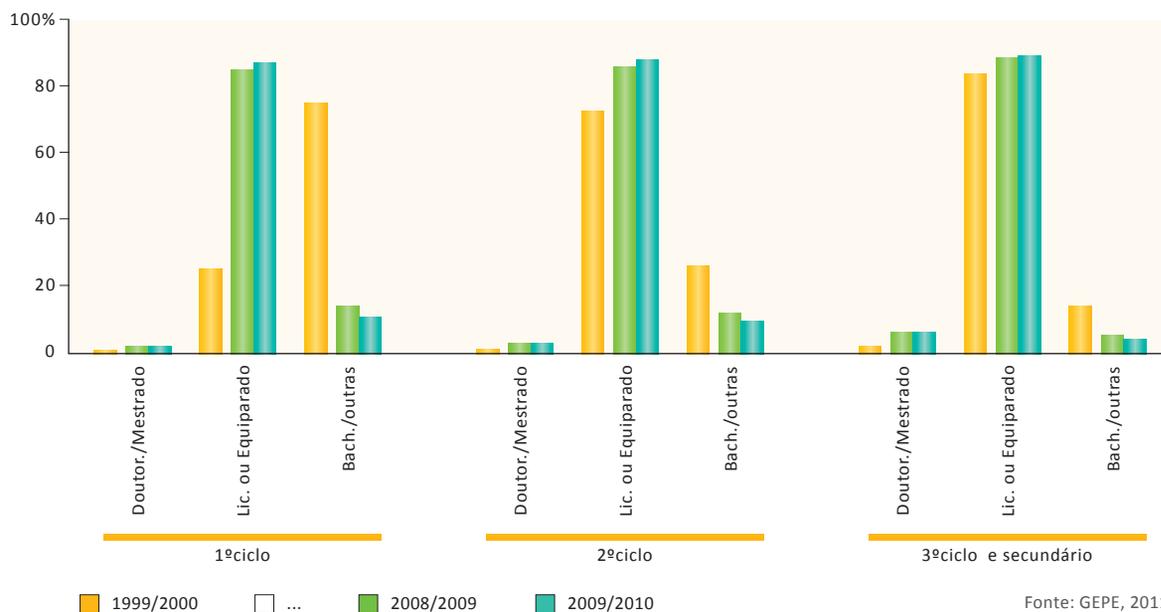
Tal como acontecia na educação pré-escolar, a taxa de feminidade também é muito elevada nos ensinos básico e secundário, sendo mais alta no 1.º ciclo e diminuindo gradualmente nos ciclos subsequentes (Figura 3.4.2.). Fazendo um paralelo com a média da OCDE e da UE19, verifica-se a mesma tendência (OCDE, 2010: Tabela 2.3.d., em anexo estatístico).

Tabela 3.4.1. Docentes em exercício nos ensinos básico e secundário por natureza institucional. Portugal

Ano	Ensino básico - 1º ciclo			Ensino básico - 2º ciclo			Ensino básico - 3º ciclo e ensino secundário		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
1999/00	36 211	2 811	39 022	32 322	2 858	35 180	78 285	7 285	85 570
2008/09	31 094	3 267	34 361	30 944	3 125	34 069	82 564	8 761	91 325
2009/10	31 293	3 279	34 572	32 285	3 344	35 629	82 582	8 793	91 375

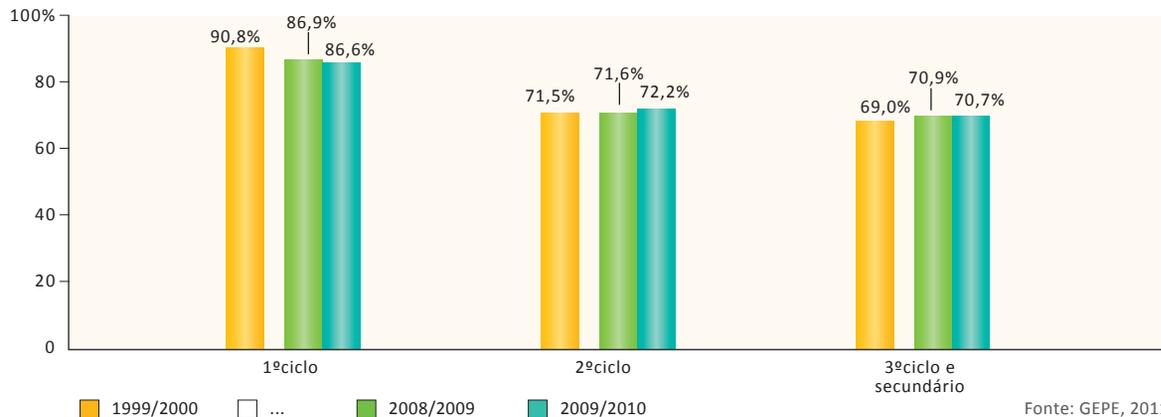
Fonte: GEPE, 2011

Figura 3.4.1. Docentes dos ensinos básico e secundário, em exercício, por habilitação académica. Continente



Fonte: GEPE, 2011

Figura 3.4.2. Taxa de feminidade dos docentes dos ensinos básico e secundário. Portugal.



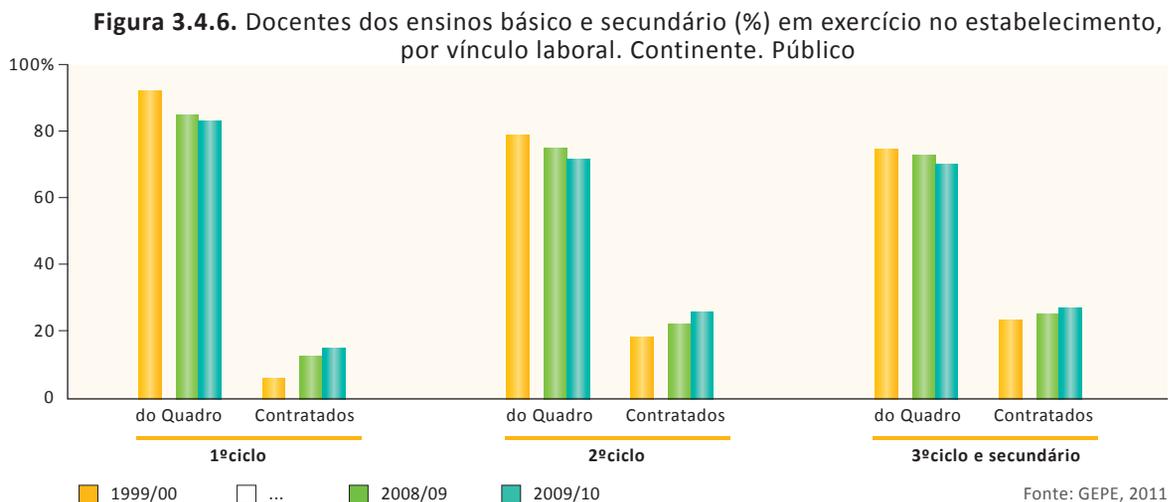
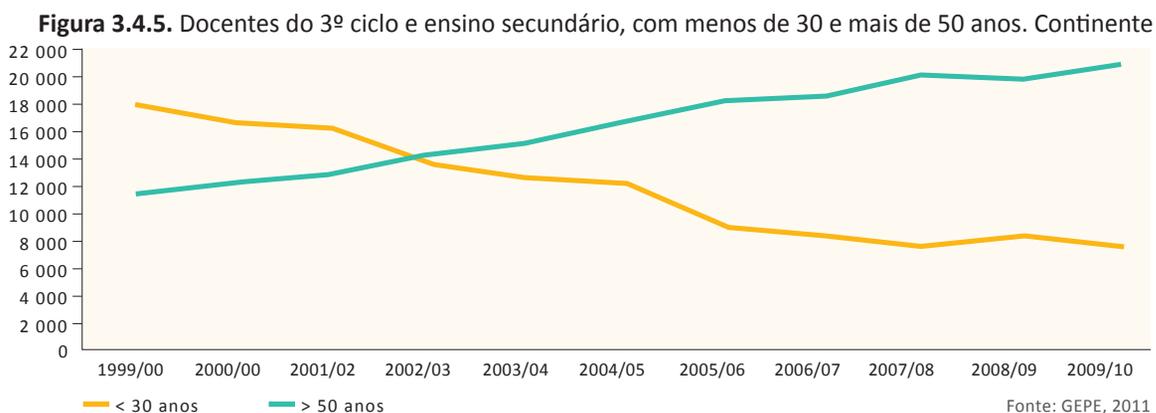
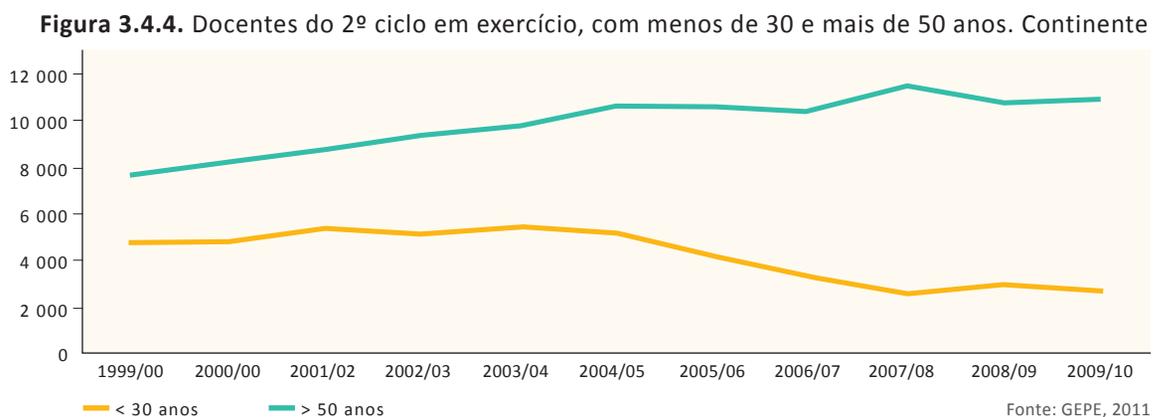
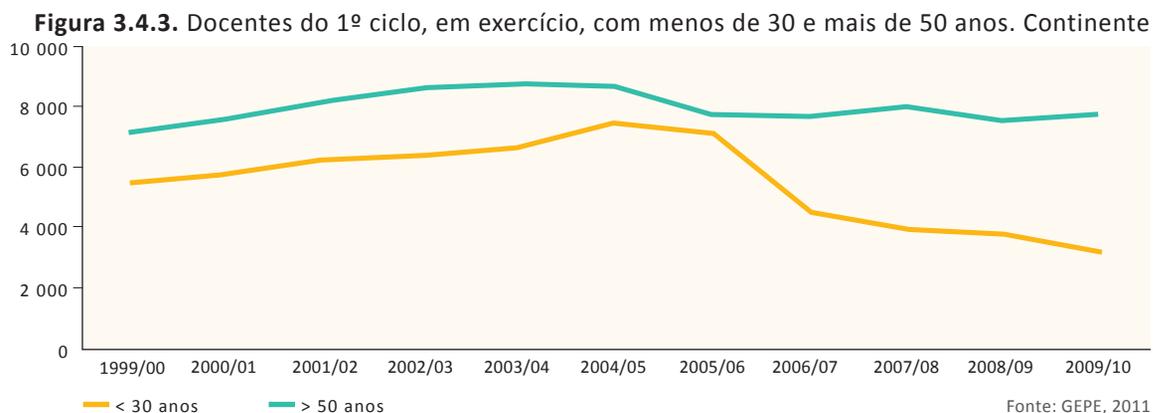
Fonte: GEPE, 2011

As Figuras 3.4.3. a 3.4.5. põem em evidência o envelhecimento progressivo dos docentes, na última década, mais visível no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, principalmente desde 2002/03. A partir de 2005/06, o corpo docente do 1º ciclo denota uma tendência de envelhecimento menos acentuada, com o número de docentes com menos de 30 anos a diminuir acentuadamente, notando-se, por outro lado, uma certa estabilização do número de professores com 50 ou mais anos. O mesmo se poderá dizer relativamente ao 2.º ciclo do ensino básico que, no entanto, demonstra um aumento mais marcado do número de docentes com idade igual ou superior a 50 anos.

Ao analisar a idade dos docentes em 2008, numa comparação com outros Países da UE19 (OCDE, 2010: Tabela 3.4.a., em anexo estatístico) verifica-se que em Portugal a percentagem de professores dos 1º e 2.º CEB (CITE 1) com idade inferior a 30 anos era de 11,0% e a dos docentes com 50 ou mais anos se situava nos 29,2%, enquanto na UE19 esses grupos etários representavam 14,9% e 30,0%, respectivamente. Este é o nível de ensino em que o corpo docente português está mais envelhecido relativamente à média da UE19. Nos níveis subsequentes as percentagens relativas dos dois grupos etários evidenciam uma inversão da situação.

No caso do 3º CEB (CITE 2), Portugal mostra uma percentagem de 9, 2% de docentes com menos de 30 anos e 23,1% com idade igual ou superior a 50 anos, para uma média da UE19 de 11,0% e 33,8%, respectivamente. Relativamente ao ensino secundário (CITE 3), a percentagem de docentes com menos de 30 anos era de 11,6% e a de 50 e mais anos de 21,0%, enquanto na UE19 era de 10,5% e de 35,7%, respectivamente.

Quanto ao vínculo laboral dos docentes do ensino público, a maioria pertence ao quadro em todos os níveis de escolaridade. Ressalta, no entanto, que ao longo da década tem ocorrido uma diminuição do número de professores do quadro a par de uma subida percentual do número de contratados (Figura 3.4.6.). No ano lectivo de 2009/10, a proporção de professores contratados em Portugal variou entre 17,1% no 1º ciclo do ensino básico e 28,4% no 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário.



3.5. Recursos materiais e financeiros

Recursos materiais

Bibliotecas

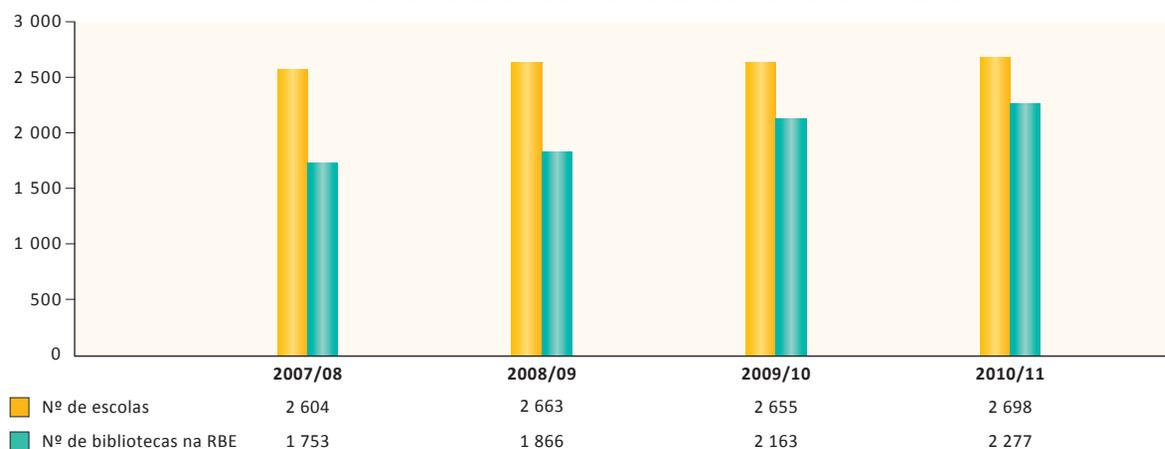
O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) foi lançado em 1996, pelos Ministérios da Educação e da Cultura, com “o objectivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em diferentes suportes”.

A construção da Rede tem-se processado por candidaturas, quer para a instalação, quer para a criação de serviços de biblioteca no agrupamento/escola não agrupada. A RBE financia, ainda, a requalificação de bibliotecas escolares já integradas na Rede (Rede de Bibliotecas Escolares, 2011).

Na Figura 3.5.1. verifica-se um crescimento constante do número de bibliotecas escolares integradas no programa, de 2007 a 2010. No início deste período, havia um total acumulado de 1753 bibliotecas escolares na RBE, que evoluiu positivamente nos anos seguintes, perfazendo 2277 em 2010/11, o que corresponde, neste ano, a uma percentagem de 84,40% do total das bibliotecas existentes (Figura.3.5.2.).

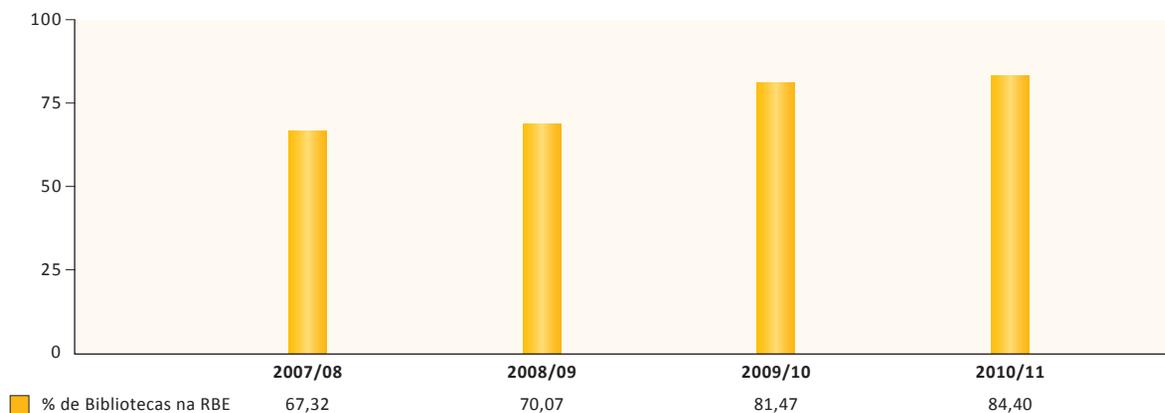
Quanto aos alunos abrangidos, a Figura 3.5.3. reflecte a evolução do número de alunos com acesso a bibliotecas escolares, constatando-se um aumento progressivo até 2010/11, ano em que começa a reflectir-se a diminuição da população escolar que tem vindo a ocorrer. Em 2011, 87,2% do total dos alunos das escolas públicas do Continente têm acesso a bibliotecas escolares.

Figura 3.5.1. Evolução (n.º) das bibliotecas integradas na RBE em escolas de todos os níveis de ensino. Continente



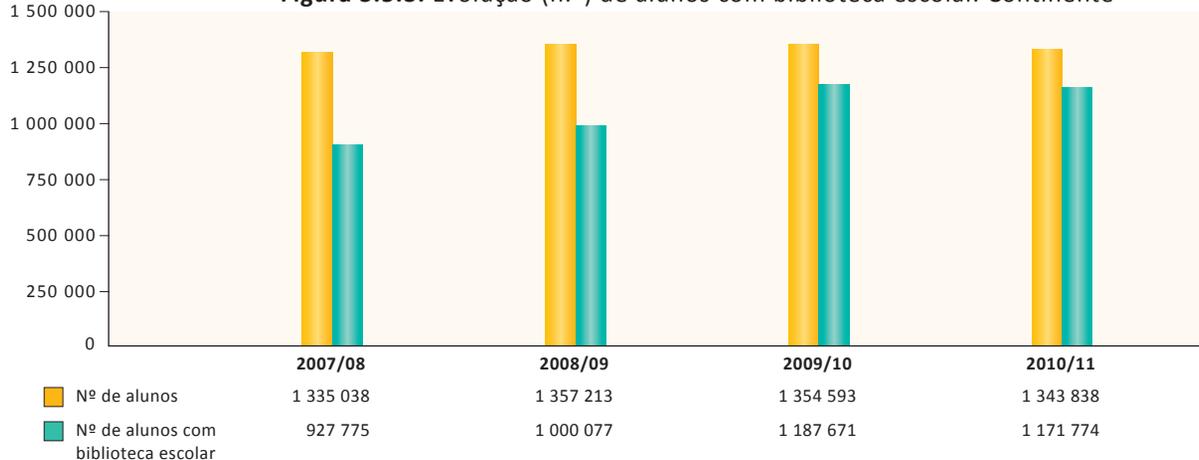
Fonte: Gabinete RBE, 2011

Figura 3.5.2. Evolução (%) das bibliotecas integradas na RBE em escolas de todos os níveis de ensino. Continente.



Fonte: Gabinete RBE, 2011

Figura 3.5.3. Evolução (n.º) de alunos com biblioteca escolar. Continente



Fonte: Gabinete RBE, 2011

Modernização tecnológica

Apresentado em 2005, o Plano Tecnológico pretendia desenvolver uma estratégia de mobilização de toda a sociedade para a promoção do desenvolvimento e reforço da competitividade do país. Essa estratégia assentava em três eixos: Conhecimento, Tecnologia e Inovação.

No presente Relatório, destaca-se o eixo Conhecimento, no que se refere às medidas de modernização tecnológica das escolas, nomeadamente os progressos alcançados na relação aluno/computador e aluno/computador com ligação à internet, por natureza do estabelecimento e nível de ensino.

De acordo com o Conselho Consultivo do Plano Tecnológico (2006), o objectivo de ligar 100% das escolas públicas à internet de banda larga já se encontrava atingido em 2005/06, sendo a relação aluno por computador de 11/1, quando no início da década (2001/02) se situava ainda em 21/1.

A Figura 3.5.4. mostra que a meta aluno/computador fixada pela OEI para 2021 (2 alunos por computador) foi atingida em Portugal, em 2009/10.

Na Figura 3.5.5. evidencia-se o contributo do 1º CEB para esta meta, onde, quer no ensino público, quer no privado, foi atingido nesse ano o rácio de um aluno por computador, apresentando o 2º CEB uma relação menos favorável: 4,6 no público e 7,6 no ensino privado. De notar que, no conjunto dos ciclos e níveis de ensino em análise, o ensino público apresenta melhores rácios do que o ensino privado, excepto no ensino secundário.

Na relação aluno/computador com ligação à internet também se constata progressos significativos. Em 2009/10 esta relação iguala praticamente a relação aluno/computador (2/1) (Figura 3.5.6.).

METAS OEI 2021	
Escolas com biblioteca	100%
Rácio computador/aluno	entre 1/2 e 1/10
Portugal, 2010:	
Escolas com biblioteca	84,40%
Rácio computador/aluno	1/2

Figura 3.5.4. Evolução da relação aluno/computador por natureza do estabelecimento (Ensinos básico e secundário regular). Continente

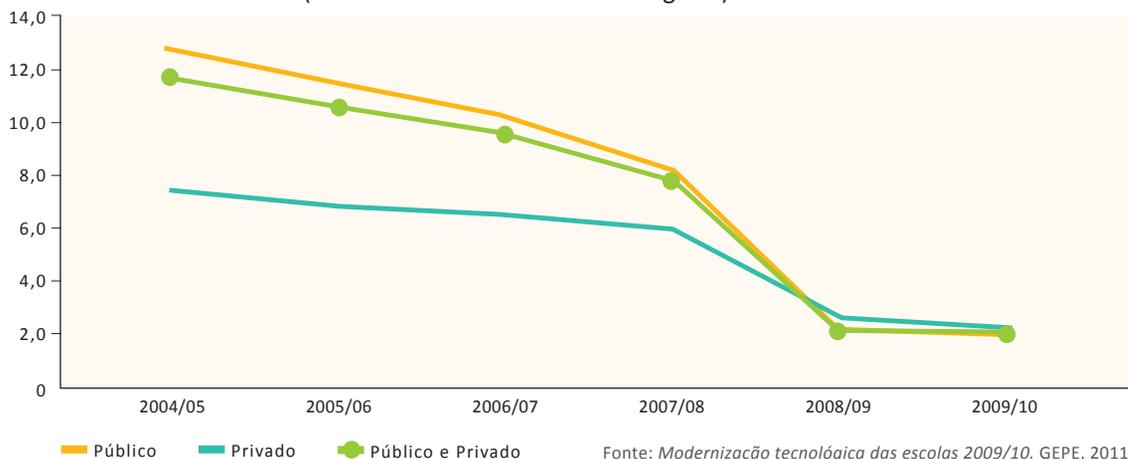


Figura 3.5.5. Relação aluno/computador, por nível de ensino e natureza institucional. Continente

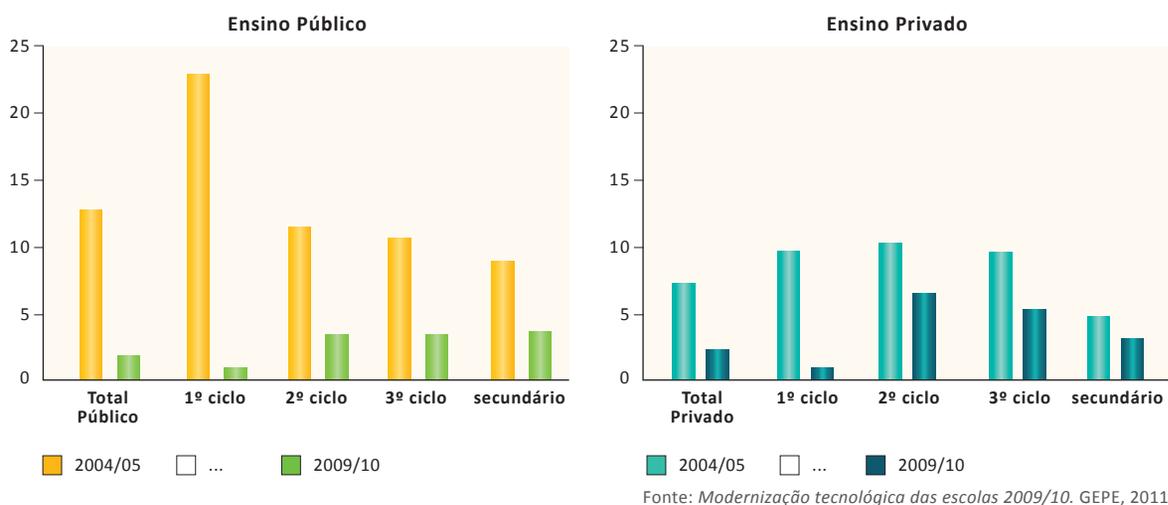
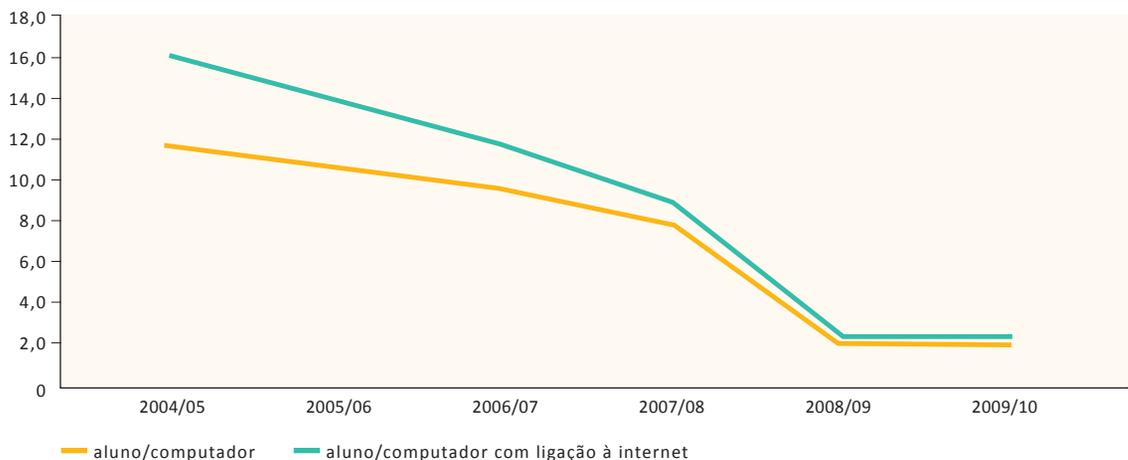


Figura 3.5.6. Evolução da relação aluno/computador e aluno/computador com ligação à internet (ensinos básico e secundário regular). Continente



Recursos financeiros

Custo aluno/ano – comparação em países da UE27

A Tabela 3.5.1. permite comparar a despesa média anual de educação por aluno em EUR PPC (Paridade de Poder de Compra), por nível de ensino — CITE 1 e CITE 2-4 — nos ensinos público e privado.

Da análise comparativa, constata-se que no nível CITE 1 é a Dinamarca que tem o custo aluno/ano mais elevado dos países em presença e em todos os anos analisados. Em 2008, esse custo é superior à média da UE27 em +44%, enquanto o de Portugal se apresenta inferior à média em -28,7%.

No nível CITE 2-4, em 2008, é a Espanha seguida da França que apresentam custos médios por aluno do ensino público mais elevados, respectivamente +45,6% e +41,3% quando comparados com a média da UE27. Neste nível, o custo aluno/ano em Portugal é inferior à média da UE27 em -18%.

Os dados disponíveis sobre o custo aluno/ano não permitem, contudo, uma leitura rigorosa da situação em Portugal, considerando-se importante e inadiável a realização de estudos que possibilitem o aprofundamento desta problemática (conforme

referido no parecer 7/2011 do CNE) de modo a tornar o sistema mais transparente. Esta matéria tem suscitado divergências de apreciação em diferentes instâncias, pelo que se aguarda a conclusão de estudos em curso, designadamente no âmbito do Tribunal de Contas, bem como a realização de um debate no Conselho Nacional de Educação.

Orçamento do Ministério da Educação por tipo de despesas

O orçamento do ME é apresentado por tipo de despesa na Figura 3.5.7.. Verifica-se que as Despesas de Pessoal têm um peso muito significativo, representando em 2009 e 2010, respectivamente, 71,75% e 77% do total. O crescimento que se regista neste tipo de despesa em 2010, face ao ano anterior, decorre do aumento da contribuição da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações, que passou de 7,5% para 15%.

As despesas relativas ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) — *Regionalizado* (GGF-ME, 2010) contemplaram em 2009 as seguintes áreas de intervenção:

Entidade executora	Área de intervenção	Fontes de financiamento	
		Nacional	Comunitário
DREs	Instalações para os Ensinos Básico e Secundário	sim	sim
	Apetrechamento das Instalações para os Ensinos Básico e Secundário	sim	sim
	Conservação e Remodelação do Parque Escolar	sim	sim
DGIDC	Conteúdos Educativos Multimédia	-	sim
GGF (*)	Modernização de Escolas com Ensino Secundário	sim	-
GEPE	Plano Tecnológico da Educação	sim	sim

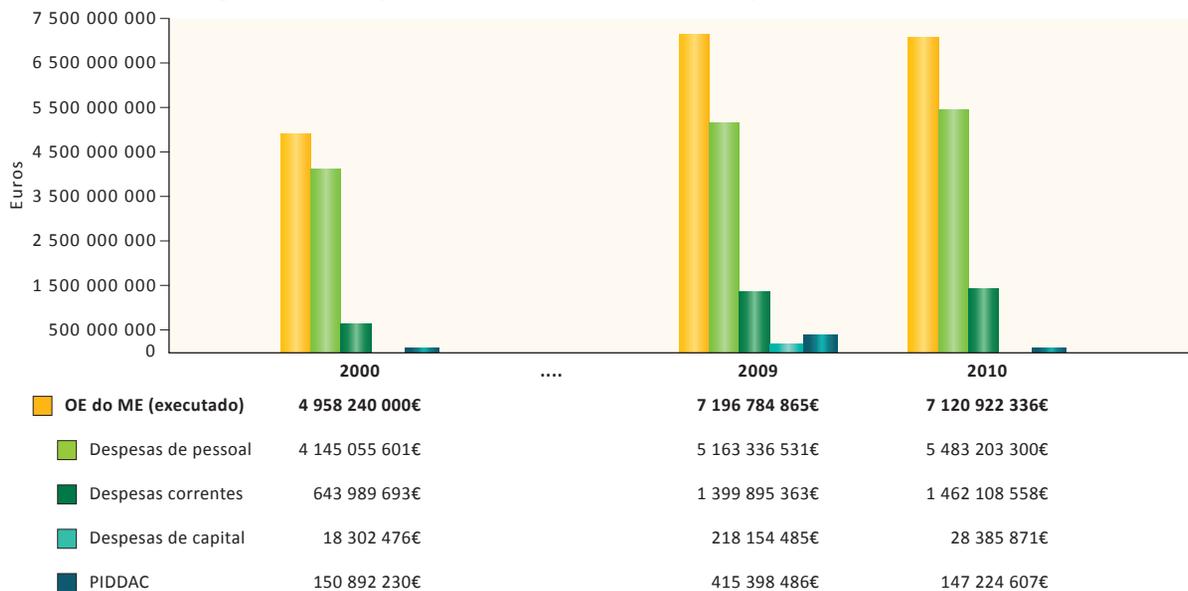
(*) Verba transferida para a Parque Escolar, EPE

Tabela 3.5.1. Despesa anual de educação por aluno em EUR PPC, CITE 1 e CITE 2-4, em países da UE27. Público e Privado

	CITE 1				CITE 2 - 4			
	2000	2002	2007	2008	2000	2002	2007	2008
UE 27	n.d.	4 056,8	5 171,1	5 347,7	n.d.	5 535,6	6 297,6	6 607,0
Alemanha	3 568,5	3 946,9	4 612,6	4 595,4	5 948,7	6 240,4	6 561,6	6 664,8
Dinamarca	5 981,6	6 702,7	7 628,6	7 699,0	7 334,2	6 942,6	8 043,9	8 187,4
Eslováquia	1 082,8	1 282,0	2 909,1	3 228,6	1 557,6	1 911,1	2 676,2	3 087,2
Espanha	3 528,3	3 975,4	5 431,6	5 569,7	4 880,8	5 202,9	7 257,9	7 591,4
Finlândia	3 745,8	4 190,1	5 182,9	5 509,6	5 287,4	5 865,2	6 508,6	6 726,9
França	4 030,8	4 266,9	5 025,0	4 948,8	6 776,0	7 349,8	7 907,5	8 064,2
Grécia	n.d.	2 734,9	n.d.	n.d.	n.d.	3 512,4	n.d.	n.d.
Irlanda	2 931,2	3 566,0	5 737,0	n.d.	4 030,5	4 904,5	7 400,8	n.d.
Itália	n.d.	5 622,7	5 864,4	6 341,4	n.d.	6 099,9	6 475,4	6 948,9
Polónia	1 894,2	2 280,8	3 305,9	3 718,3	1 681,6	2 155,8	2 797,6	3 289,7
Portugal	3 072,6	3 626,0	3 840,6	3 815,7	4 455,6	5 107,7	5 443,2	5 418,6
Reino Unido	3 415,6	4 296,7	6 942,4	7 102,8	4 695,3	5 486,3	7 537,1	7 634,3

Fonte: Eurostat (database). Actualização de 29.06.2011

Figura 3.5.7. Orçamento do Ministério da Educação por tipo de despesas. Continente



Nota: Em 2010, o acréscimo de encargos com "Despesas de pessoal" decorre do aumento da contribuição da entidade patronal para a C.G.Aposentações ter passado de 7,5% para 15%.

Fonte: GGF - Ministério da Educação, em 22.07.2011

Investimentos do Plano do Ministério da Educação

A evolução do Investimento do Plano do ME (Financiamento do Cap. 9 50 do OE)¹ nas áreas de intervenção mais significativas dos Ensinos Básico e Secundário está patente na Tabela 3.5.2.

Em 2009, verifica-se um crescimento muito significativo, resultante do *Programa Orçamental Iniciativa para o Investimento e o Emprego* através do qual foi atribuída ao ME a verba de 300 milhões de euros destinada maioritariamente ao *Programa de Modernização de Escolas com Ensino Secundário da responsabilidade da Parque Escolar, EPE* (cerca de 266,5 milhões de euros), tendo sido os restantes 33,5 milhões de euros afectos às *Direcções Regionais de Educação no quadro do Programa de Requalificação das Escolas dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico* (GGF, 2010).

É ainda de destacar, em 2009, o investimento efectuado no quadro do *Plano Tecnológico da Educação* (62,2 milhões de euros).

No âmbito do QREN 2007 – 2013, foi criado um regime específico de aplicação dos apoios a conceder através dos *Programas Operacionais Regionais para o desenvolvimento do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar* do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar. Este Programa visa a requalificação e modernização de edifícios escolares que possibilitem um eficaz reordenamento da rede educativa, privilegiando a construção/ampliação/requalificação de escolas básicas que integrem, preferencialmente, o 1.º ciclo e a Educação Pré-Escolar, na perspectiva da criação de Centros Escolares. Os Relatórios Anuais de Execução dos PO Regionais consideram que as metas estão a ser, em muitos casos, *largamente superadas*.

Componentes do Orçamento do ME por acções

No presente relatório, apenas se seleccionaram para análise as seguintes componentes do *Orçamento do ME: Ensinos básico e secundário público; Ensino Particular e Cooperativo; Formação Profissional de Jovens e Educação de Adultos; Educação Especial, Acção Social Escolar e Complementos Educativos*.

Ensinos básico e secundário público

A Figura 3.5.8. dá uma visão das despesas do Ministério da Educação com os ensinos básico e secundário, em 2000, 2009 e 2010. Traduz o orçamento de funcionamento executado com o ensino público, discriminando o 1.º ciclo e não incluindo os *encargos com a “Formação de Jovens”* da Iniciativa Novas Oportunidades (tratados à parte).

Os encargos com o 1.º ciclo correspondem a despesas correntes realizadas com o ensino público, incluindo todo o pessoal docente e não docente, tanto o que é pago directamente pelo Orçamento do ME, quer indirectamente pelas autarquias que estabeleceram acordo para a transferência de competências.

Entre 2000 e 2010, constata-se um crescimento de encargos de 9,1% ao nível do 1.º ciclo e de 30,9% nos 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário. No entanto, no último ano regista-se um decréscimo de 1,2% e 0,9%, respectivamente, em relação ao ano precedente. Esta acção representa, em 2010, 70,3% do Orçamento global do ME.

1 No Ministério da Educação a despesa de investimento realizada no âmbito do PIDDAC é basicamente coincidente com a do Cap. 9 50 do OE.

Tabela 3.5.2. Devolução do Investimento do Plano do ME nos Ensinos Básico e Secundário, em algumas áreas de intervenção. Financiamento do Cap. 50.º do OE

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Instalações para os Ensinos Básico e Secundário	73 757 071€	51 629 260€	41 593 814€	30 079 297€	25 679 121€	28 363 297€	60 087 474€
Apetrechamento das Instalações	23 555 014€	22 452 129€	13 322 683€	23 868 672€	23 923 285€	6 698 453€	4 739 606€
Conservação do Parque Escolar	33 262 759€	29 054 369€	22 178 692€	30 499 287€	18 257 684€	7 586 966€	5 077 864€
Educação Especial	813 587€	655 565€	661 090€	689 174 €	802 213€	970 869€	-
Modernização de Escolas c/ Ens. Secundário (*)	-	-	-	-	6 250 000€	14 961 250€	281 778 093€
Plano Tecnológico da Educação	-	-	-	-	-	257 736€	62 230 087€

Nota: (*) A verba de 2009 foi transferida para a Parque Escolar, EPE

Fonte: Investimentos do Plano do ME (Cap.º 50) em Números 2003-2009. GGF, 2010

Figura 3.5.8. Orçamento do Ministério da Educação, por acções: ensinos básico e secundário. Público. Continente



Nota: % = percentagem do Orçamento global do ME

Fonte: Orçamento por acções. Execução Orçamental. GGF, 2008 e 2009; dados disponibilizados em 22.07.2011. GGF

Ensino Particular e Cooperativo

As despesas com os contratos celebrados entre o Estado e os estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo estão patentes na Figura 3.5.9.. Cada tipo de contrato configura uma finalidade distinta das demais, no quadro da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo e do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo:

- Os *contratos de associação* são a modalidade de intervenção do Estado que visa garantir, nas mesmas condições de gratuidade do ensino público, a escolarização das crianças e jovens que residem em zonas onde não existe rede pública de escolas ou onde estas se encontram saturadas, mediante determinados critérios que têm variado ao longo do tempo.
- Desde 1981, o Estado celebra, com os estabelecimentos de ensino que o desejem, contratos simples que têm por objectivo permitir especiais condições de frequência de alunos nas escolas privadas não abrangidas por contratos de associação, estabelecendo um montante de subsídio por aluno e a redução da propina a que a escola se obriga.
- Os *contratos de patrocínio* têm por fim estimular e apoiar o ensino em domínios não abrangidos ou restritamente abrangidos pelo ensino público, nomeadamente o ensino artístico especializado.

De salientar que os encargos com os contratos de associação representaram, em 2010, 3,3% do Orçamento global do ME, abrangendo 52 935 alunos dos 2.º e 3.º ciclos e do Ensino Secundário.

Neste último ano, os encargos assumidos com os *contratos simples* e os *contratos de patrocínio* representaram respectivamente 0,25% e 0,7% do Orçamento global do ME. Em *contratos simples* foram abrangidos 25 793 alunos (+468 que no ano precedente) e os *contratos de patrocínio* foram celebrados com 105 escolas do ensino artístico, abrangendo 23 550 alunos (+5154 que no ano anterior).

Formação Profissional de Jovens e Educação de Adultos

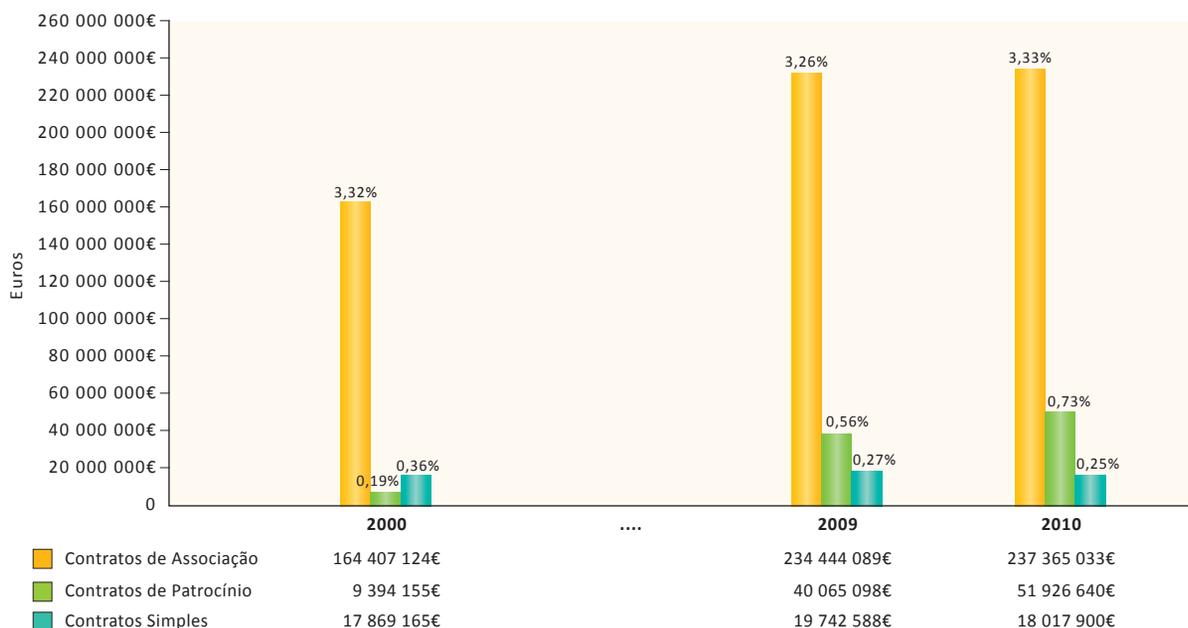
A informação relativa à Formação Profissional de Jovens e à Educação de Adultos é visível na Figura 3.5.10..

Na acção *Formação de Jovens*, os encargos assumidos em 2000 reportam-se a 130 Escolas Profissionais privadas, abrangendo 28 500 alunos, a cinco Escolas Profissionais Agrícolas (públicas) e a novas escolas profissionais públicas. Em 2002, o financiamento comunitário para o programa “Escolas Profissionais” (Ensino Privado) passou a ser atribuído directamente às Instituições através das Intervenções da Educação Regionalmente Desconcentradas. No âmbito da *Iniciativa Novas Oportunidades*, os encargos de 2009 e 2010 abrangeram contrapartida nacional e financiamento comunitário /FSE das Escolas Profissionais Públicas e os encargos com os Cursos de Educação Formação (CEF) e/ou Cursos Profissionais das Escolas dos Ensinos Básico e Secundário. Em “Escolas Profissionais privadas”, os encargos referem-se ao financiamento público de Cursos Profissionais de Nível Secundário nas Escolas Profissionais privadas de Lisboa e Vale do Tejo.

A Formação de *Jovens no ensino público* representa nestes dois anos 5,9% (2009) e 6,9% (2010) do Orçamento global do ME, verificando-se um aumento de 16,5% da despesa de 2010 em relação ao ano anterior, resultante do aumento do número de alunos nesta oferta educativa.

Na *Educação de Adultos*, os encargos assumidos nos dois últimos anos (2009 e 2010) tiveram um crescimento significativo devido à *Iniciativa Novas Oportunidades*. Esta acção não inclui nestes anos os encargos com o Ensino Recorrente, mas sim com os cursos EFA em CNO a funcionar em escolas públicas, as despesas relativas ao sistema de RVCC e a outras modalidades de educação e formação de dupla certificação, para além da produção e gestão de informação e conhecimento.

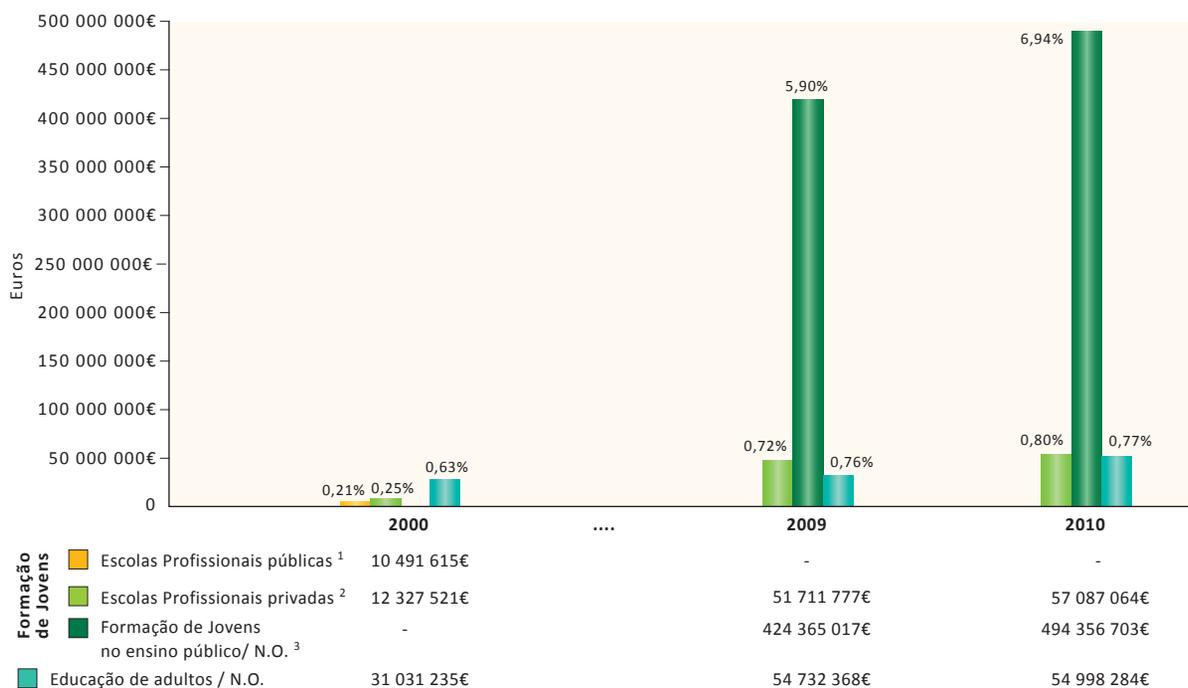
Figura 3.5.9. Orçamento do Ministério da Educação, por acções: Ensino Particular e Cooperativo. Continente



Nota: % = percentagem do Orçamento global do ME, em cada ano

Fonte: Orçamento por acções. Execução Orçamental. GGF, 2008 e 2009; dados disponibilizados em 22.07.2011. GGF

Figura 3.5.10. Orçamento do Ministério da Educação, por acções: Formação Profissional de Jovens e Educação de Adultos. Continente



Notas: (1) Escolas Profissionais Agrícolas e novas escolas profissionais
 (2) Contrapartida nacional do programa "Escolas Profissionais" (Ensino Privado) em 2000. Financiamento público de Cursos Profissionais de Nível Secundário em Escolas de Lisboa e Vale do Tejo em 2009 e 2010.
 (3) Escolas Profissionais públicas e Escolas dos ensinos básico e secundário com Cursos de Educação Formação (CEF) e/ou Cursos Profissionais

Fonte: Orçamento por acções. Execução Orçamental. GGF, 2008 e 2009; dados disponibilizados em 22.07.2011. GGF

% = percentagem do Orçamento global do ME, em cada ano

Educação Especial, Acção Social Escolar e Complementos Educativos

A Figura 3.5.11. mostra-nos a evolução do orçamento executado nas acções Educação Especial, Acção Social Escolar, tendo estas áreas sido já anteriormente tratadas na especialidade. Os Complementos Educativos incluem projectos de carácter educativo de iniciativa externa ou dos serviços do Ministério da Educação, além das Actividades de Enriquecimento Curricular que não estão incluídas na figura referida por terem tratamento específico adiante.

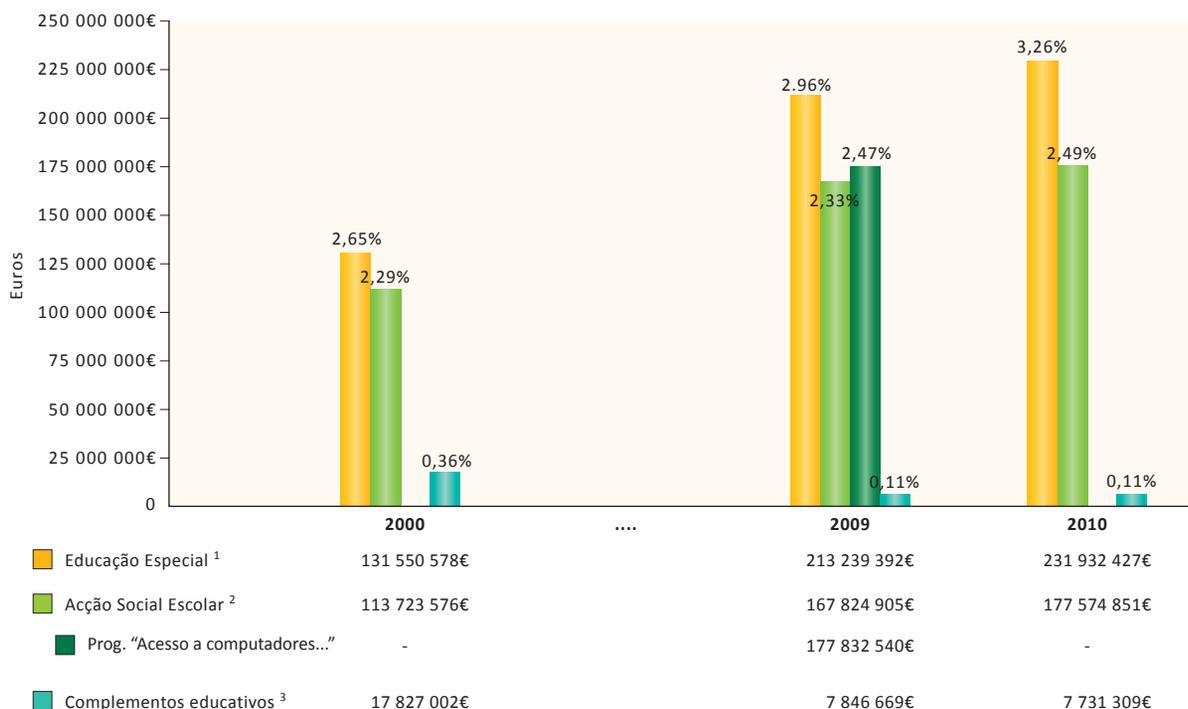
A despesa de 2009 com Acção Social Escolar inclui 177,8 milhões de euros para o Programa “Acesso a computadores portáteis e ao serviço de internet de banda larga”.

Actividades de Enriquecimento Curricular

É de referir que em 2009 e 2010 as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) representam respectivamente 92,37% e 92,29% da despesa total com Complementos Educativos.

Entre 2005 e 2009, verifica-se um crescimento continuado dos encargos assumidos com esta acção (Figura 3.5.12.). No entanto, o ano de 2010 denota um decréscimo na despesa de -2 342 182€, acompanhando um decréscimo do número de estabelecimentos e de inscritos no 1.º ciclo, no mesmo período.

Figura 3.5.11. Orçamento do Ministério da Educação, por acções: Educação Especial, Acção Social Escolar, Complementos Educativos. Continente

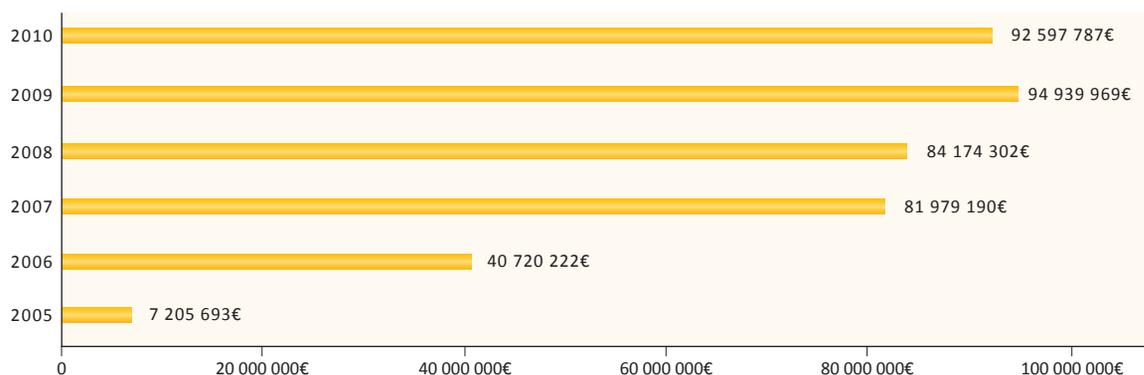


Notas: (1) Inclui despesas com: Instituições de Educação Especial, Apoios à Educação Especial e Estabelecimentos dos Ensinos Básico e Secundário
 (2) A ASE em 2009 inclui o Programa "Acesso a computadores portáteis e ao serviço de internet de banda larga" tratado em separado na figura.
 (3) Não incluem as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

Fonte: Orçamento por acções. Execução Orçamental. GGF, 2008 e 2009; dados disponibilizados em 22.07.2011. GGF

% = percentagem do Orçamento global do ME, em cada ano

Figura 3.5.12. Orçamento do Ministério da Educação, por acções: Actividades de Enriquecimento Curricular. Continente



Fonte: Orçamento por acções. Execução Orçamental. GGF, 2008 e 2009; dados disponibilizados em 22.07.2011. GGF

3.6. Resultados

Frequência e abandono

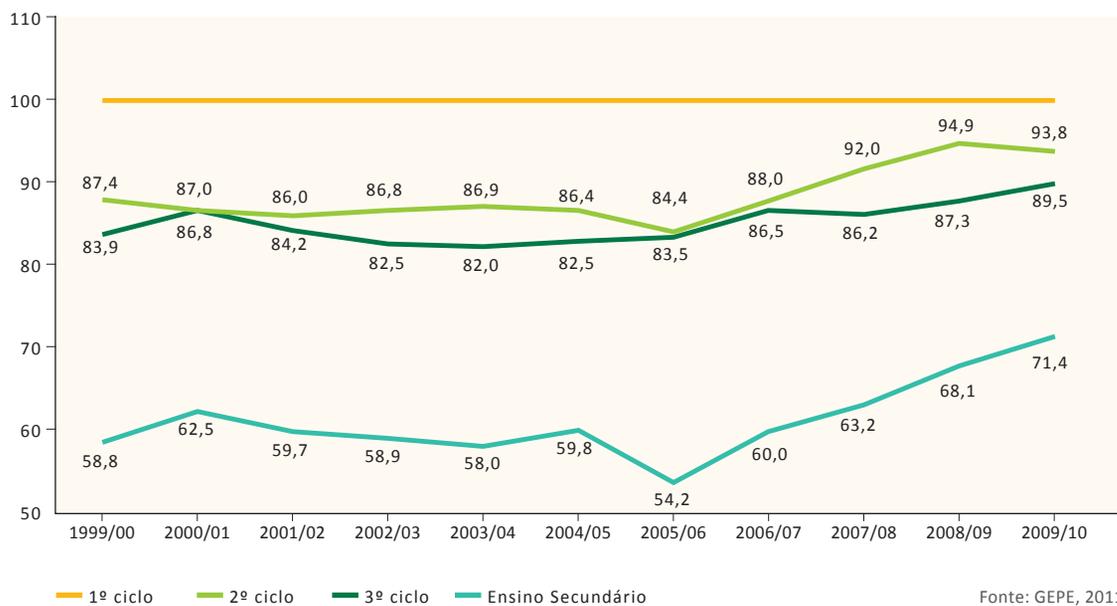
Taxa real de escolarização e desvio etário

Taxa real de escolarização é a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Tendo isto em consideração, verifica-se que o primeiro ciclo atingiu os 100% de escolarização em 1980/81 e assim se tem mantido desde então. Nos 2º e 3º ciclos da educação básica e no ensino secundário ainda não atingimos este patamar, mas houve uma evolução favorável das taxas de escolarização na última década, com uma

variação positiva de 5,6pp no 3º ciclo, 6,4 no 2º e 12,6 no ensino secundário (Figura 3.6.1.). Há, no entanto, que notar que este crescimento se deve sobretudo à evolução registada na segunda metade da década, porquanto na primeira se observa uma quebra persistente que o 3º ciclo e o ensino secundário iniciaram em 2000/01 e o 2º vinha já experimentando desde o ano anterior.

Figura 3.6.1. Taxa de escolarização (%) segundo o nível de educação/ensino. Continente



A análise deste indicador, quando calculado idade a idade¹ (Tabela 3.6.1.), permite-nos não só aferir a percentagem de alunos que se encontram escolarizados, como também constatar em que nível de educação/ensino se encontram. Numa primeira abordagem da análise da tabela 3.6.1., sobressai a cobertura cada vez mais alargada do sistema educativo relativamente a crianças e jovens. Note-se que, em 2009/10, 93% das crianças com 5 anos, 100% dos jovens entre os 6 e os 16 anos e mais de 90% dos jovens de 17 anos se encontram a frequentar o sistema educativo português.

Mas, este envolvimento massivo dos jovens na escola não significa que haja adequação da idade ao ciclo ou nível de ensino frequentado. Ou seja, o facto de a quase totalidade dos jovens em idade escolar se encontrar na escola não significa que estejam no ciclo ou nível de ensino teoricamente correspondente ao seu escalão etário.

Atentemos, por exemplo, na evolução da *taxa de escolarização** dos jovens de 15 anos. No primeiro ano constante da Tabela 3.6.1., o ano lectivo de 1999/00, não se tinham atingido ainda os 100% de escolarização, estando no sistema 94% dos jovens residentes (0,8 + 2,9 + 41,9 = 45,6, nos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, + 48,7 no secundário). Idealmente estes jovens deveriam estar no ensino

secundário, mas verifica-se que cerca de 45,6% se encontram “retidos” no ensino básico, enquanto 48,7% estão efectivamente no nível de ensino adequado ao seu escalão etário. Já no último ano constante da tabela, 2009/10, os jovens de 15 anos alcançaram efectivamente os 100% de escolarização, mas 43% ainda permanece no ensino básico e apenas 57% se encontra no nível adequado à sua faixa etária - o secundário.

De notar a diferença significativa que se observa a favor das mulheres em 1999/00 e que se intensifica em 2009/10. Continuando a tomar por referência os 15 anos, verifica-se que, no ensino secundário, as mulheres apresentam taxas superiores às dos homens em 1999/00 (54,6 contra 43,1) e que no decurso da década os avanços mais significativos também lhes pertencem: atingem 63,5%, enquanto os homens atingem 50,9.

O persistente “desfasamento etário” de um considerável número de jovens em cada ciclo pode atribuir-se, entre outras causas, a repetidas retenções ao longo do seu itinerário escolar que por serem desmotivantes e desincentivadoras da continuidade de estudos constituem um forte constrangimento ao cumprimento da escolaridade de nível secundário até aos 18 anos.

1 Para efeitos de cálculo da taxa real de escolarização o GEPE considera, também, como dentro da “idade normal” os alunos com 5 anos a frequentar o 1º ciclo, com 9 anos a frequentar o 2º ciclo, com 11 anos a frequentar o 3º ciclo e com 14 anos a frequentar o secundário. Estas idades têm como referência o dia 31 de Dezembro do ano lectivo em análise.

Tabela 3.6.1. Taxa de escolarização (%) segundo o nível de educação/ensino, por idade e sexo. Continente

1999/00															
Idades	Homens e Mulheres					Homens					Mulheres				
	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secund.	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secund.	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secund.
		1 ^o c.	2 ^o c.	3 ^o c.			1 ^o c.	2 ^o c.	3 ^o c.			1 ^o c.	2 ^o c.	3 ^o c.	
3	59,6					58,6					60,6				
4	72,6					71,4					73,8				
5	83,0	1,6				81,6	1,5				84,5	1,7			
6	4,4	95,6				4,9	95,1				3,8	96,2			
7		100,0					100,0					100,0			
8		100,0					100,0					100,0			
9		93,9	6,1				94,2	5,8				93,5	6,5		
10		25,8	74,2				28,8	71,2				22,6	77,4		
11		10,1	84,7	5,2			11,6	83,7	4,7			8,4	85,9	5,7	
12		4,0	29,8	66,2			4,7	34,1	61,2			3,2	25,2	71,5	
13		1,6	15,3	83,1			1,8	19,2	79,0			1,3	11,3	87,4	
14		0,8	8,0	87,0	4,3		0,9	10,1	85,3	3,7		0,6	5,7	88,7	5,0
15		0,8	2,9	41,9	48,7		1,2	3,7	46,2	43,1		0,5	2,1	37,3	54,6
16		0,6	0,9	20,0	62,3		0,8	1,1	23,1	55,8		0,4	0,6	16,8	69,2
17		0,5	0,4	8,6	63,2		0,7	0,5	9,9	56,9		0,4	0,3	7,2	69,8
18		0,2	0,2	3,5	41,0		0,3	0,3	3,8	40,2		0,1	0,2	3,1	41,8
19		0,2	0,2	1,7	24,8		0,3	0,2	1,9	25,5		0,1	0,2	1,6	24,0
20		0,1	0,1	1,4	14,8		0,1	0,2	1,4	15,4		0,2	0,1	1,3	14,3

2009/10															
Idades	Homens e Mulheres					Homens					Mulheres				
	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secund.	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secund.	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secund.
		1 ^o c.	2 ^o c.	3 ^o c.			1 ^o c.	2 ^o c.	3 ^o c.			1 ^o c.	2 ^o c.	3 ^o c.	
3	73,5					74,0					73,0				
4	85,2					85,5					84,8				
5	92,4	0,6				93,3	0,4				91,4	0,7			
6	2,7	97,3				3,4	96,6				1,8	98,2			
7		100,0					100,0					100,0			
8		100,0					100,0					100,0			
9		99,1	0,9				99,2	0,8				99,0	1,0		
10		14,6	85,4				15,7	83,3				13,2	86,8		
11		4,3	94,9	0,9			4,8	94,4	0,8			3,7	95,4	0,9	
12		1,2	24,6	74,2			1,3	29,0	69,7			1,0	20,2	78,8	
13		0,6	10,6	88,8			0,7	13,6	85,8			0,5	7,4	92,1	
14		0,4	4,8	94,0	0,8		0,4	6,3	92,6	0,7		0,4	3,2	95,5	0,9
15		0,2	2,3	40,4	57,1		0,2	3,0	45,8	50,9		0,2	1,5	34,8	63,5
16		0,1	1,0	24,4	74,5		0,1	1,2	29,2	68,5		0,1	0,7	19,2	80,0
17		0,1	0,4	10,0	80,4		0,1	0,5	12,0	76,0		0,1	0,3	8,0	85,0
18		0,0	0,2	4,0	45,2		0,0	0,2	4,7	46,8		0,0	0,2	3,2	43,6
19		0,0	0,2	2,3	26,4		0,1	0,2	2,6	28,3		0,0	0,2	2,0	24,4
20		0,1	0,2	1,9	14,2		0,1	0,2	2,1	15,4		0,1	0,1	1,6	13,0

Fonte: GEPE, 2011

Desvio etário por ciclo e sexo

Na secção anterior foi possível constatar que existe um número considerável de alunos matriculados com idades superiores às consideradas “normais” ou “ideais” de frequência e que esta situação está relativamente generalizada. Vejamos agora qual é a expressão deste fenómeno, por género, nos diferentes níveis de escolaridade, observando a Figura 3.6.2..

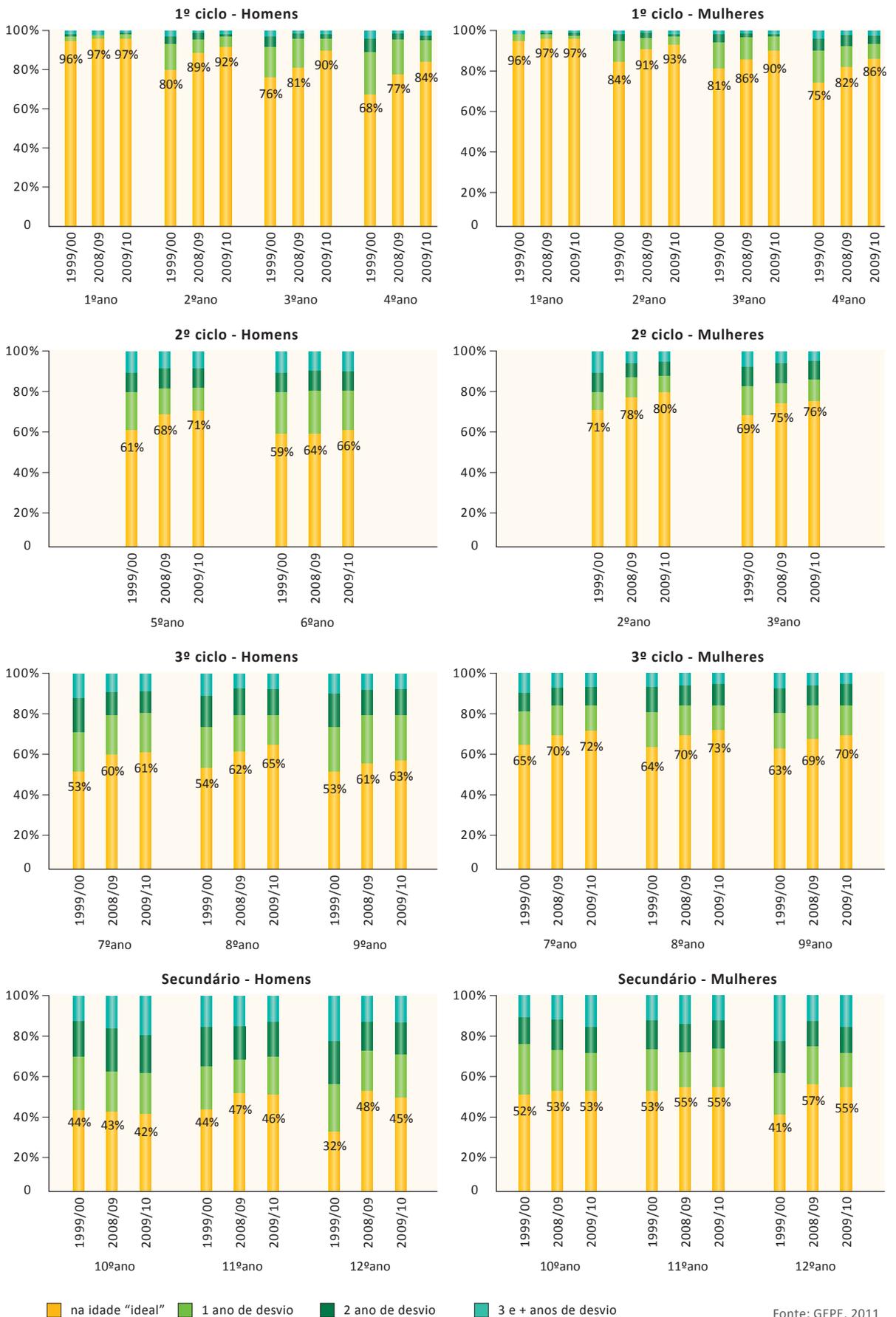
Convém, no entanto, esclarecer que a informação que lhe deu origem contempla o ensino regular, os cursos profissionais e os cursos de aprendizagem. Verifica-se, então, num primeiro olhar que o desfasamento etário afecta, de facto, todos os ciclos e níveis, desde o início da escolaridade, propagando-se e atingindo valores muito significativos à medida que se evolui para ciclos de estudos mais avançados.

No que respeita aos valores apurados para o 1º ano do 1º ciclo, onde, como é sabido, não existe retenção, a justificação decorre do facto de existirem crianças que aos 6 anos, por diversas ordens de razão, ainda se encontram a frequentar a educação pré-escolar, só ingressando no 1º ciclo com 7 anos, ou seja, já com um ano de desvio etário. Veja-se, a propósito a Tabela 3.6.1. que nos mostra, em 1999/00, uma taxa de escolarização de 100% aos seis anos, correspondendo 4,4% ao pré-escolar e 95,6% ao 1º ciclo.

No entanto, à medida que se avança na escolaridade a percentagem de alunos inscritos com *idade ideal* vai diminuindo, verificando-se, por exemplo na Figura 3.6.2., que, em 2009/10, apenas 45% dos homens e 55% das mulheres inscritas no 12º ano de escolaridade têm 17 anos (*idade ideal* no 12º ano), enquanto 14% dos homens e 10% das mulheres têm já 20 ou mais anos, apresentando conseqüentemente um desvio etário de 3 ou mais anos.

A diferença entre homens e mulheres, no que respeita a este indicador, é notória desde os primeiros anos de escolaridade e consequência, também, de uma maior incidência da retenção/desistência na população escolar do sexo masculino, como adiante se verá confirmado.

Figura 3.6.2. Alunos matriculados (%) com idade “ideal” de frequência e com “desvio etário”, por sexo e nível de ensino. Continente



Fonte: GEPE, 2011

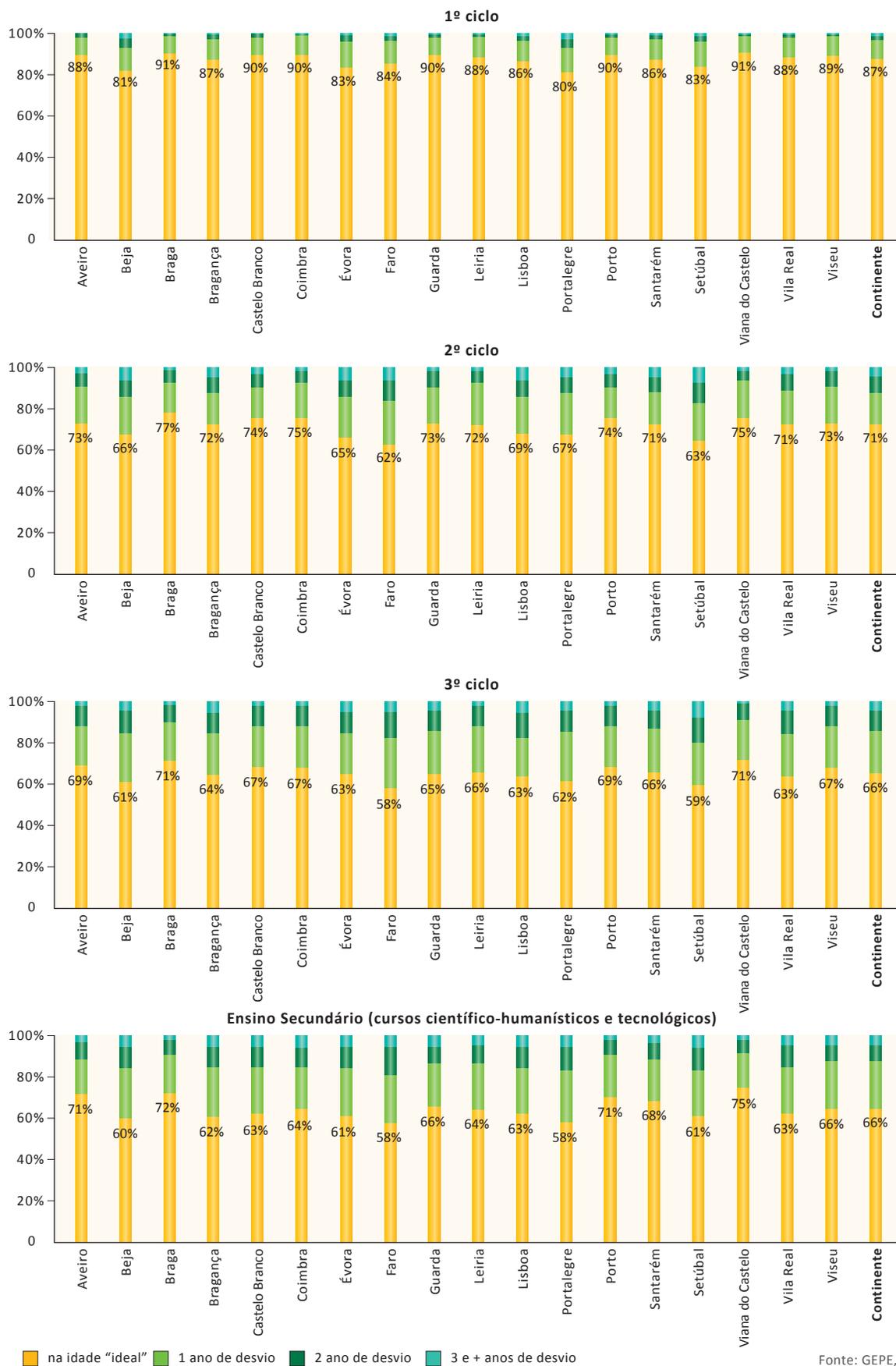
Desvio etário por região

Tomando por referência os dados de 2008/09, relativos ao ensino regular, pode observar-se na Figura 3.6.3. que, apesar de se tratar de um fenómeno nacional, o desvio etário apresenta especificidades regionais, cujas causas e impacto no desempenho escolar dos alunos justifica estudos mais aprofundados.

Uma observação sumária dos gráficos correspondentes aos vários ciclos denuncia, desde logo, algumas regularidades que importa registar. O Alentejo, Setúbal e Algarve são os que apresentam, em todos os ciclos, a maior proporção de casos de desvio etário, enquanto, no pólo oposto se encontram os distritos do litoral Norte (Viana, Braga e Porto) e Centro (Aveiro e Coimbra).

Ver-se-á adiante, a propósito dos resultados das provas de aferição e exames nacionais que as regiões com maior incidência de desvio etário são em boa parte aquelas que apresentam proporções mais elevadas de alunos nos níveis mais baixos da escala de classificação. Do mesmo modo, as que reflectem menor desvio etário são as que obtêm maior percentagem de classificações mais elevadas.

Figura 3.6.3. Alunos matriculados (%) com idade “ideal” de frequência e com “desvio etário”, no ensino regular, por nível de ensino e por distrito. Continente (2008/09)



Fonte: GEPE, 2011

Saída escolar precoce: perspectiva internacional

O estudo sobre o desfasamento etário dos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, relativamente à idade ideal dos ciclos e níveis respectivos, revela que o sistema continua a não estar preparado para responder às necessidades da população que acolhe, utilizando muitas vezes a repetência como meio de superação de dificuldades. Raramente esta solução resolve os problemas dos jovens implicados, pelo que uma primeira retenção é frequentemente geradora de outras e consequentemente de desmotivação e abandono.

Ora este fenómeno do abandono do sistema antes de concluída a escolaridade mínima de referência, que se considera ser o ensino secundário, afecta vários países europeus, mas Portugal muito particularmente, como se vê na Tabela 3.6.2..

Pelos efeitos negativos que a *saída escolar precoce** gera, a título pessoal e social, este indicador foi um dos cinco escolhidos para acompanhamento no âmbito do Programa de Trabalho Educação Formação 2010 da União Europeia, tendo sido definida como meta a redução desta população para uma percentagem inferior a 10%.

Verifica-se na Tabela 3.6.2. que muito poucos países a atingiram, embora alguns se tenham aproximado. Portugal ainda se mantém distante, apesar do

esforço considerável de recuperação que é preciso assinalar: redução de 14,9pp entre 2000 e 2010, enquanto a média de redução da UE27 se situou nos 3,5pp e especial aceleração de 2006 para 2010 (PT -10,4pp e EU -1,4pp), sendo Portugal o país que mais recuperou na redução do abandono do sistema e a um ritmo superior (Tabela 3.6.a., em anexo estatístico).

Desagregando os resultados obtidos por sexo, verifica-se que, em Portugal, são os homens que saem mais precocemente do sistema, embora também sejam eles os que têm feito o maior esforço de recuperação, neste grupo etário.

Uma vez que a percentagem de 14,1% alcançada na UE27 ficou, também, aquém do previsto e dada a importância da redução do abandono, o novo quadro estratégico de cooperação europeia definido em 2009 retoma esta questão estabelecendo idêntica meta para 2020.

O atraso considerável que mantemos neste percurso aconselha a definição de estratégias eventualmente mais inovadoras e ainda mais eficazes de elevação dos níveis de frequência e conclusão do ensino secundário em idade ideal e a captação dos mais velhos para o mesmo efeito.

Meta UE 2020:

Saída escolar precoce entre os 18 e os 24 anos	<10%
--	----------------

Portugal, 2010:

Saída escolar precoce entre os 18 e os 24 anos	28,7%
--	--------------

Tabela 3.6.2. População (%) entre os 18 e os 24 anos que não se encontra a frequentar o sistema de educação e formação e obteve no máximo o 3.º ciclo do Ensino Básico, na UE27, na Zona Euro e noutros países da Europa

	Homens e Mulheres					Homens					Mulheres				
	2000	...	2008	2009	2010	2000	...	2008	2009	2010	2000	...	2008	2009	2010
UE 27	17,6 ¹		14,9	14,4	14,1	19,6 ¹		16,9	16,3	16,0	15,5 ¹		12,9	12,5	12,2
Zona Euro (16 países)	19,7		16,6	15,9	15,6	22,3		19,1	18,4	18,1	17,0		13,9	13,5	13,1
Alemanha	14,6		10,8	11,1	11,9	14,4		12,4	11,5	12,7	14,9		11,2	10,7	11,0
Dinamarca	11,7		11,3	10,6	10,7	12,8		13,6	13,2	13,6	10,4		9,0	7,7	7,5
Eslováquia	-		6,0	4,9	4,7	-		7,1	5,7	4,6	-		4,9	4,1	4,9
Espanha	29,1		31,9	31,2	28,4	35,0		38,0	37,4	33,5	23,2		25,7	24,7	23,1
Finlândia	9,0 ²		9,8	9,9	10,3	11,5 ²		12,1	10,7	11,6	6,5 ²		7,7	9,0	9,0
França	13,3		11,9	12,4	12,8	14,8		14,0	14,5	15,4	11,9		9,9	10,3	10,3
Grécia	18,2		14,8	14,5	13,7	22,9		18,5	18,3	16,5	13,6		10,9	10,6	10,8
Irlanda	-		11,3	11,3	10,5	-		14,6	14,4	12,6	-		8,0	8,2	8,4
Itália	25,1		19,7	19,2	18,8	28,5		22,6	22,0	22,0	21,7		16,7	16,3	15,4
Hungria	13,9		11,7	11,2	10,5	14,4		12,5	12,0	11,5	13,4		10,9	10,4	9,5
Polónia	-		5,0	5,3	5,4	-		6,1	6,6	7,2	-		3,9	3,9	3,5
Portugal	43,6		35,4	31,2	28,7	50,9		41,9	36,1	32,7	36,3		28,6	26,1	24,6
Reino Unido	18,2		17,0	15,7	14,9	18,8		18,3	16,9	15,8	17,5		15,6	14,5	14,0
Roménia	22,9		15,9	16,6	18,4	23,8		15,9	16,1	18,6	22,0		16,0	17,2	18,2
Outros Países da Europa															
Noruega	12,9		17,0	17,6	17,4	12,8		21,0	21,8	21,4	12,9		12,9	13,4	13,2
Turquia	-		45,5	44,3	43,1	-		37,9	37,9	37,8	-		52,5	50,2	47,9

Notas: (1) valor estimado
(2) ruptura de série

Fonte: Eurostat (database). Actualização de 31.05.2011

Conclusão e certificação

As Tabelas 3.6.3. e 3.6.4. permitem observar a evolução do número de jovens e adultos que concluíram o ensino básico e secundário entre 1999/00 e 2004/05 e nos anos subsequentes.

Verifica-se no ensino básico que a uma quebra na primeira metade da década sucedeu um crescimento contínuo até 2008/09, sendo que o último ano registou o dobro de graduações de 2005/06. Este crescimento faz-se sobretudo pelo concurso dos CEF, dos cursos EFA e dos processos RVCC, uma vez que se manteve a tendência de decréscimo no ensino regular que já havia sido identificada a propósito da evolução de inscritos neste nível.

O biénio de 2007-2009 correspondeu ao ciclo de maior crescimento, para o que muito contribuíram os processos RVCC, que em 2009/10 participavam com 35% do total de certificações desse ano.

No ensino secundário também se assinala um decréscimo inicial, seguido de crescimento contínuo até ao final do período em análise. Neste caso, os dois últimos anos são, também, os de maior crescimento, merecendo particular destaque o contributo dos Cursos Profissionais, Cursos EFA e processos RVCC, que no conjunto representam 62% das conclusões de ensino secundário registadas em 2009/10. De notar que só as modalidades dirigidas a adultos concentram metade das conclusões desse ano.

Esta realidade está também reflectida no relatório da OCDE, *Education at a glance 2011*, recentemente publicado, em que Portugal surge em primeiro lugar no que se refere a taxas de graduação com

ensino secundário (Figura 3.6.4.), o que no nosso caso é fortemente assegurado com o concurso da população adulta (25 e mais anos), porquanto em idade inferior mostramos ainda uma das taxas mais baixas dos países que apresentam dados diferenciados por idade.

Na continuidade da análise sobre os resultados obtidos no nível básico e secundário que nos ocupa neste capítulo, apresentam-se em seguida as taxas de conclusão do ensino regular, do ensino profissional e dos cursos de educação e formação. Os cursos de educação e formação de adultos e as formações modulares não serão tratadas a este propósito, no primeiro caso por não ter sido possível obter a correspondente informação e no segundo porque a modalidade ainda está em fase incipiente de implantação.

Dada a natureza específica dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, o seu carácter inovador e a importância de que se revestem na elevação dos níveis de qualificação da população portuguesa, a matéria relativa às certificações que daí resultam é objecto de tratamento integrado em capítulo especialmente dedicado a este dispositivo.

Tabela 3.6.3. Alunos/adultos (n.º) que concluíram o ensino básico, por modalidade de ensino. Portugal

Modalidade	1999/00	...	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Total	106 566		88 593	96 824	113 361	142 649	207 783	203 146
Regular - 9º ano	102 865		81 825	88 794	90 641	92 747	89 280	87 930
Cursos Profissionais - nível 2	272		417	486	276	351	111	154
C. Educação e Formação	-		4 260	5 947	21 301	38 447	33 771	30 518
C. de Aprendizagem	x		x	x	x	x	185	154
C. Educação e Formação de Adultos	-		-	-	-	10 205	8 359	13 634
Recorrente	3 429		2 091	1 597	1 143	899	142	142
Processos RVCC	x		x	x	x	x	75 935	70 147
Formações modulares	-		-	x	x	x	x	155
Programa oportunidade/PERE	-		-	x	x	x	x	312

Nota: (1) está incluído o Ens. Artístico Especializ. (em regime integrado)

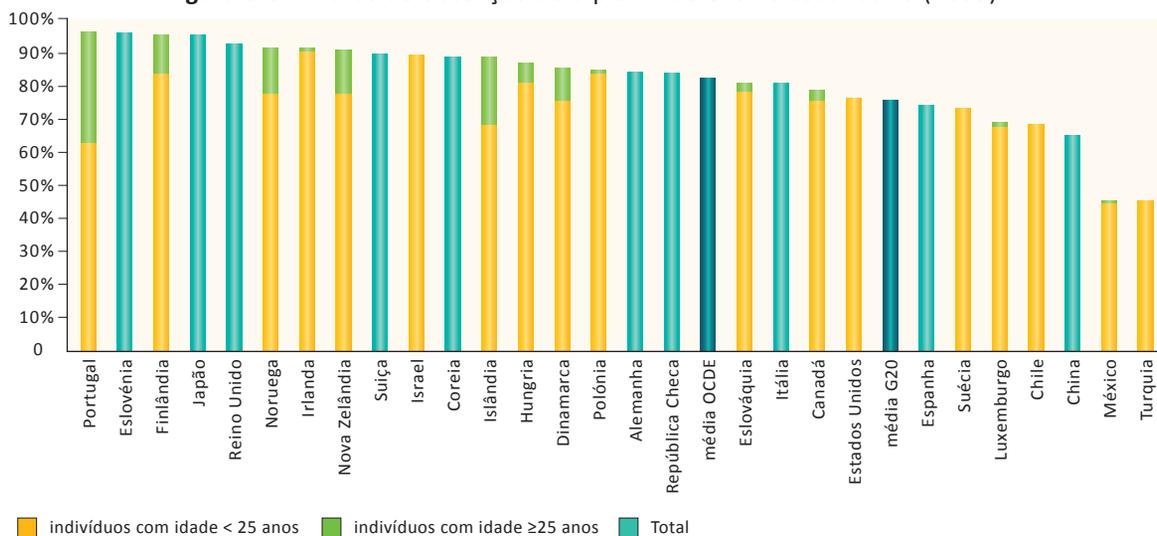
Fonte: Educação em Números. Portugal -2010. GEPE, 2010; Estatísticas da Educação 2009/2010. GEPE, 2011

Tabela 3.6.4. Alunos /adultos que concluíram o ensino secundário, por modalidade de ensino. Portugal

Modalidade	1999/00	...	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Total	74 457		64 559	66 317	79 315	72 066	128 661	137 645
Cursos gerais/científico-humanísticos	50 986		37 990	35 839	43 132	40 808	39 606	40 366
Cursos tecnológicos	8 687		6 233	8 379	9 797	7 838	6 828	3 777
Ensino artístico especializado	300		323	283	308	398	489	491
Cursos profissionais - nível 3	5 885		7 654	8 338	8 591	9 216	15 203	21 351
Cursos de aprendizagem	x		x	x	x	x	1 461	2 148
Cursos de educação e formação	-		197	339	2 533	5 109	2 643	1 073
C. de educação e formação de adultos	-		-	-	-	376	11 763	16 269
Ensino recorrente	8 599		12 162	13 139	14 954	8 321	5 752	4 997
Processos RVCC	-		-	-	x	x	44 916	47 173

Fonte: Educação em Números. Portugal 2010. GEPE, 2010; Estatísticas da Educação 2009/2010. GEPE, 2011

Figura 3.6.4. Taxas de obtenção de diploma de ensino secundário (2009)¹



Notas: (1) Representam a relação entre todos os diplomados num dado ano e uma dada população.

(2) 2008 é o ano de referência para os dados do Canadá e Suíça.

Fonte: Education at a glance 2011. OCDE, 2011

Taxas de conclusão na modalidade de ensino regular

As tabelas 3.6.5. e 3.6.6. dão-nos a evolução das taxas de conclusão da modalidade de ensino regular de nível básico e secundário.

Numa primeira abordagem, torna-se clara a distinção entre os dois níveis em termos das possibilidades de conclusão que propiciam: o ensino básico situa-se nos 86,4% no plano nacional, enquanto o ensino secundário se fica pelos 67%, no último ano em análise (2009/10).

A este facto não será alheia, por um lado, a tradição de escolaridade obrigatória do ensino básico, que não encontra correspondência no ensino secundário, senão para as gerações vindouras, e, por outro lado, o recurso frequente à retenção, denunciado no desfasamento etário de que atrás se deu conta, e que é progressivamente agravado à medida que se progride na escolaridade.

Apesar de o ensino básico apresentar taxas de conclusão mais elevadas, é de notar a lentidão com que estes progressos se fazem sentir, pois no espaço de uma década apenas se dá uma variação de 1,2pp.

Desagregando estes dados por sexo, mais uma vez se confirma que as mulheres apresentam maiores probabilidades de concluir estudos em ambos os níveis e em todas as regiões.

Quando à distribuição geográfica das taxas de conclusão, constata-se que as regiões com valores superiores são em boa parte coincidentes com as que já apresentavam índices inferiores de desfasamento etário (Norte e Centro são comuns aos dois níveis) e, no mesmo sentido, aquelas em que se regista um maior desvio etário são, em alguns casos, as que, no final do nível de escolaridade correspondente, angariam valores mais baixos nas taxas de conclusão.

De resto, as taxas de conclusão evoluíram, em geral, em sentido positivo entre o início e final da década em análise, o que não se verificou em Lisboa e Algarve no nível básico, onde os valores obtidos em 2009/10 são ligeiramente inferiores aos do ponto de partida (1999/00).

Quanto ao ensino secundário, ter-se-á de reconhecer que Lisboa, Açores e Algarve começavam com valores inferiores a 50%, tendo os dois últimos feito os progressos mais assinaláveis ao longo deste período: a uma variação nacional média de 16,8pp, os Açores correspondem com 17,9pp e o Algarve com 18,3pp. A evolução que se verifica na região de Lisboa não se revelou suficiente e ficou abaixo da variação média nacional.

Tabela 3.6.5. Evolução das taxas de conclusão do ensino básico regular, por sexo e por NUT II. Portugal

NUT	1999/00			2006/07			2007/08			2008/09			2009/10		
	H	M	HM												
Norte	82,3	88,8	85,6	76,0	82,5	79,3	84,6	89,0	86,9	85,2	90,2	87,7	85,6	90,8	88,2
Centro	81,7	89,8	85,8	80,3	84,1	82,3	86,2	90,5	88,4	86,2	90,3	88,3	85,2	89,3	87,2
Lisboa	84,2	87,1	85,7	77,3	80,6	79,0	84,9	86,4	85,7	83,6	86,7	85,2	82,7	85,9	84,3
Alentejo	79,2	89,8	84,4	76,8	80,4	78,6	85,7	87,6	86,7	84,0	87,3	85,7	82,3	87,9	85,2
Algarve	83,5	86,5	85,1	76,3	79,5	78,0	83,4	84,3	83,9	82,5	84,6	83,6	83,6	85,9	84,8
Continente	82,4	88,6	85,6	77,4	82,1	79,8	85,1	88,4	86,8	84,8	88,9	86,9	84,4	88,7	86,6
R.A. Açores	x	x	77,9	85,2	90,5	88,1	85,6	88,5	87,2	84,6	86,3	85,5	79,1	85,6	82,6
R.A. Madeira	x	x	78,9	75,9	79,9	78,0	77,2	83,7	80,7	83,1	87,0	85,1	81,1	86,6	83,9
Portugal	x	x	85,2	77,5	82,3	80,0	84,8	88,3	86,6	84,8	88,7	86,8	84,2	88,6	86,4

Fonte: GEPE, 2011

Tabela 3.6.6. Evolução das taxas de conclusão no ensino secundário regular, por sexo e por NUT II. Portugal

NUT	1999/00			2006/07			2007/08			2008/09			2009/10		
	H	M	HM												
Norte	45,4	57,8	51,9	60,8	67,9	64,7	66,9	71,9	69,8	65,4	72,9	69,7	65,8	73,6	70,2
Centro	44,9	53,5	49,9	61,1	67,5	64,6	67,2	71,3	69,5	64,4	70,8	68,0	63,7	73,4	69,2
Lisboa	45,0	51,3	48,4	59,7	61,8	60,8	61,9	65,2	63,7	61,3	66,4	64,0	59,7	64,8	62,5
Alentejo	42,8	57,6	51,5	63,8	65,6	64,8	64,2	69,2	67,0	61,3	69,9	66,2	61,0	69,9	65,9
Algarve	39,0	47,2	43,7	54,9	60,5	58,0	58,6	65,4	62,3	62,7	69,8	66,6	55,5	67,0	62,0
Continente	44,7	54,2	50,0	60,4	65,6	63,3	65,0	69,6	67,6	63,6	70,4	67,4	62,8	70,7	67,2
R.A. Açores	x	x	48,3	68,6	67,4	68,0	60,3	72,3	67,6	56,1	64,7	61,1	62,1	69,5	66,2
R.A. Madeira	55,0	63,6	59,9	52,5	57,5	55,4	53,9	62,1	58,5	52,0	63,7	58,4	56,4	65,8	61,5
Portugal	x	x	50,2	60,3	65,3	63,1	64,6	69,4	67,3	63,0	70,0	66,9	62,6	70,5	67,0

Fonte: Estatísticas da Educação 2009/10. GEPE, 2011

Taxas de conclusão nas modalidades de ensino profissional e CEF

Ensino profissional

As taxas de conclusão do ensino profissional atingiram entre 1999/00 e 2009/10 uma variação positiva média de 10,1pp, destacando-se os Açores com um dos progressos mais assinaláveis: iniciava este período com uma taxa próxima dos 50% e vem a consolidar a sua posição entre os 85% e os 87% nos últimos dois anos (Tabela 3.6.7.). A Madeira, pelo contrário, partia da taxa mais elevada a nível nacional e tem vindo a fazer um percurso inverso. Curiosamente, as regiões que no ensino regular atingem as taxas mais elevadas nem sempre as alcançam no profissional.

Numa análise por sexo, verifica-se que as mulheres apresentam uma maior probabilidade de concluir o nível secundário com sucesso também por esta via.

CEF – Cursos de Educação Formação

No período entre 2006/07 e 2009/10, os cursos de educação e formação tipo 2 e 3 (Tabela 3.6.8.), de nível de qualificação 2, isto é, que certificam 9º ano de escolaridade, apresentam uma evolução negativa de 1,8pp, embora ela se deva sobretudo ao desempenho dos dois últimos anos.

Focalizando a atenção no desempenho das várias regiões, verifica-se que as unidades territoriais que tradicionalmente obtêm as taxas de conclusão superiores no ensino regular também as obtêm nos CEF, mas o Alentejo e o Algarve apresentam valores muito próximos e por vezes superiores.

Nos CEF de tipo 5 e 6 (Tabela 3.6.9.), e portanto de nível secundário, há uma evolução positiva entre 2006/07 e 2009/10, de apenas 0,4pp, mas que não se revela consolidada ao longo do período em análise, dado que os anos intermédios apresentaram sempre valores mais baixos do que o do ponto de partida. O desempenho por região segue um padrão idêntico ao descrito nos CEF de nível básico.

Se desagregarmos os dados por sexo, verificamos que as taxas obtidas por homens e mulheres são muito equivalentes, embora se comece a verificar uma inversão na sua posição relativa, com os homens a superar ligeiramente as mulheres.

Tabela 3.6.7. Evolução das taxas de conclusão dos cursos profissionais de nível 3, por sexo e NUT I e II

	1999/00			2006/07			2007/08			2008/09			2009/10		
	H	M	HM												
Norte	59,7	68,1	63,6	73,5	84,0	78,6	74,2	87,3	80,1	76,0	88,4	81,6	71,2	84,5	77,5
Centro	57,6	72,0	64,0	66,4	79,4	71,8	75,5	87,3	80,6	74,0	85,2	78,8	72,4	82,6	76,6
Lisboa	61,9	70,8	65,6	70,4	71,6	70,9	69,1	76,5	72,6	65,6	76,6	70,4	67,2	75,5	71,0
Alentejo	64,5	71,0	67,1	73,6	80,2	76,3	78,1	85,5	81,9	75,4	86,5	80,4	73,7	82,7	77,7
Algarve	72,2	85,0	79,9	61,7	85,0	76,4	89,9	89,0	89,4	77,4	86,4	82,2	65,4	81,6	72,9
Continente	60,4	70,7	64,9	70,5	79,9	74,7	74,1	84,4	78,9	72,8	84,5	78,0	70,5	81,6	75,5
R.A. Açores	x	x	52,7	89,5	92,0	90,7	75,1	79,4	77,3	82,0	86,9	84,6	86,0	88,1	87,1
R.A. Madeira	97,4	99,3	98,4	56,9	72,9	66,9	76,3	80,7	78,6	81,1	77,9	79,4	65,5	71,6	69,1
Portugal	x	x	65,6	71,2	80,3	75,3	74,3	84,0	78,8	73,2	84,4	78,2	70,8	81,6	75,7

Nota: taxa de conclusão = N° de alunos que concluíram CP/n° de alunos matriculados no 3º ano de um CP*100

Fonte: GEPE, 2011

Tabela 3.6.8. Evolução das taxas de conclusão dos CEF (tipo 2 e 3), por sexo e NUT I e II

	2006/07			2007/08			2008/09			2009/10		
	H	M	HM									
Norte	81,7	83,3	82,2	85,3	85,5	85,4	83,4	84,2	83,7	82,5	83,4	82,8
Centro	83,6	83,9	83,7	86,1	86,8	86,3	83,6	83,2	83,5	82,9	85,1	83,6
Lisboa	74,5	81,2	77,2	81,5	83,5	82,3	79,6	80,0	79,8	76,9	79,3	77,9
Alentejo	88,1	88,2	88,1	86,6	86,3	86,5	83,5	82,6	83,2	82,7	81,4	82,3
Algarve	85,0	90,1	86,8	83,9	86,5	84,8	83,1	81,2	82,4	82,9	78,1	81,2
Continente	81,5	83,7	82,2	84,6	85,3	84,9	82,6	82,6	82,6	81,3	82,1	81,6
R.A. Açores	77,2	78,2	77,5	85,4	81,9	84,0	74,7	76,1	75,2	71,7	75,4	73,2
R.A. Madeira	87,1	91,9	88,7	36,4	34,0	35,5	28,8	32,4	30,2	46,4	44,2	45,6
Portugal	81,4	83,6	82,2	83,8	84,2	83,9	81,2	81,2	81,2	80,2	80,8	80,4

Notas: (1) Taxa de conclusão: N° de alunos que concluíram CEF / n° alunos inscritos nos EF*100; (2) No momento de envio dos dados a RAM ainda não pode contabilizar todas as conclusões uma vez que há cursos que ainda não terminaram.

Fonte: GEPE, 2011

Tabela 3.6.9. Evolução das taxas de conclusão dos CEF (tipo 5 e 6), por sexo e NUT I e II

	2006/07			2007/08			2008/09			2009/10		
	H	M	HM									
Norte	83,1	87,9	85,3	82,7	83,9	83,3	81,8	85,8	83,8	94,8	89,7	92,1
Centro	73,7	81,0	76,8	84,4	90,7	87,3	91,6	91,6	91,6	96,7	96,2	96,5
Lisboa	85,1	83,2	84,3	79,0	80,4	79,7	84,6	84,3	84,4	83,7	81,0	82,6
Alentejo	81,7	94,1	87,1	94,9	92,0	93,6	93,4	93,1	93,3	86,7	100,0	93,3
Algarve	85,7	91,4	88,0	89,5	90,0	89,7	91,3	94,1	92,3	93,9	100,0	96,6
Continente	81,7	86,2	83,7	84,0	85,7	84,8	87,8	88,7	88,2	91,3	90,9	91,1
R.A. Açores	92,6	87,7	90,7	83,2	81,8	82,5	77,6	74,0	75,8	88,9	88,5	88,7
R.A. Madeira	100,0	100,0	100,0	18,4	16,9	17,7	14,3	10,8	12,5	67,1	64,4	65,9
Portugal	82,6	86,4	84,2	82,4	83,8	83,0	80,3	79,1	79,7	84,8	84,4	84,6

Notas: (1) Taxa de conclusão: N° de alunos que concluíram CEF / n° alunos inscritos nos CEF*100; (2) No momento de envio dos dados a RAM ainda não pode contabilizar todas as conclusões uma vez que há cursos que ainda não terminaram.

Fonte: GEPE, 2011

População dos 20 aos 24 anos com ensino secundário: perspectiva internacional

Cabe agora verificar o reflexo destes esforços de qualificação relativamente a um novo indicador estabelecido no já citado Programa de Trabalho Educação Formação 2010 da União Europeia, desta vez relativo à população entre os 20 e os 24 anos que possui pelo menos o nível secundário (*upper secondary*), cuja proporção se esperava que tivesse atingido pelo menos 85% em 2010.

Numa primeira análise, é clara a posição deficitária a que chegámos no final do período previsto, tanto em relação à meta definida, quanto ao valor atingido pela média dos países da UE27 e à nossa posição relativa face aos países constantes da Tabela 3.6.10..

No entanto, a evolução ilustrada na mesma tabela também dá conta de um esforço de recuperação sem paralelo: entre 2000 e 2010, Portugal regista uma variação positiva de 15,5 pontos percentuais, enquanto a média europeia se situou nos 2,4.

Nesta faixa etária os progressos são ainda mais expressivos do que os que obtivemos na população mais velha, entre os 25 e os 64 anos, onde evoluímos 12,5pp quando a UE27 registou 4,2pp, como demos conta no primeiro capítulo deste relatório.

Se no grupo etário entre os 25 e os 64 anos nos situámos nos lugares cimeiros em relação ao esforço de recuperação desenvolvido, no grupo mais jovem dos 20 aos 24 anos Portugal passou a liderar o elenco de países com melhor desempenho, num contexto

de retrocesso em outros países da Europa, como a Espanha, Luxemburgo, Dinamarca, Finlândia, Eslováquia e Alemanha, que vêm decrescer neste período a percentagem de indivíduos com pelo menos o ensino secundário (Tabela 3.6.b., em anexo estatístico). No relatório da Comissão Europeia (2011), este decréscimo encontra explicação no facto de o fluxo migratório para estes países incluir jovens que fizeram a escolaridade em outros sistemas educativos que não os dos países em questão.

Esta evolução coloca Portugal em primeiro lugar no elenco dos países que mais progrediram nesta década, embora o maior progresso se tenha verificado na segunda etapa em apreço, aliás coincidente com o período de vigência do programa 2005-2010 da Iniciativa Novas Oportunidades.

Ao desagregarmos este indicador por sexo, verificamos que entre 2000 e 2010 a percentagem de mulheres que atinge pelo menos o nível secundário é superior à dos homens, no entanto, são eles os que apresentam maior crescimento neste indicador: 20pp contra 11 das mulheres. Na UE27 o crescimento neste período é praticamente o mesmo para ambos os sexos (2,4pp para os homens e 2,5pp para as mulheres).

Este indicador não se manteve nas metas para 2020, pois se considerou que estava intimamente ligado ao da saída escolar precoce que, como se viu, continua a constar das metas definidas para a fase seguinte.

Tabela 3.6.10. População (%) que completou pelo menos o ensino secundário (12.º ano), no grupo de idade 20-24 anos, na UE27 e outros países da Europa

	Homens e Mulheres							Homens				Mulheres					
	2000	...	2006	2007	2008	2009	2010	2000	...	2008	2009	2010	2000	...	2008	2009	2010
UE 27	76,6		77,9	78,1	78,4	78,6	79,0	73,8		75,6	75,9	76,2	79,3		81,3	81,4	81,8
Alemanha	74,7		71,6	72,5	74,1	73,7	74,4	74,6		71,9	71,7	72,2	74,8		76,4	75,8	76,7
Dinamarca	72,0		77,4	70,8	70,6	70,1	68,3	67,5		63,1	62,2	61,4	76,5		78,4	78,4	75,6
Eslováquia	94,8		91,5	91,3	92,3	93,3	93,2	94,8		91,0	92,6	93,2	94,8		93,6	94,0	93,1
Espanha	66,0		61,6	61,1	60,0	59,9	61,2	60,1		52,7	53,1	54,7	71,9		67,6	67,1	67,9
Finlândia	87,7		84,7	86,5	86,2	85,1	84,2	85,4		84,6	84,4	82,8	90,0		87,6	85,9	85,6
França	81,6		83,3	82,4	83,3	83,6	82,8	79,6		80,9	81,2	79,8	83,5		85,7	85,8	85,8
Grécia	79,2		81,0	82,1	82,1	82,2	83,4	73,6		78,0	77,8	79,5	84,6		86,6	86,9	87,2
Hungria	83,5		82,9	84,0	83,6	84,0	84,0	83,0		81,7	82,1	82,0	84,0		85,5	85,8	85,9
Irlanda	82,6		85,8	86,8	87,7	87,0	88,0	79,7		84,1	83,4	85,3	85,6		91,3	90,5	90,6
Itália	69,4		75,5	76,3	76,5	76,3	76,3	64,5		73,5	72,8	72,6	74,2		79,7	79,9	80,2
Polónia	88,8		91,7	91,6	91,3	91,3	91,1	85,8		89,3	89,3	88,4	91,7		93,3	93,2	93,8
Portugal	43,2		49,6	53,4	54,3	55,5	58,7	34,6		47,1	50,0	54,8	51,8		61,9	61,3	62,7
Reino Unido	76,7		78,8	78,1	78,2	79,3	80,4	75,9		76,4	77,4	78,9	77,5		80,0	81,3	82,0
Roménia	76,1		77,2	77,4	78,3	78,3	78,2	75,2		77,9	77,8	77,7	77,0		78,6	78,9	78,8
Outros Países da Europa																	
Noruega	95,0		68,6	67,9	70,1	69,7	71,1	94,6		65,5	64,9	66,4	95,4		74,8	74,6	75,9
Turquia	n.d.		46,0	47,7	48,9	50,0	51,1	n.d.		57,2	57,1	57,2	n.d.		42,1	44,0	46,0

Fonte: Eurostat (database). Actualização de 05.10.2011

Meta UE 2010:

Jovens entre os 20 e os 24 anos que concluíram o ensino secundário **pelo menos 85%**

Portugal, 2010:

Jovens entre os 20 e os 24 anos que concluíram o ensino secundário **58,7%**

Resultados de aprendizagem em Português e Matemática

Provas nacionais – 1º ciclo

A Figura 3.6.5. apresenta a evolução dos resultados obtidos pelos alunos de todo o país, à excepção dos da Região Autónoma dos Açores¹, nas Provas de Aferição do 1º ciclo do Ensino Básico, entre 2008 e 2011. Revela uma evolução positiva clara nos níveis superiores da escala de proficiência de Língua Portuguesa, situando-se cada vez menos alunos no nível médio, o que constituía, em parte, um sinal de evolução positiva nos últimos anos, porquanto estes alunos passavam a associar-se ao grupo dos que apresentam melhor desempenho. Em 2011 mantêm-se estes progressos, mas aumenta significativamente a percentagem dos que se situam no nível inferior da escala, significando este facto que uma menor percentagem de alunos do escalão médio ascende ao superior, agregando-se, pelo contrário, ao contingente daqueles que revelam não ter adquirido as competências mínimas que lhes permitam prosseguir estudos com sucesso.

Na disciplina de Matemática a evolução tem a mesma orientação a partir do ano lectivo de 2008/09, mas o aumento da proporção de alunos nos níveis inferiores da escala quase dobra os níveis atingidos no ano anterior.

Tomando por referência as metas definidas pelo Ministério da Educação para 2015, em ambas as disciplinas, os resultados obtidos não são satisfatórios, sendo as provas do ano lectivo transactas que mais nos distanciam dos referenciais fixados, que estabelecem para a Língua Portuguesa 95,3% de classificações positivas e para Matemática

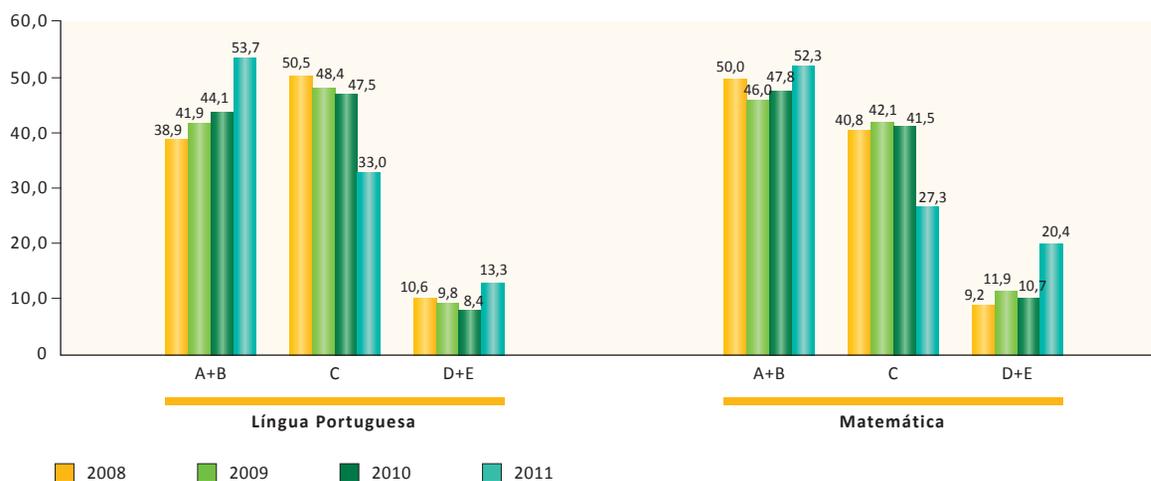
92,4%. Ora, acontece que a uma variação positiva de 1,3pp, entre 2008/09 e 2009/10 sucedeu uma negativa de -4,9 e -9,8, que nos situou nos 86,7% em Língua Portuguesa e nos 79,6% em Matemática (Tabela 3.6.11.)

Numa análise, por sexo, patente também nas Tabelas 3.6.c. e 3.6.d., em anexo estatístico, verifica-se que em Língua Portuguesa são as alunas que continuam a obter maior percentagem de níveis superiores da escala, enquanto os alunos as ultrapassam nos níveis inferiores. Em Matemática regista-se o oposto, embora a diferença de desempenho não seja tão distinta.

As mesmas tabelas mostram também a distribuição dos resultados por regiões e sub-regiões (NUT III), sobressaindo uma maior concentração de alunos com níveis superiores de proficiência na região Norte e Centro e na RA Madeira, mais recentemente, enquanto as regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve acumulam uma maior proporção de alunos com aproveitamento insuficiente.

1 A Região Autónoma dos Açores realiza provas de aferição próprias no final dos 1º e 2º ciclos do ensino básico.

Figura 3.6.5. Evolução dos resultados globais das provas de aferição no 1º ciclo (% de alunos), por disciplina (LP e M) e nível de desempenho



Nota: A, B, C, D e E - Níveis de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e E o mais baixo.

Fonte: JNE, 2008, 2009, 2010 e 2011

Tabela 3.6.11. Classificações positivas (%) em Língua Portuguesa e Matemática, por sexo (2011)

1º ciclo	Língua Portuguesa						Matemática						
	A+B+C			D+E			A+B+C			D+E			
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	
Região (NUTS I e II)													
Continente	84,08	89,30	86,60	15,90	10,67	13,40	80,70	78,28	79,52	19,30	21,72	20,48	
Norte	86,46	90,90	88,60	13,50	9,10	11,40	83,90	81,94	82,94	16,10	18,06	17,06	
Centro	85,96	90,90	88,40	14,00	9,06	11,60	83,50	80,57	82,09	16,51	19,43	17,91	
Lisboa	81,79	87,70	84,70	18,20	12,34	15,30	77,20	74,84	76,06	22,77	25,16	23,94	
Alentejo	78,87	85,60	82,10	21,10	14,39	17,90	73,80	71,15	72,54	26,19	28,85	27,46	
Algarve	78,11	84,70	81,20	21,90	15,31	18,80	73,60	69,11	71,47	26,43	30,89	28,53	
Madeira	86,81	91,50	89,10	13,20	8,52	10,90	82,40	80,09	81,26	17,63	19,91	18,74	
Portugal	84,16	89,40	86,70	15,80	10,61	13,30	80,70	78,33	79,57	19,25	21,67	20,43	

Notas: A, B, C - Níveis positivos de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e C o mais baixo.
D, E - Níveis negativos de classificação de desempenho, sendo D o mais elevado e E o mais baixo.

Fonte: JNE, 2011

Meta Portugal 2015:

Elevação das percentagens de classificações positivas em Língua Portuguesa 4º ano	95,3%
Elevação das percentagens de classificações positivas em Matemática 4º ano	92,4%

Portugal, 2011:

Percentagem de classificações positivas em Língua Portuguesa - 4º ano	86,7%
Percentagem de classificações positivas em Matemática - 4º ano	79,6%

Provas nacionais – 2º ciclo

Os resultados das provas de aferição dos últimos anos, apesar de globalmente positivos, revelavam até 2011 ausência de progresso em Língua Portuguesa em termos dos níveis superiores (A e B) e inferiores (D e E) da escala de proficiência (Figura 3.6.6.). Este padrão alterou-se em 2010/11, no que se refere aos primeiros, mas agrava a situação nos níveis mais baixos. Em Matemática os níveis superiores estão com uma evolução positiva desde há três anos, mas os inferiores evoluem no sentido inverso, com um aumento sem precedentes no último ano.

Em 2011, a percentagem de níveis positivos desce em ambas as disciplinas. Em Língua Portuguesa esta variação negativa situa-se nos 5,4pp, mas em Matemática atinge os 13. No plano oposto, a disciplina de Língua Portuguesa quase triplica a percentagem de desempenhos negativos nos últimos quatro anos, enquanto em Matemática esta proporção duplica atingindo os 36,38% (Figura 3.6.6. e Tabela 3.6.12.).

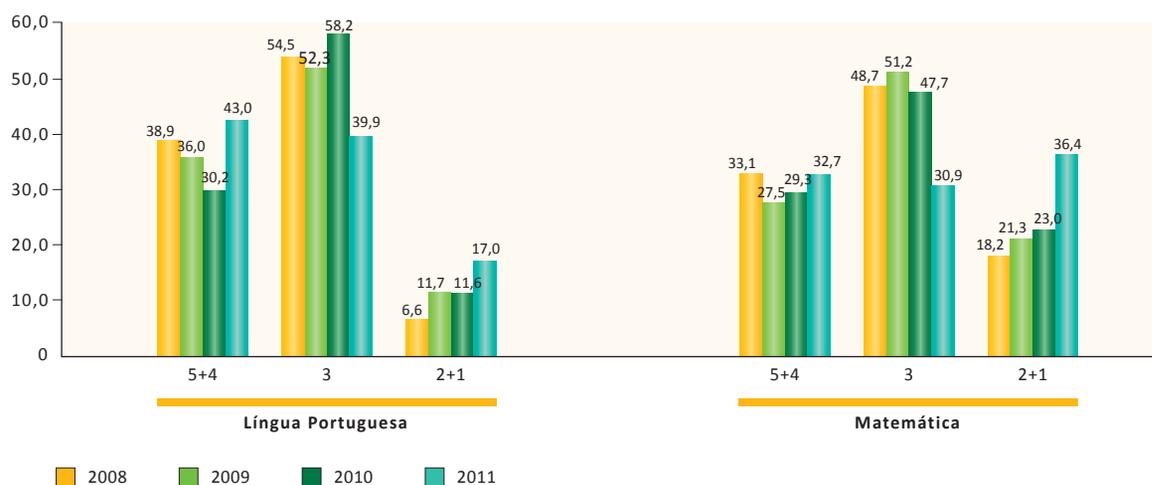
Estes resultados reflectem um percurso difícil para as metas intermédias de 2015 que, ao focalizarem as classificações positivas, nos colocam a uma distância de 9 e 16,5pp de as atingir nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente.

Numa análise por sexo, os resultados de 2009/10 e 2010/11, patentes na Tabela 3.6.12. e nas Tabelas 3.6.e. e 3.6.f. do anexo estatístico, permitem confirmar o padrão de desempenho identificado no ciclo anterior, com as alunas a concentrarem os níveis mais elevados de proficiência em Língua Portuguesa. Em Matemática esbatem-se as diferenças, chegando as alunas a obter melhores resultados na maior parte das regiões.

É curioso verificar que em Língua Portuguesa as alunas continuam em posição confortável em relação aos referenciais definidos para 2020, o que, para lá de um investimento global sobre os alunos com pior desempenho, apela sobretudo a uma atenção privilegiada à equidade de género. De facto, as alunas atingem uma percentagem de 12,3% nos níveis inferiores da escala e 87,7% nos superiores, nesta disciplina, o que significa que ficam aquém do limite inferior a 15% estabelecido nas metas de 2020 e a 4 pontos percentuais do mínimo de 92% para a percentagem de classificações positivas definidas nas metas 2015 (ver quadro das metas no final desta secção).

Quanto à distribuição dos resultados por regiões, repete-se em parte o cenário descrito na secção anterior, relativamente às provas de aferição do 1º ciclo, apresentando uma maior percentagem de resultados mais elevados as regiões Norte e Centro. Algarve e Madeira são, neste caso, as regiões que atingem maior percentagem de desempenhos nos níveis inferiores da escala (ver Tabelas 3.6.e. e 3.6.f., em anexo estatístico).

Figura 3.6.6. Evolução dos resultados globais das provas de aferição no 2º ciclo (% de alunos), por disciplina (LP e M) e nível de desempenho.



Nota: A, B, C, D e E - Níveis de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e E o mais baixo.

Fonte: JNE, 2011

Tabela 3.6.12. Classificações positivas e negativas (%) em Língua Portuguesa e Matemática, por sexo (2011)

2º ciclo	Língua Portuguesa						Matemática						
	A+B+C			D+E			A+B+C			D+E			
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	
Região (NUTS III)													
Continente	78,77	87,83	83,13	21,23	12,17	16,87	63,22	64,70	63,93	36,78	35,30	36,07	
Norte	79,49	88,55	83,84	20,51	11,45	16,16	63,90	65,55	64,69	36,10	34,45	35,31	
Centro	83,03	91,25	87,02	16,97	8,75	12,98	69,05	71,55	70,26	30,95	28,45	29,74	
Lisboa	76,32	85,18	80,57	23,68	14,82	19,43	59,11	59,59	59,34	40,89	40,41	40,66	
Alentejo	75,44	85,58	80,29	24,56	14,42	19,71	60,69	62,55	61,58	39,31	37,45	38,42	
Algarve	71,61	84,35	77,80	28,39	15,65	22,20	57,70	57,90	57,80	42,30	42,10	42,20	
Madeira	72,77	83,01	77,52	27,23	16,99	22,48	52,57	54,85	53,63	47,43	45,15	46,37	
Portugal	78,58	87,69	82,96	21,42	12,31	17,04	62,88	64,41	63,62	37,12	35,59	36,38	

Notas: A, B, C - Níveis positivos de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e C o mais baixo.
D, E - Níveis negativos de classificação de desempenho, sendo D o mais elevado e E o mais baixo.

Fonte: JNE, 2011

Meta Portugal 2015:

Elevação das percentagens de classificações positivas em Língua Portuguesa 6º ano	92%
Elevação das percentagens de classificações positivas em Matemática 6º ano	80,1%

Portugal, 2011:

Percentagem de classificações positivas em Língua Portuguesa - 6º ano	83,0%
Percentagem de classificações positivas em Matemática - 6º ano	63,6%

Exames nacionais – 3º ciclo

Depois de dois anos de estabilidade nos resultados de Língua Portuguesa (2008/09 e 2009/10), os exames mais recentes registam uma quebra abrupta que aparentemente nos desvia de um percurso positivo, que se apresentava relativamente consolidado em diferentes dispositivos de avaliação, nos quais se inclui o próprio PISA. No caso da Matemática já as perspectivas não eram tão benevolentes uma vez que os resultados, que já não eram elevados, têm vindo a baixar, culminando numa média nacional negativa em 2010/11.

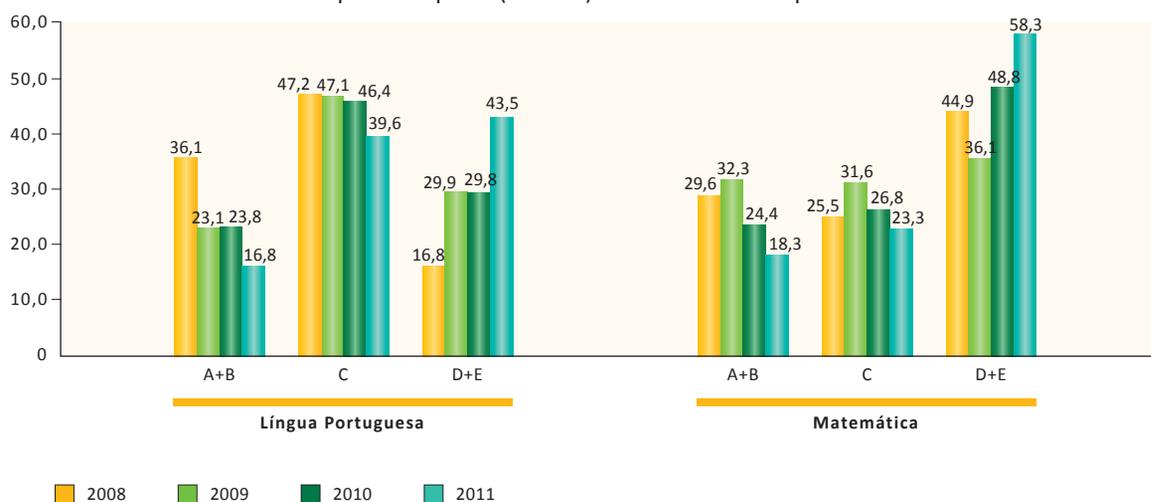
De qualquer modo, há a considerar que os resultados mais baixos que se verificam em 2011 têm sido publicamente justificados por um acréscimo de exigência em alguns itens das provas.

É de registar que os exames do 3º ciclo do ensino básico não confirmam o crescimento da percentagem de desempenhos mais elevados que se identificou nas provas de aferição dos ciclos anteriores, no período de avaliação mais recente (Figura 3.6.7.). Corroboram, no entanto, a tendência generalizada de quebra no nível médio, que se vem verificando em ambas as disciplinas nos últimos anos (com a exceção de Língua Portuguesa nas provas de aferição de 2009/10), mas que neste caso se processa com uma transferência massiva para os níveis inferiores. A percentagem de desempenhos negativos é que tem vindo a crescer continuamente, contrariamente à orientação traçada pelas metas 2020.

Há ainda outras regularidades confirmadas nos exames que se relacionam com a distribuição geográfica dos resultados e com o desempenho diferenciado de homens e mulheres, conforme as disciplinas (Tabela 3.6.13. e Tabelas 3.6.g. e 3.6.h., em anexo estatístico). De novo se verifica que há mais mulheres nos níveis superiores de proficiência de Língua Portuguesa e mais homens nos inferiores. Por outro lado, em Matemática os melhores e os piores resultados distribuem-se mais equitativamente entre homens e mulheres.

A distribuição geográfica dos resultados (Tabela 3.6.13.) também corrobora o padrão que se verificou nas provas de aferição, embora Lisboa surja em 2011 em melhor posição em Língua Portuguesa e os piores resultados estejam mais distribuídos pelas várias regiões (Tabelas 3.6.g. e 3.6.h., em anexo estatístico).

Figura 3.6.7. Evolução dos resultados globais dos exames nacionais do EB (% de alunos), por disciplina (LP e M) e nível de desempenho.



Nota: Níveis 1, 2, 3, 4 e 5 - Níveis de classificação de desempenho, sendo o Nível 5 o mais elevado e o Nível 1 o mais baixo

Fonte: JNE, 2011

Tabela 3.6.13. Classificações positivas (%) nos exames nacionais do ensino básico. Continente e RAM. (2011)

2º ciclo	Língua Portuguesa						Matemática						
	5+4+3			2+1			5+4+3			2+1			
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	
Região (NUTS III)													
Continente	48,67	64,34	56,77	51,33	35,66	43,23	41,79	42,21	42,00	58,21	57,79	58,00	
Norte	47,93	63,46	55,98	52,07	36,54	44,02	40,98	42,97	42,01	59,02	57,03	57,99	
Centro	49,65	67,13	58,80	50,35	32,87	41,20	46,05	46,99	46,54	53,95	53,01	53,46	
Lisboa	51,33	65,34	58,48	48,67	34,66	41,52	41,56	39,52	40,52	58,44	60,48	59,48	
Alentejo	42,86	59,59	51,54	57,14	40,41	48,46	35,17	35,59	35,39	64,83	64,41	64,61	
Algarve	41,83	58,27	50,28	58,17	41,73	49,72	38,61	36,11	37,32	61,39	63,89	62,68	
Madeira	38,59	53,07	45,77	61,41	46,93	54,23	30,69	29,70	30,20	69,31	70,30	69,80	
Portugal	48,36	64,02	56,45	51,64	35,98	43,55	41,45	41,86	41,66	58,55	58,14	58,34	

Notas: 5, 4, 3 - Níveis positivos de classificação de desempenho, sendo 5 o mais elevado e 3 o mais baixo.
2, 1 - Níveis negativos de classificação de desempenho, sendo 2 o mais elevado e 1 o mais baixo.

Fonte: JNE, 2011

Meta Portugal 2015:

Elevação das percentagens de classificações positivas em Língua Portuguesa 9º ano	74,7%
Elevação das percentagens de classificações positivas em Matemática 9º ano	54,8%

Portugal, 2011:

Percentagem de classificações positivas em Língua Portuguesa - 9º ano	56,5%
Percentagem de classificações positivas em Matemática - 9º ano	41,7%

Provas nacionais – ensino secundário

As tabelas seguintes apresentam os resultados dos exames nacionais do ensino secundário às disciplinas de Português e Matemática, mostrando a percentagem de classificações positivas e as médias obtidas, por género, entre os anos lectivos de 2008/09 e 2010/11.

A primeira constatação que há a fazer é a da descida dos níveis médios nos últimos dois anos, culminando com um desempenho nacional negativo em 2010/11 (Tabela 3.6.15.), o que torna ainda mais distantes as metas definidas para 2015.

Não fora a justificação de maior exigência apresentada pelos responsáveis pela elaboração das provas, esta situação seria tanto mais incompreensível quanto a mera frequência deste nível (não sendo determinada pela obrigatoriedade que abrange os alunos dos ciclos anteriores) indica por si só uma maior predisposição para a continuidade de estudos e uma orientação escolar ou profissional já relativamente definida a título pessoal ou familiar.

Este facto poderá explicar que no nível secundário se tenham invertido as posições habitualmente ocupadas por ambas as disciplinas, apresentando a Matemática, nos últimos dois anos, uma média ligeiramente mais elevada do que o Português.

Uma análise comparada das tabelas de resultados (Tabelas 3.6.i. e 3.6.j., em anexo estatístico) denuncia a persistência de desfechos idênticos em algumas regiões, a carecer de análises posteriores mais aprofundadas. Pelo lado positivo, destacam-se as regiões Norte e Centro, com o Baixo Mondego, Dão-Lafões e Grande Porto, por exemplo, a acumular resultados mais positivos na maioria das provas em apreço.

Quanto à distribuição dos resultados por género, verifica-se que as mulheres estão sempre em vantagem nas médias obtidas em ambas as disciplinas (Tabela 3.6.15.). No entanto, se é verdade que se tornou claro, ao longo da análise de resultados nas várias provas em apreço, que as mulheres obtêm maior percentagem de níveis superiores na disciplina de Língua Portuguesa ou Português, os dados revelados pelos exames de Matemática do nível Secundário não confirmam a tendência oposta de melhores resultados nos homens a esta disciplina.

Tabela 3.6.14. Evolução das classificações positivas (%) em Português e Matemática nos exames nacionais do ensino secundário, por sexo

	2008/09			2009/10			2010/11		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Português (639)	68,80%	70,80%	70,00%	52,50%	62,20%	58,30%	30,20%	41,00%	36,50%
Matemática (635)	48,70%	54,00%	51,40%	51,70%	55,70%	53,80%	40,50%	43,20%	41,90%

Fonte: JNE, 2011

Tabela 3.6.15. Médias das classificações de exame por sexo (escala de 0 a 200)

	2008/09			2009/10			2010/11		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Português (639)	106,17	114,48	111,05	96,50	104,76	101,31	83,62	92,68	88,80
Matemática (635)	94,97	104,67	100,06	104,65	111,33	108,09	89,36	93,94	91,48

Fonte: JNE, 2011

Meta Portugal 2015:

Elevação das percentagens de classificações positivas em Português 12º ano	64,4%
Elevação das percentagens de classificações positivas em Matemática 12º ano	69,8%

Portugal, 2011:

Percentagem de classificações positivas em Português - 12º ano	36,5%
Percentagem de classificações positivas em Matemática - 12º ano	41,9%

PISA - Programme for International Student Assessment

Desde 2000, ano em que se iniciou o PISA, foi na edição de 2009 que pela primeira vez os alunos portugueses atingiram pontuações que se situam na média dos desempenhos da OCDE, no domínio da leitura, notando-se igualmente progressos significativos ao nível da matemática e das ciências, ainda que ligeiramente abaixo da média dos países da OCDE (Figura 3.6.8.).

Participaram nesta edição 65 países (33 membros da OCDE), contribuindo Portugal com 6298 alunos de 15 anos, distribuídos por 212 escolas, das quais 184 públicas e 28 privadas, e seleccionados por amostra aleatória, de 40 alunos por escola.

A edição de 2009 retoma a literacia de leitura como vertente essencial de avaliação (já a primeira edição o havia feito), tendo os resultados obtidos por estes alunos colocado Portugal na 21ª posição no conjunto dos 33 países da OCDE, quando em 2000 lhe foi dado obter a 25ª, num conjunto de 27. Aliás, uma análise mais aprofundada permite verificar que Portugal é o quarto país que mais progride em leitura (entre os ciclos 2000 e 2009) e em Matemática (entre 2003 e 2009) e o segundo que mais progride em Ciências (entre os ciclos 2003 e 2009) (Ferreira et al, 2010). Este progresso é obtido à custa da redução da percentagem de alunos com baixos níveis de proficiência (níveis 1 e abaixo de 1) e aumento dos de desempenho médio e excelente (níveis 3, 4, 5 e 6). Com estes resultados Portugal aproxima-se dos países com maiores percentagens de alunos com níveis de desempenho acima do nível 3.

A tabela 3.6.16. mostra a percentagem de alunos por nível da escala de proficiência em todos os domínios, permitindo a comparação com a média da OCDE e com a média da UE25* (ou UE18, em literacia da leitura), neste caso apenas no que se refere a alunos

com aproveitamento insuficiente. No que concerne a alunos que se situam nos níveis mais baixos de proficiência, o ciclo de 2009 apresenta melhores resultados para Portugal do que para a média da OCDE e da UE em literacia de leitura e ciências. O mesmo não se verifica em matemática, onde ainda apresentamos percentagens mais elevadas de alunos de 15 anos com aproveitamento insuficiente.

Se considerarmos as metas definidas pela União Europeia para 2020, segundo as quais o desempenho insuficiente nos três domínios terá de ser inferior a 15% no final deste prazo, podemos dizer que atingimos uma posição confortável em Leitura e Ciências, mas que o esforço de recuperação em Matemática, tal como a análise das provas nacionais também o indica, terá ainda de ser considerável (ver Metas UE 2020, no final deste capítulo).

Para esta situação certamente também contribuirão, como se viu a propósito dos resultados de frequência, as sucessivas retenções que caracterizam o nosso sistema, que implicam que uma percentagem significativa dos alunos de 15 anos se encontre ainda a frequentar anos de escolaridade que não correspondem à sua idade. A Figura 3.6.9. é reveladora da dimensão deste fenómeno e das suas consequências em termos de aproveitamento. Por outro lado, parece óbvio que os alunos que se encontram nos 10º e 11º anos são os que se manifestam mais preparados para dar resposta às exigências destas provas internacionais.

Figura 3.6.8. Classificação média em leitura, Matemática e Ciências nos quatro ciclos de avaliação do PISA. Portugal

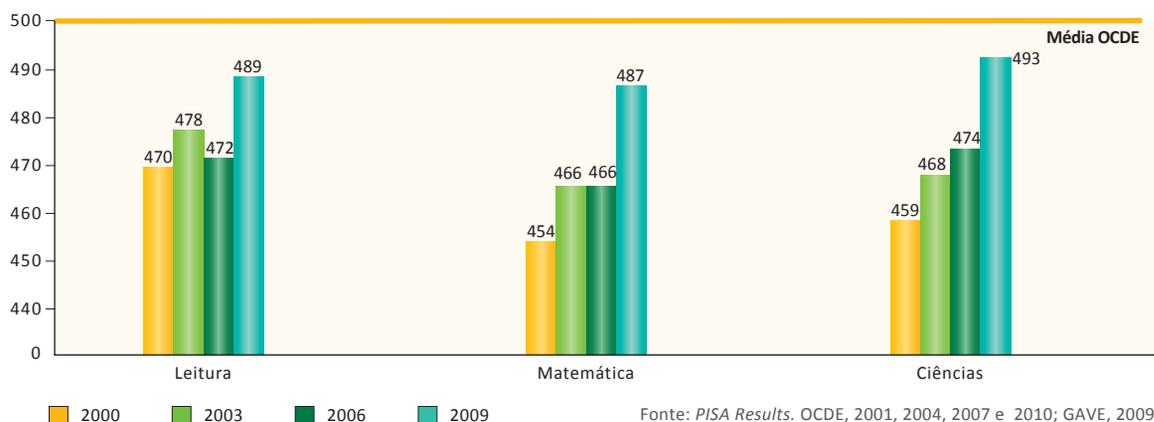


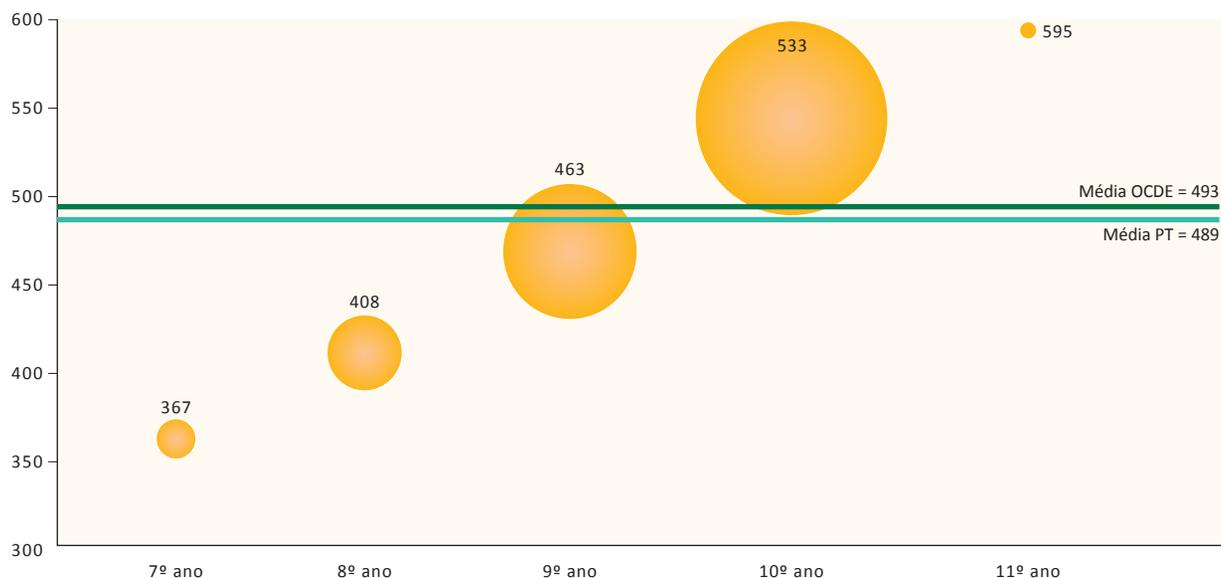
Tabela 3.6.16. Alunos (%) em cada nível da escala de proficiência: leitura, Matemática e Ciências. Portugal, OCDE e UE (2009)

Níveis de Proficiência	Leitura				Matemática				Ciências			
	Pontuação	Média OCDE	Média PT	Média UE	Pontuação	Média OCDE	Média PT	Média UE	Pontuação	Média OCDE	Média PT	Média UE
6	>698	0,8	0,2	-	>669	3,1	1,9	-	>708	1,1	0,3	-
5	626 - 698	6,8	4,6	-	607 - 669	9,6	7,7	-	633-708	7,4	3,9	-
4	553 - 626	20,7	19,6	-	545 - 607	18,9	17,7	-	559 - 633	20,6	18,1	-
3	480 - 553	28,9	31,6	-	482 - 545	24,3	25,0	-	484 - 559	28,6	32,3	-
2	407 - 480	24,0	26,4	-	420 - 482	22,0	23,9	-	410 - 484	24,4	28,9	-
1a	335 - 407	13,1	13,0	-	358 - 420	14,0	15,3	-	335 - 410	13,0	13,5	-
1b	262 - 335	4,6	4,0	-	<358	8,0	8,4	-	<334,94	5,0	3,0	-
<1b	262,04	1,1	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aproveit. Insuf. HM	18,8	17,6	20,0		22,0	23,7	19,1		18,0	16,5	17,7	
Aproveit. Insuf. H	-	24,7	26,6		-	22,6	21,0		-	18,4	18,6	
Aproveit. Insuf. M	-	10,8	13,4		-	24,7	23,5		-	14,7	16,8	

Nota: * Média ponderada baseada no número de alunos inscritos de 18 países

Fonte: PISA 2009 Results. OCDE, 2010; Progress towards the common European objectives in Education and Training: Indicators and Benchmarks. Comissão Europeia, 2011.

Figura 3.6.9. Desempenho dos alunos em leitura, segundo o ano de escolaridade frequentado - PISA 2009



Nota: A dimensão dos círculos corresponde ao volume de alunos envolvido no ano respectivo.

Fonte: PISA 2009. Competências dos alunos portugueses. Síntese de resultados. GAVE, 2010.

Se observarmos a evolução por NUT II do desempenho em literacia da leitura, entre 2000 e 2009 (Figura 3.6.10.), verificamos que há progressos em todas as regiões do continente, com a excepção de Lisboa, que havia obtido a mais elevada classificação média no ciclo de 2000. Mesmo assim esta região continua a ser a única com um desempenho acima da média dos alunos portugueses (Lx 491 – PT 489), seguido do Norte que praticamente a atinge (488). Este padrão de desempenho não encontra correspondência nas provas nacionais, o que pode estar relacionado com o grau de representatividade da amostra ao nível da distribuição geográfica dos alunos participantes no PISA.

Numa análise por sexo, patente na Figura 3.6.11., mais uma vez se confirmam os resultados obtidos nas provas e exames nacionais, atrás apresentados, que colocam as mulheres em melhor posição que os homens em Português/Língua Portuguesa e em literacia da leitura, tendo neste caso obtido, em 2009, uma pontuação superior à dos homens em 38 pontos. Em Matemática aproximam-se mais os desempenhos, embora os homens se afirmem como os detentores das melhores classificações. Em literacia científica observa-se um equilíbrio entre as pontuações obtidas por ambos os géneros. No que respeita a desempenho insuficiente, são igualmente as mulheres as que obtêm as percentagens mais baixas em Leitura (M 10,8 – H 24,7) e Ciências (M 14,7 – H 18,4), enquanto na Matemática se processa o contrário, se bem que com pouca diferença: os homens com desempenho insuficiente atingem os 22,6% e as mulheres os 24,7%.

Também há diferenças de desempenho entre *nativos** e imigrantes de primeira e *segunda geração**, apesar de ser relativamente baixa a percentagem destes últimos no cômputo global dos participantes europeus: 2,8% de imigrantes de primeira geração contra 4,6% da OCDE e 2,7% de segunda geração contra 6,0% da OCDE. A Figura 3.6.12. mostra progressos em todos os grupos, embora superiores nos alunos nativos e nos imigrantes de segunda geração. De qualquer modo, estes apenas se separam dos nativos por 16 pontos e os de primeira geração por 36. Quanto a desempenho insuficiente, também os imigrantes de segunda geração se aproximam das percentagens obtidas pelos alunos nativos, com 18,0% e 16,7%, respectivamente, enquanto os de primeira geração agregam neste patamar 31% dos alunos participantes. Esta situação revela que a familiarização com a língua de ensino e de avaliação poderá desempenhar um papel decisivo no processo de aprendizagem destes alunos, o que implica, como já antes referimos, uma atenção particular aos distritos de Lisboa e Setúbal, onde há maior concentração de população imigrante.

Figura 3.6.10. Classificação média em leitura, nos primeiro e quarto ciclos de avaliação do PISA, por NUT II

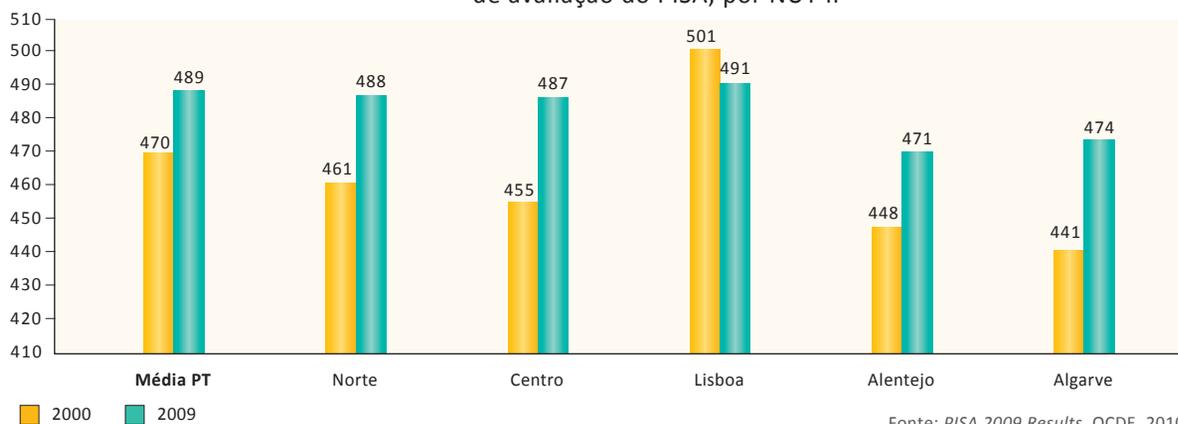


Figura 3.6.11. Classificação média em leitura, Matemática e Ciências, por sexo, nos quatro ciclos de avaliação do PISA. Portugal

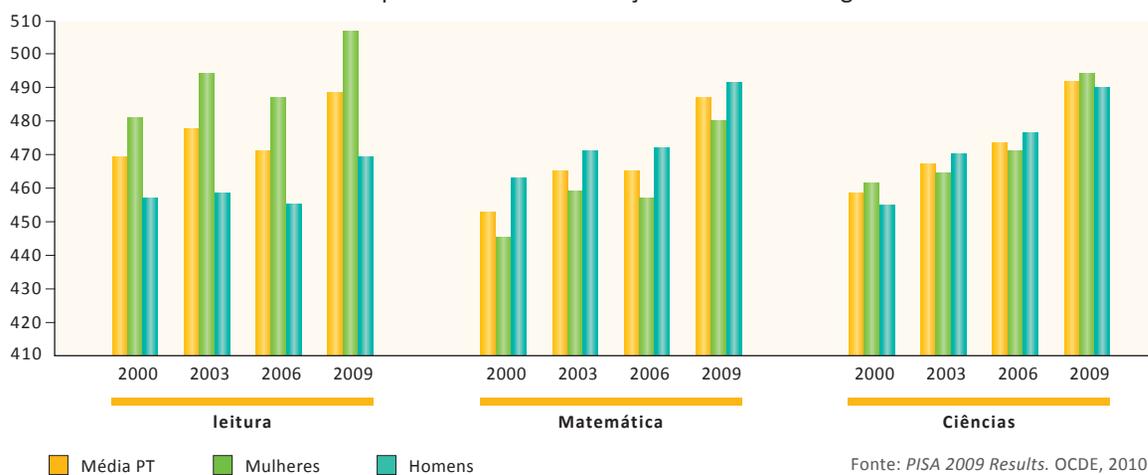
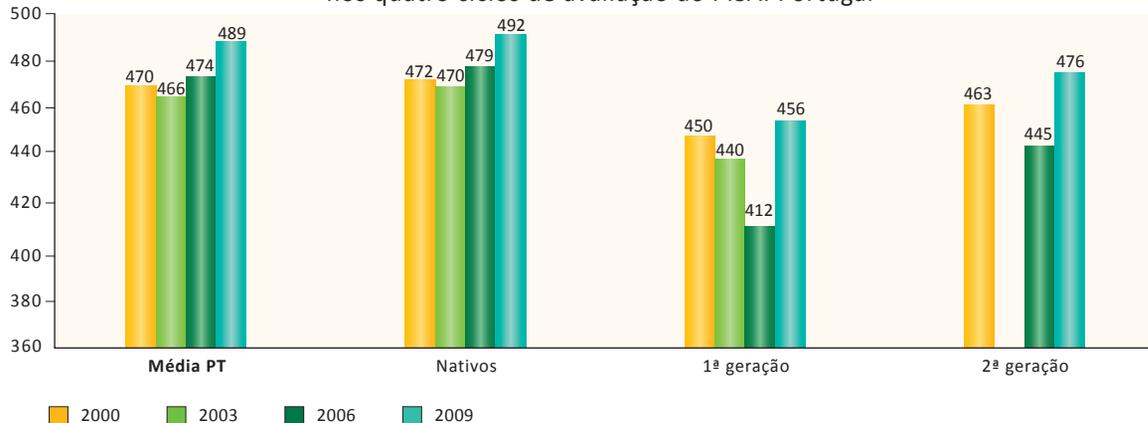


Figura 3.6.12. Desempenho dos alunos por geração de imigração, nos quatro ciclos de avaliação do PISA. Portugal



Apesar de tudo, é ao nível da equidade que mais ganhos se fazem sentir. Portugal ocupa o sexto lugar no elenco de países, cujo sistema educativo melhor compensa as assimetrias económicas, tendo-se registado grandes progressos no desempenho dos alunos com índice do estatuto económico, social e cultural do PISA (ESCS) mais baixo entre 2000 e 2009. A figura 3.6.13. mostra a relação entre o nível médio da condição socioeconómica dos alunos (eixo horizontal) e os níveis médios de leitura obtidos no PISA (eixo vertical). Desta relação ressalta que os países com condição socioeconómica mais favorável são os que obtêm melhor desempenho, mas também se verifica que alguns dos que se situam nos índices socioeconómicos mais baixos conseguem compensar esta barreira e obter bons resultados. No ciclo de 2009, Portugal ainda se posiciona no quadrante inferior esquerdo, o que

revela a sua condição de país socioeconomicamente mais desfavorecido que ainda não atinge a média de desempenho da OCDE. No entanto, apenas 4 pontos o separam dela o que não constitui diferença estatisticamente significativa.

O PISA também confirma que a maior parte dos alunos que têm fraco desempenho são de condição socioeconómica desfavorável, havendo, no entanto, alguns que, embora posicionados no quartil inferior do ESCS no país de origem, conseguem mesmo assim obter pontuações do quartil superior da escala de proficiência - são os chamados alunos resilientes. Ora a este nível, para além dos 4 primeiros países asiáticos com mais de 50%, Portugal acompanha a Finlândia, o Japão, a Turquia, o Canadá e Singapura entre os países que obtêm maior percentagem de alunos resilientes: entre 39% e 48% (Figura 3.6.14.)

Meta OEI 2021:

Redução da % de alunos com aproveitamento insuficiente nas provas nacionais e internacionais	entre 10% e 20%
Aumento das % de alunos com melhores níveis de rendimento	entre 10% e 20%

Meta UE 2020:

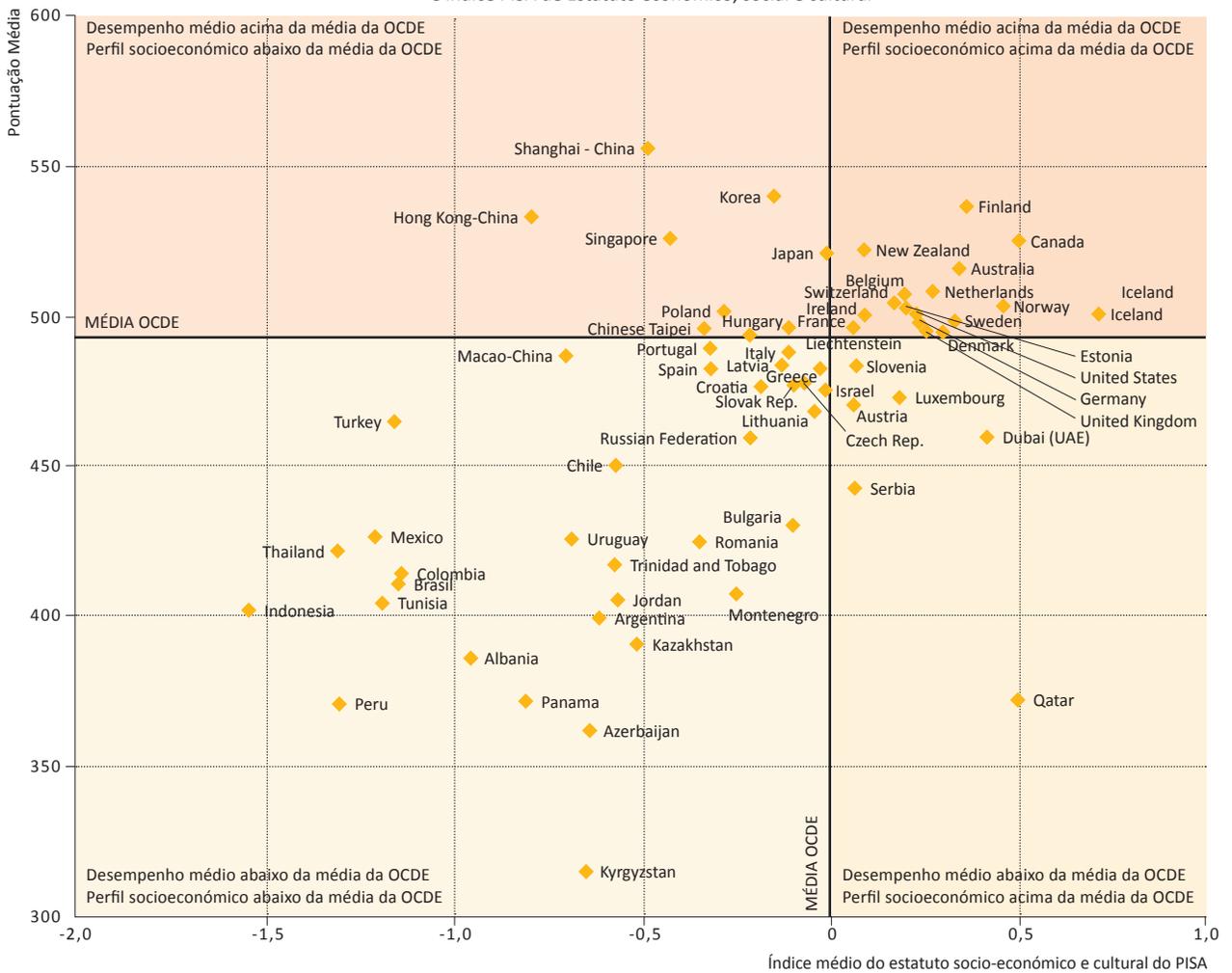
Alunos de 15 anos com aproveitamento insuficiente em leitura, Matemática e Ciências	<15%
---	----------------

Portugal, 2006 e 2009:

Alunos com melhores níveis de rendimento	2006	2009
Leitura	21,4%	24,4%
Matemática	20,1%	27,3%
Ciências	17,8%	22,3%
Alunos de 15 anos com aproveitamento insuficiente		
Leitura	24,9%	17,6%
Matemática	30,7%	23,3%
Ciências	24,5%	16,5%

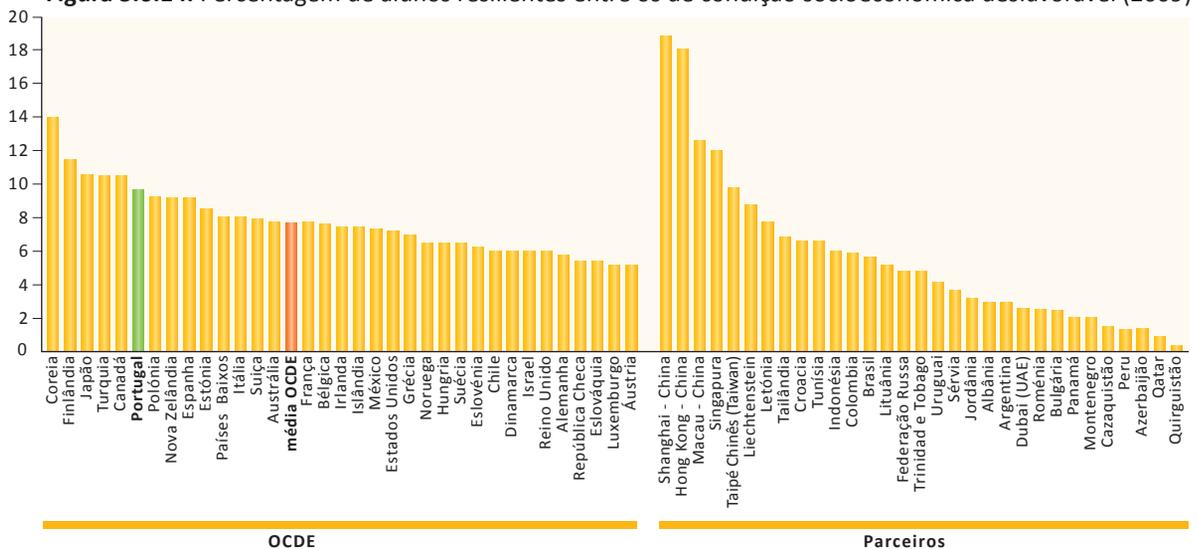
Figura 3.6.13. Desempenho em Leitura e perfil socioeconómico no quarto ciclo do PISA (2009)

Desempenho médio dos países na escala PISA de ciências e relação entre desempenho e índice PISA de Estatuto económico, social e cultural



Fonte: Table II.1.1. PISA 2009 Database, OCDE

Figura 3.6.14. Percentagem de alunos resilientes entre os de condição socioeconómica desfavorável (2009)



Fonte: Table II.3.3. PISA 2009 Database, OCDE

DESTAQUES

AVANÇOS

- Consideráveis progressos na capacidade de o sistema educativo compensar as desigualdades sociais, o que poderá coadunar-se com a diversificação de apoios e recursos (ASE, modernização tecnológica, CPCJ), bem como de e estímulos à inovação através de programas para a resolução de problemas locais (ex: TEIP) e consolidação e disseminação de soluções nascidas nas escolas (ex: programa Mais Sucesso).
- Ritmos de crescimento superior à média da UE27 (2000 e 2010), relativamente à percentagem da população que concluiu pelo menos o ensino secundário (12º ano), o que o coloca Portugal em primeiro lugar no elenco de países que mais progrediu neste período.
- Progresso assinalável na prevenção do abandono do sistema sem diploma de ensino secundário (saída escolar precoce) com um decréscimo superior à média da UE27 e à maior parte dos países que a integram.
- Aumento e diversificação da oferta de educação e formação de nível básico e secundário dirigida a jovens e adultos.
- Crescimento da procura de certificação de nível básico (níveis de qualificação 1 e 2) e de nível secundário (níveis de qualificação 3 e 4) em modalidades de dupla certificação por parte de jovens e adultos pouco escolarizados.
- Elevação dos níveis de qualificação dos professores mantendo-se a tendência de melhoria já assinalada no Estado da Educação 2010.
- Investimento muito significativo nas Tecnologias de Informação e Comunicação que permitiu atingir, em 2010, a meta estabelecida para 2021 relativa à relação aluno/computador: dois alunos por computador.
- Forte investimento na modernização e requalificação das escolas.

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Recente quebra de inscritos em modalidades dirigidas a jovens e a adultos pouco escolarizados implica uma atenção particular sobre o grau de consolidação das medidas de captação e acompanhamento deste tipo de público, na sequência da Iniciativa Novas Oportunidades (2005-2010).
- Persistência de baixas percentagens de certificação de nível secundário na população dos 20 aos 40 anos (58,7% em 2010), e de taxas ainda elevadas de “saída escolar precoce” entre os 18 e os 24 anos (28,7%), dificulta as possibilidades de atingir as metas definidas para 2020 (pelo menos 85% para o primeiro caso e menos de 10% para o segundo), aconselhando o recurso a estratégias mais inovadoras e eficazes.
- Desfasamento etário na frequência dos alunos generalizado a todos os níveis de ensino, denunciando o recurso frequente à retenção, em detrimento de estratégias de prevenção e de intervenção que visem o reforço e a melhoria das aprendizagens e dos resultados. Este fenómeno apesar de ter contornos nacionais, apresenta especificidades regionais cujas causas e impacto no desempenho escolar dos alunos justifica estudos mais aprofundados. Esta questão é tanto mais pertinente quanto se verifica que estas regularidades regionais se vêem, em boa parte, confirmadas em anos sucessivos nos resultados das provas de aferição e exames nacionais.
- Maior concentração nos distritos de Lisboa e Setúbal de população estrangeira inscrita em modalidades de educação e formação, o que recomenda a adopção de medidas específicas promotoras do sucesso destas populações, nomeadamente o reforço na aprendizagem da língua portuguesa, tendo em conta os resultados obtidos pelos imigrantes nos testes do PISA.
- Descida generalizada das médias em Língua Portuguesa e Matemática nas provas de aferição e exames nacionais, publicamente justificada com o aumento dos níveis de exigência das provas.
- Falta de estabilidade nos níveis de exigência e composição matricial das provas de aferição e exames nacionais a colocar problemas na comparabilidade dos resultados alcançados pelos alunos em anos consecutivos.
- Envelhecimento progressivo do pessoal docente a partir de 1999/00, com valores estáveis entre 2008 e 2010.